

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUC-SP

O Deus das urnas:

Discurso religioso nas campanhas de Lula e Bolsonaro à Presidência em 2022

Fabiano Garcia Mascarenhas Belloube

Mestrado em Ciência da Religião

São Paulo, 2023

Fabiano Garcia Mascarenhas Belloube

O Deus das urnas: discurso religioso nas campanhas de Lula e Bolsonaro à Presidência em
2022

Mestrado em Ciência da Religião

Dissertação apresentada à Banca Examinadora
da Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo, como exigência parcial para obtenção do
título de Mestre em Ciência da Religião sob a
orientação da Profa. Dra. Suzana Ramos
Coutinho

São Paulo

2023

Banca Examinadora

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação São Paulo (FUNDASP).

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES – PROSUC).

Sou grato aos professores com quem tive interlocuções essenciais à elaboração deste trabalho: Profa. Dra. Suzana Coutinho, Prof. Dr. Frank Usarski, Prof. Dr. Everton Maraldi, Prof. Dr. Wagner Sanchez, Prof. Dr. João Décio Passos, Prof. Dr. Breno Campos, entre outros.

Agradeço à minha mãe Luciana, que desde cedo incutiu em mim o amor à cultura em todas as formas, e ao meu pai Rodrigo, cuja louca obsessão me inspira diariamente.

Agradeço ao meu irmão Juliano, com quem aprendi o que é amar alguém mais que a si próprio e aos primos paulistas e tijucanos, com quem carrego as mais tenras memórias.

À vó Maria José, já não posso agradecer – apenas reforçar a falta que ainda me fazem suas palavras. E aos demais ancestrais, dentre os quais a vó Neuza, devo cada conquista.

Às pessoas amigas, demais para nomear umas sem frustrar outras, agradeço a permanência do afeto em meio à impermanência da vida.

À minha esposa Gabriela, agradeço por me manter próximo do chão e jamais tolerar, com seu estoico comprometimento, que me renda ao cinismo. Sobre tudo agradeço por me permitir ter convicção na higidez do amor romântico em tempo de tão poucas certezas.

Resumo: Na eleição presidencial de 2022, empregou-se sistematicamente o discurso religioso com vistas à captação de um segmento do eleitorado de recordista influência sobre a política institucional (“religiosos politizados”, i.e., eleitores cujo apoio a candidatos baseia-se principalmente em razões de natureza religiosa). Esta pesquisa propõe investigar de que maneiras estratégias de discurso empregadas pelos dois principais candidatos à presidência frente a este público convergiram e de que maneiras divergiram. Para isso, a análise de cada turno eleitoral foi dividida em dois momentos: primeiro, um mapeamento de incentivos de cada candidato, em que foi empregada uma adaptação da Teoria do Seletorado preconizada por Bueno de Mesquita et al; depois, uma análise conteudística dos discursos baseada em seis eixos de análise autorais. Em relação ao primeiro turno, concluiu-se que ambos os candidatos empregaram ferramentas de discurso semelhantes, mas em proporções diferentes a depender dos incentivos políticos incididos sobre cada um. No segundo turno, tais proporções aproximaram-se a ponto de serem virtualmente semelhantes. Não obstante, ainda que ferramentas discursivas em si tenham sido análogas, concluiu-se que seu conteúdo divergiu consideravelmente de um candidato a outro (p. ex.: ambos os candidatos buscaram associar agendas políticas à doutrina cristã, mas em relação a pautas antagônicas).

Palavras-chave: eleição presidencial de 2022; discurso religioso; campanhas eleitorais; sociologia política; ciência da religião

Abstract: Throughout the 2022 presidential election, religious discourse was systematically employed to capture a segment of the electorate with record influence on institutional politics ("politicized religious voters", i.e., voters whose support for candidates is based mainly on religious reasons). This research proposes to investigate in which ways discourse strategies employed by the two main presidential candidates towards this audience converged and in which ways they diverged. To this end, the analysis of each electoral round was divided into two moments: first, a mapping of each candidate's incentives, in which an adaptation of the Selectorate Theory advocated by Bueno de Mesquita et al was employed; then, a content analysis of the speeches based on six authorial axes of analysis. In relation to the first round, it was concluded that both candidates used similar discourse tools, but in different proportions depending on the political incentives on each one. In the second round, these proportions approached the point of being virtually similar. Nevertheless, although discursive tools themselves were analogous, it was concluded that their content differed considerably from one candidate to another (e.g., both candidates sought to associate political agendas with Christian doctrine, but in relation to antagonistic agendas).

Keywords: 2022 Brazil presidential election; religious discourse; electoral campaigns; political sociology; religious studies

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 01: Pano de fundo teórico.....	8
1.1 Contextualizando o <i>status quo</i> da presente pesquisa.....	8
1.2 Considerações metodológicas.....	17
1.2.1 Martírio.....	22
1.2.2 Preferência e providência.....	25
1.2.3 Legitimidade.....	26
1.2.4 Analogia.....	27
1.2.5 Pertencimento.....	29
Capítulo 02: Discurso religioso no 1º turno.....	31
2.1 Mapeamento de incentivos de Jair Messias Bolsonaro no 1º turno.....	31
2.2 Análise de discurso: Jair Messias Bolsonaro.....	35
2.3 Mapeamento de incentivos de Luiz Inácio Lula da Silva no 1º turno.....	46
2.4 Análise de discurso: Luiz Inácio Lula da Silva.....	50
2.5 Comparativo: O poder de jogar em casa.....	59
Capítulo 03: Discurso religioso no 2º turno.....	63
3.1 Mapeamento de incentivos de Jair Messias Bolsonaro no 2º turno.....	63
3.2 Análise de discurso: Jair Messias Bolsonaro.....	66
3.3 Mapeamento de incentivos de Luiz Inácio Lula da Silva no 2º turno.....	74
3.4 Análise de discurso: Luiz Inácio Lula da Silva.....	75
3.5 Comparativo: “O vivo é meu filho, e teu filho, o morto.” (1 Reis 3:22).....	87
Considerações finais.....	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	96

Introdução

A preponderância do discurso religioso nas campanhas presidenciais vem sendo, desde o advento de Jair Messias Bolsonaro, recorrentemente discutida entre acadêmicos, jornalistas e formadores de opinião. Muitos acreditam estar tratando de um mesmo fenômeno, mas discordam de suas causas e implicações, com frequência imbuindo suas análises de peso ideológico em detrimento de uma abordagem fria a respeito de algo que, muito antes de ser bom ou mau, é um fato sociopolítico que há de ser estudado cientificamente caso se almeje compreendê-lo. Já de princípio, deixemos claro: o manuscrito a seguir não é panfletário e nem político (embora trate-se inevitavelmente de um texto *sobre* política) e o leitor que almeje uma leitura normativa acerca das figuras políticas analisadas pode com segurança abandoná-lo. É nossa premissa que já há opiniões de sobra sobre o objeto de estudo deste trabalho, não raro com pouco ou nenhum embasamento teórico. É na oferta de um tal embasamento que jaz nossa pretendida contribuição.

O leitor pode questionar, a depender de sua inclinação hermenêutica, a possibilidade de um texto acadêmico que aborde “objetivamente”¹ fenômenos sociopolíticos, ainda mais supondo tão recente recorte temporal e, portanto, a inserção do autor em seu contexto histórico. Contudo, esse mesmo leitor não negará que graus de participação do sujeito na construção do conhecimento sobre seu objeto existem num espectro e há textos que com maior proatividade buscam e conseguem suspender o juízo normativo do que outros, ao tratar de um mesmo tema (caso contrário, não haveria diferença categorizável entre um texto acadêmico e um artigo de opinião). Há especificidades notáveis não apenas na forma, mas também no direcionamento de um texto que se propõe a explicar e não normatizar. Assim sendo, do mesmo modo que o presente trabalho insere-se no campo da Ciência da Religião na medida em que esta “dedica-se de maneira não normativa ao estudo histórico e sistemático de religiões concretas em suas múltiplas dimensões, manifestações e contextos socioculturais”², também se insere mais amplamente no campo das Ciências Sociais ao estender o *parti pris* weberiano a como trataremos a política eleitoral.

¹ Entenda-se “objetivamente” não à maneira da objetividade das ciências naturais, mas num sentido weberiano que busca remover, nas ciências sociais, o pensamento normativo do campo científico. Cf. MCCARTHY, 2019

² USARKI, 2013

Permita-nos o crítico leitor, portanto, apresentar de que maneiras buscamos evitar a mácula de sentimentos pessoais na análise dos próximos capítulos para que possa julgar por si mesmo a integridade de nossa empreitada:

Em primeiro lugar, a fonte documental prioritária proveio imediatamente dos próprios indivíduos analisados. Um primeiro rascunho de nossa análise foi preparado, antes de qualquer coleta de fontes jornalísticas e acadêmicas, apenas com referência a declarações feitas diretamente por Jair Messias Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva em pronunciamentos públicos e mídias oficiais. Citações indiretas - aquelas obtidas em artigos científicos e colunas de jornal - foram compiladas apenas após um longo período de estudo centrado nas citações diretas e cumpriram função complementar em relação a essas últimas, as quais guiaram a análise e às quais se aludiu como fundamento para cada conclusão.

Também tomamos o cuidado, ao consultarmos fontes jornalísticas, em randomizá-las dentro de um banco de dados multi-ideológico no concernente a editoriais, sempre consultando uma mesma pauta em diferentes fontes a fim de confirmar a inexistência de discrepâncias e revezando as fontes empregadas nas citações. A condição para consulta foi que as fontes passassem por uma triagem de confiabilidade segundo as métricas de Rimer e Weaver (1987), as quais incluem crédito, viés, completude, respeito à privacidade, representação de interesses individuais, precisão, preocupação com o bem-estar da comunidade, separação entre fato e opinião, preocupação com o interesse público, fundamentos factuais à informação publicada e qualificações dos repórteres.³ Ressalta-se que dentro de tal triagem, materiais com editoriais antagônicos foram aprovados, o que demonstra não se tratar de um método ideologicamente discriminatório.

Terceiro, optamos por uma divisão fatorial das categorias analisadas, o que permite ao leitor compreender as métricas empregadas e avaliar por si mesmo a precisão da análise executada em cada uma delas, evitando-se um superestímulo desordenado de informação. Através do estabelecimento de seis eixos fundamentais de análise (elaborados no cap. 1), não só se esclarecem os critérios empregados em cada etapa de nossa pesquisa, como também o autor obriga a si mesmo a se atentar às próprias definições e não ir além da análise a que se propôs, avaliando ambos os candidatos segundo as mesmas métricas e assegurando um parâmetro mínimo de imparcialidade.

Se, após os parágrafos anteriores, o leitor considerar o estudo malsucedido em sua aspiração à objetividade (dentro da categorização possível de “objetividade” no âmbito das

³ RIMMER E WEAVER, 1987

ciências sociais), que nós ao menos possamos tê-lo convencido de que o texto não tentará guiar seu raciocínio em prol de um candidato ou outro, ou de uma determinada orientação religiosa, mas permitirá pleno usufruto de sua autonomia em como receber e interpretar as informações apresentadas.

Feitos esses esclarecimentos, cabe-nos delimitar o conceito central de nosso objeto, a saber: o discurso religioso em duas campanhas à Presidência da República em 2022. Para fazê-lo, devemos dedicar igual atenção a todos os termos que compõem o conceito para que sua conjunção, quando empregada, tenha sentido claro e não seja ponto de ambiguidade.

A categoria “discurso” é empregada em diferentes acepções a depender do referencial teórico do pesquisador que a utiliza. Algumas são mais restritas, “simplesmente significando passagens conectadas de fala ou escrita”⁴ enquanto outras, devedoras do legado de Michel Foucault, englobam mais amplo espectro de ocorrências. Essa última pode ser definida como

um conjunto de enunciados que habilitam uma linguagem para se falar sobre - uma forma de se representar o conhecimento sobre - um tópico particular em um momento histórico específico. [...] Discurso é sobre a produção de conhecimento através da linguagem. Mas [...] como todas as práticas sociais ocasionam sentido, e sentidos moldam e influenciam o que fazemos - nossa conduta - todas as práticas têm um aspecto discursivo.⁵

Ao mesmo tempo, “o conceito de discurso nessa acepção não é puramente um conceito ‘linguístico’. É sobre linguagem e prática. Ele busca superar a tradicional distinção entre o que se diz (linguagem) e o que se faz (prática).”⁶

No decorrer desta pesquisa, o que se entende por “discurso” foi localizado, prioritariamente, em manifestações linguísticas provenientes dos indivíduos analisados, haja vista serem estas as mais inequívocas fontes disponíveis. Entretanto, à maneira foucaultiana, não nos negamos a recorrer a ocorrências imagéticas (e.g., compilação de fotos de Lula em cultos evangélicos publicada em suas redes sociais) e comportamentais (e.g., a decisão de Bolsonaro de recusar a hóstia em missa de Aparecida no segundo turno) para ocasionalmente fundamentar nossas teses, com a condição de tais ocorrências terem-se dado em público. Tal interpretação generalista do discurso é cabível no contexto dessa pesquisa uma vez que candidatos em corridas eleitorais operam em uma condição de escrutínio público constante

⁴ HALL, 1992, p. 346

⁵ Ibid. p. 291

⁶ Ibid. p. 346

que os obriga a um planejamento estratégico de discurso nas suas múltiplas dimensões (afinal, todas têm prospecto de influenciar o comportamento dos eleitores). Conforme Guzmán e Sierra (2009),

Embora alguns eleitores baseiem sua decisão em políticas públicas e ideologia, a maioria cria genericamente atalhos que os ajudam a decidir como votar. Em algumas ocasiões, os eleitores simplesmente não se preocupam com políticas públicas. Em outras, as políticas públicas apoiadas são de difícil compreensão e não são claramente expressas pelo candidato. Como consequência, eleitores relegam-se a avaliar um candidato baseado em sua imagem, como um atalho de decisão. Focar em características pessoais permite que eleitores infiram como o candidato atuará no mandato. Aliás, diversos autores alegam que percepções sobre candidatos e intenções de voto são mais comumente focadas em características de personalidade e imagem do que em políticas e filiações partidárias.⁷

Ora, se variáveis não verbais são de tal maneira influentes sobre os mecanismos de decisão dos eleitores, é evidente que candidatos à Presidência da República, atuando em conjunto com equipes de campanha altamente sofisticadas, planejam seu discurso eleitoral muito além da dimensão “linguística” (segundo uma acepção tradicional do que configura a linguística). Por conseguinte, independentemente de quaisquer ponderações acerca da validade ou não da conceituação generalista de discurso preconizada por Foucault, a julgamos especialmente fortuita no contexto supracitado que compreende políticos como marcas, tendo-a endossado no decorrer desta pesquisa.

E o que, por sua vez, configura uma modalidade religiosa de discurso? Para responder essa pergunta há que se diferenciar o discurso propriamente religioso de discursos *acerca da religião*. Em resumo, tal diferença é análoga àquela entre o que, nas ciências sociais, chama-se de abordagens “êmica” e “ética”. Segundo Rosa e Orey (2013),

A abordagem ética refere-se a interpretação dos aspectos de outra cultura a partir das categorias de análise daqueles que a observam. A abordagem êmica procura compreender uma determinada cultura com base nos referenciais adotados pelos membros dessa cultura. Em outras palavras, ética é a visão do eu em direção ao outro enquanto que êmica é a visão do eu em direção ao nosso. A abordagem ética é necessária, contudo, é de extrema importância observar uma determinada cultura, primeiramente, em sua abordagem êmica,

⁷ GUZMÁN E SIERRA, 2009, p. 209

procurando compreender como os membros do grupo entendem as suas manifestações culturais.⁸

Dentro desse trabalho, o discurso religioso foi entendido emicamente quando aquele que o empregasse o fizesse enquanto membro de uma matriz religiosa (no caso de Lula e Bolsonaro, a matriz cristã) e não como observador externo a essa mesma matriz. Por conseguinte, receberam ênfase modalidades que veicularam motivos do cristianismo em sua acepção originária, participativa, e não enquanto objetos de análise apartada. Modalidades éticas de discurso foram incorporadas à pesquisa quando retroativamente pertinentes ao que os candidatos observados buscavam provar de formaêmica (e.g., as respostas de Lula a boatos de que pretendia fechar igrejas, refutados frequentemente em co-ocorrência com afirmações de sua cristandade; críticas de Bolsonaro à perseguição a cristãos na Nicarágua, co-ocorrentes com uma narrativa mais ampla que hipostasiava o candidato como representante do ideário cristão na política internacional⁹). Percebe-se, portanto, a primazia da abordagemêmica na conceituação de “discurso religioso” aqui endossada.

Todavia, cabe mencionar que a abordagem do autor em todos os momentos foi pautada pela eticidade, tendo ele se proposto a averiguar manifestações políticas e religiosas de modo estritamente não normativo a despeito de seu objeto ser, precisamente, modalidadesêmicas de discurso.

Por fim, esclareçamos os limites do que se entende por campanha à presidência no ano de 2022. Há duas dimensões aqui a serem avaliadas: uma cronológica e uma extensiva. Cronologicamente, o período de campanha foi compreendido como começando em 16 de agosto, seguindo determinações do Tribunal Superior Eleitoral de ser, a partir da data, permitida a propaganda eleitoral, inclusive na internet.¹⁰ O período atribuído às campanhas de primeiro turno é o recorte entre 16 de agosto e 2 de outubro (dia do primeiro pleito), enquanto as campanhas de segundo turno compuseram o período de 3 de outubro a 30 de outubro (dia do segundo pleito). Quando ocasionalmente nos referimos ao período pré-campanha, fizemo-lo para fim de contextualização de comportamentos presentes durante o recorte temporal supracitado, não se devendo projetar sobre tais menções uma assunção de tais ocorrências como partes do período de campanha.

Em termos de extensão dos instrumentos de campanha, seguimos a definição estabelecida pelo TSE, que inclui comícios, divulgação paga em imprensa escrita e

⁸ ROSA E OREY, 2013, pp. 3475, 3476

⁹ Tais ocorrências serão exploradas adiante.

¹⁰ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO, 2021

reprodução na internet do jornal impresso, distribuição de material gráfico, caminhada, carreata, passeata, carro de som, alto-falantes e amplificadores de sons em sedes ou veículos e, acima de tudo, propaganda eleitoral em todos os meios cabíveis.¹¹ O leitor por certo perceberá que muita atenção se deu às redes sociais de ambos os candidatos. Essa ênfase, que alguns anos atrás poderia gerar estranhamento, tornou-se rapidamente não contingenciável com a vitória de Jair Messias Bolsonaro na disputa presidencial de 2018. A vitória de um então improvável candidato com relativamente pouco capital financeiro à sua disposição e ínfima presença na mídia tradicional demonstrou um ponto de inflexão na estratégia eleitoreira e implicou um novo paradigma de *marketing* político. Dizia Flores no mesmo ano:

As redes sociais são centrais [...] para o deputado Jair Bolsonaro. Filiado a um partido pequeno, o PSL, com poucos recursos e diante da baixa possibilidade de conseguir apoio de partidos maiores, Bolsonaro investe há tempos na internet. Ele é o presidenciável com mais seguidores no Facebook, com 5,2 milhões de curtidas. Em março de 2018, o pré-candidato alcançou a marca de 1 milhão de seguidores no Twitter.¹²

Longe de se tratar de uma idiossincrasia da história política nacional, o sucesso de Bolsonaro com o uso estratégico das redes sociais configurou, na verdade, a desembocadura de uma tendência longotermista de apagamento dos limites entre a tecnologia e a vida pública, possibilitada pela chamada “Indústria 4.0” e o advento das redes. De modo que já não se pode fazer política numa democracia sem reconhecer como variável eleitoreira a interconectividade digital do século XXI. Segundo Ruediger e Grassi (2018):

A análise de rede traz assim uma nova possibilidade de entender as relações entre Estado e sociedade. Este tipo de análise esteve por muito tempo limitada à observação da vida privada, enquanto a produção de poder estava majoritariamente nas mãos de organizações grandes e verticais, como Estados, igrejas e empresas com objetivo definido por autoridades centrais (no clássico dilema de estrutura versus agência das ciências sociais). As redes tecnológicas digitais se tornaram a “coluna vertebral da sociedade em rede” (CASTELLS, 2005, p.18). Portanto, essa nova perspectiva entende as redes sociais como um continuum da esfera pública tradicional (HABERMAS, 1984), uma transição para a esfera pública interconectada (BENKLER, 2006).¹³

¹¹ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO, 2021

¹² FLORES, 2018, p.2

¹³ RUEDIGER E GRASSI, 2018, p. 6

Não deve surpreender, assim sendo, a presença recorrente de citações extraídas de redes sociais e veículos digitais. Estamos cientes de que tais citações frequentemente advêm não dos candidatos enquanto pessoas físicas, mas de equipes de *marketing* político que publicam em seu nome. Não obstante, muitas das declarações feitas pelos candidatos enquanto pessoas físicas o são apenas após longas deliberações e *briefings* com suas respectivas equipes, não configurando a rigor externalizações autorais. Isso poderia traduzir-se em problema caso o objetivo deste trabalho fosse biográfico, i.e., apresentar um estudo dos candidatos enquanto indivíduos. Porém, como já introduzido acima, ambos os candidatos foram aqui sempre entendidos como marcas. O conceito de marca pessoal ou *personal branding* diz respeito a

uma estratégia que promove a autocomodificação e foca na criação, manutenção e comunicação de uma identidade intencional (Casprini et al. 2019; Johnson 2014; Plunty e Pras 2020; Vallas e Christin 2018). Adicionalmente, a marca pessoal age como um mecanismo que projeta uma personagem autêntica ao seu público-alvo, distinta de rivais e competidores (Holbrook 1995; Misra e Walters 2016). Ademais, o desenvolvimento de marca pessoal foi descrito como um “processo de desenvolver, controlar e classificar informação pessoal, providenciando uma narrativa compreensível para que outros facilmente compreendam uma identidade” (Jacobson 2020:1).¹⁴

Ainda que o conceito de marca pessoal seja associado, por definição, a um indivíduo, sua tutela não se restringe a ele em contexto de corrida eleitoral. De um lado, “marcas pessoais em sistemas de partido são apoiadas por, mas submissas a, marcas dominantes de partidos políticos”¹⁵, portanto a marca do candidato não pode contradizer aquela mais amplamente endossada por seu partido.¹⁶ De outro, há que se acomodar interesses diversos em como tais marcas serão articuladas, interesses esses que incluem expectativas de segmentos específicos do eleitorado, o *status quo* sociopolítico em determinado momento histórico, concessões a candidatos, indivíduos e partidos com quem se almeja construir uma frente ampla, vozes conflitantes no âmbito do próprio partido e da equipe de campanha, bem como reações a contingências políticas, econômicas e sociais que possam, de alguma forma, influenciar a decisão dos eleitores.

¹⁴ PICH; ARMANNSDOTTIR; DEAN, 2020, p. 4

¹⁵ Ibid., p. 3

¹⁶ É questionável se este aspecto teve algum peso nas candidaturas de Lula e Bolsonaro, haja vista seus papéis como lideranças partidárias capazes de influenciar sumariamente os rumos de seus respectivos partidos.

Como consequência, a categorização de um candidato não pode remeter somente a uma pessoa física (ainda que, na somatória de forças, sua pessoa física possa ter mais poder que os demais agentes na determinação dos rumos da marca); esta configura o epicentro de um conglomerado de interesses aos quais se busca prestar contas com vistas a avançar a solução ótima a todos ou aos mais relevantes dentre eles. Assim seja entendido o uso do termo no decorrer do texto a seguir.

Capítulo 01: Pano de fundo teórico

1.1 Contextualizando o *status quo* da presente pesquisa

O ensaísta inglês William Hazlitt pontuou certa vez que “o garbo da religião é a melhor vestimenta para o poder.”¹⁷ Embora tal declaração tenha se publicizado ainda no século XIX e em um contexto consideravelmente díspar daquele brasileiro, nota-se que em poucas instâncias da contemporaneidade ocidental, marcada pela secularização e pela pretensão de laicidade como condição *sine qua non* das instituições políticas, essas palavras foram tão aplicáveis como no Brasil do século XXI. Aquele que se propõe a analisar a política do país já não cogita subestimar o domínio religioso como marginal ou secundário, assim como quem deseja compreender a religiosidade brasileira é incapaz de desvencilhar-se de suas cada vez mais profundas ramificações políticas. Os campos intrincam-se de tal maneira que por vezes torna-se um desafio distinguir onde um termina e outro começa. Quando, por exemplo, se atribui a “verdadeira essência” de uma tradição religiosa a um conjunto de pautas políticas, donde fiéis sejam persuadidos a endossá-las em pretenso respeito à sua crença, ou quando representantes da classe política se utilizam deliberadamente de figuras de linguagem ecumênicas ao abordar seu eleitorado, apresentando-se semioticamente como *fiéis em conversação com outros fiéis*. Em todos os casos, o que está em jogo é um mesmo pano de fundo, em progressiva consolidação, de mescla de concepções extramundanas da realidade com a materialidade mundana da política.

Perante este *Zeitgeist*, aquele que se propõe a investigar modalidades de relação entre religião e política no Brasil defronta-se com um desafio fundamental: abordar seu objeto de modo não-reducionista, reconhecendo-o a partir do diálogo entre duas dimensões e não atribuindo-o desmedidamente a uma delas. Pois se há uma via de mão dupla no concernente à relação entre religião e política, é apenas lógico que o produto desta relação advenha da

¹⁷ HAZLITT, 1902, p. 279

síntese de dois modos distintos de se pensar. Há que se reconhecer igualitariamente a relevância de ambos os campos na formação de um novo paradigma sociopolítico e, desse modo, identificar o aspecto fértil desta relação, i.e., o ponto de contato que lhe permitiu render frutos. Seria muito cômodo, como se faz com frequência no meio acadêmico, atribuir o sucesso do discurso religioso na política a uma complacentemente auferida ignorância das massas, ou esvaziar a religião de qualquer conteúdo próprio e reduzi-la a uma composição amorfa, modelável politicamente conforme convém (relegando-a, assim, a uma análise unidimensional). No entanto, o acadêmico responsável deve compreender que o caminho mais cômodo é raramente o mais contributivo, resistindo à tentação à arrogância que seus pares lhe incutem e buscando compreender não só o aspecto político da religião, mas também a influência que a religião, em seu próprio mérito, exerce sobre a política. Por essa razão, optou-se por apresentar o projeto da presente pesquisa ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da PUC-SP.

Nesse ponto, o que permite à religião um diálogo direto com a política é, precisamente, o fato de ela ter um conteúdo socialmente materializado e capaz de nutrir uma extensa rede de significado que, por sua vez, orienta pensamentos, sentimentos e ações - todos diretamente associados à vida pública. Conforme diz Durkheim:

“Uma religião é [...] um sistema solidário de crenças e de práticas relativas a coisas sagradas, isto é, separadas, proibidas, crenças e práticas que reúnem numa mesma comunidade moral, chamada igreja, todos aqueles que a elas aderem.”¹⁸

Note-se que, segundo uma tal definição, o aspecto doutrinário é indissociável do aspecto comunitário na vida religiosa, de modo que há algum grau de coesão social¹⁹ sempre que se estabelece uma comunidade moral unitária através da religião. Um conjunto claro de doutrinas sempre será capaz de conglomerar uma sociedade sob parâmetros de conduta minimamente semelhantes, em especial quando esse conjunto é revestido de uma noção de sacralidade e, portanto, irrefutabilidade. Seu conteúdo é vivo e traduzido diretamente à vida social daqueles que aderem a esta comunidade, orientando seu comportamento,

¹⁸ DURKHEIM, 1996, p. 78

¹⁹ Dizemos “algum grau”, porque não se pode ignorar as tensões existentes no âmago das próprias designações religiosas, em especial as dissidências e manifestações populares contrárias ao viés institucional. Mesmo nesses casos, entretanto, se opera em um campo com elementos e motivos familiares a todos os seus proponentes (ainda que ressignificados), razão pela qual uma coesão de caráter parcial pode ser asseverada.

frequentemente mediante a dicotomia entre “mundano” e “extramundano”²⁰. Não surpreende que lideranças políticas, compreendendo a determinância que a religião exerce sobre o comportamento social, sempre tenham buscado provar sua adequação a esta comunidade, tendo sido duramente punidas quando falharam em fazê-lo²¹. A noção popular de que “religião não se discute” é há muito sabida ingênua por lideranças políticas competentes e capazes de assimilar quão determinante é a religiosidade para a formação da mentalidade do povo (e, por conseguinte, para suas decisões).

Religião e política justapõem-se em sua dimensão social, portanto. Mas há, no âmago dessa justaposição, um impasse: se a religião se apresenta como uma comunidade homogênea, como as lideranças poderiam conciliá-la com o caráter tipicamente heterogêneo do embate político?

Entre 1987-88 (ano em que se iniciou a paulatina aproximação dos evangélicos com o meio político) e 2010, movimentos religiosos adotaram uma postura parcialmente pragmática em sua resposta a tal pergunta.

Para compreendermos a forma que ela assumiu, há que se remontar à Assembleia Constituinte. Na ocasião, a participação massiva de deputados de confissão evangélica marcou um ponto de inflexão no concernente à aproximação desse grupo com a política institucional, haja vista seu então ineditismo. Tal aproximação não foi sem implicações objetivas, já que desse grupo - em eventual aliança com católicos - partiram as incursões pela presença de um exemplar da Bíblia Sagrada na mesa da ANC, bem como pela incorporação de motivos religiosos no preâmbulo da Constituição (bem-sucedidas ao considerarmos a promulgação da sentença “sob a proteção de Deus”²², que ainda hoje deve preceder as atividades parlamentares segundo seu regimento interno). Movimentos desse tipo

não se [valeram] da Bíblia simplesmente como uma “metáfora”, um “registro histórico”, mas como um recurso de legitimação dos sentidos a serem assumidos pela Lei Maior e pelo Estado brasileiro, cuja organização se disputava na feitura da nova Constituição: seria feliz a Nação que tivesse por base a Palavra de Deus, e cujos homens

²⁰ Tais categorias não necessariamente são traduzíveis a todas as tradições religiosas. Todavia, para as religiões numericamente expressivas no Brasil, de matriz cristã, pode-se aplicá-las com segurança.

²¹ Um dos casos mais emblemáticos é aquele de Fernando Henrique Cardoso, que teve a candidatura em 1985 descredita, entre outros motivos, por indagações acerca de sua crença ou descrença em Deus, conforme será abordado adiante. Cf. “Debate em 1985 afetou candidatura.” *Folha de São Paulo*, abril de 1994, <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/4/02/brasil/17.html>. Acesso em: dezembro de 2022.

²² BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p.

pautassem suas condutas pelas palavras divinas; deveria ser a Bíblia a fonte dos princípios a transparecerem na nova Carta Magna.²³

O evento é ilustrativo porque estabelece o *modus operandi* originário do engajamento político de segmentos religiosos ascendentes, marcado, na ocasião, por uma máxima orientadora: o estabelecimento do cristianismo como matriz religiosa oficial do Estado. Este objetivo, relativamente restrito em suas implicações, foi reproduzido durante as três décadas seguintes com sistemática consistência, tendo se apresentado como condição *sine qua non* para que setores religiosos apoiassem determinada liderança política ao longo desse período. Não obstante, ainda que sempre se tenha esperado do líder que se posicionasse como “cristão”, por vezes citando nominalmente passagens bíblicas, mostrou-se igualmente relevante para as comunidades religiosas que passaram a se posicionar politicamente o prospecto de comunicar-se diretamente com executivo e legislativo, independentemente de ocupantes dos cargos. Isso permitiu que a comunidade evangélica mantivesse relações próximas com presidentes de pautas consideravelmente divergentes, como Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso. Conforme diz Barbosa Pessoa:

Nos governos de Fernando Henrique Cardoso, de 1994 a 2002, a relação entre a liderança evangélica pentecostal e a presidência da república sempre foi bem próxima, prova essa que o candidato apoiado por FHC, recebeu apoio da maioria de evangélicos pentecostais no segundo turno. Já que no primeiro turno, o maior apoio foi ao candidato Garotinho, que dizia que, se eleito, iria tomar posse com a Constituição Federal e com a Bíblia. Mas ainda, mesmo com a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) nos anos de 2002 e 2006 com Lula, e nos de 2010 e nas eleições de 2014 com Dilma. A relação entre pentecostais e neopentecostais não se distanciou do Palácio da Alvorada, sendo o partido comandado por membros da Universal, PRB (Partido Republicano Brasileiro) atual Republicanos, parte da base de apoio dos governos petistas e alguns parlamentares membros das denominações pentecostais e de outras igrejas neopentecostais também apoiavam os governos do PT. Existindo ainda, parlamentares petistas ou de partidos que faziam parte da coligação tanto em âmbito federal, como estadual, que foram apoiados por denominações evangélicas.²⁴

Contanto que o líder político expressasse um mínimo de religiosidade pessoal e mantivesse relações próximas com a instância religiosa, havia considerável flexibilidade quanto ao modelo político empregado. Assim, conservava-se o caráter comunitário das

²³ MELO, S. 2018, pp. 102-103

²⁴ BARBOSA, 2020, pp. 116-117

designações religiosas com vistas a avançar seus interesses sem discricionariedade por fatores não-religiosos. É claro que os evangélicos presentes no Congresso tinham viés ideológico claro, aderindo com frequência desproporcional a pautas de direita e centro-direita, mas essas pautas ainda não eram veiculadas de maneira polarizadora, a se julgar pela disponibilidade para negociação com proponentes de outros pontos do espectro político. Assim sendo, a despeito de uma tendência ideológica clara expressa pelos grupos religiosos mais proeminentes na vida política, ainda se pôde resguardar um caráter conciliatório e um grau mínimo de separação entre o que seriam os interesses das comunidades religiosas enquanto tais e projetos político-partidários específicos.

Como consequência, o apoio das comunidades religiosas a candidatos ao pleito presidencial foi frequentemente fragmentado, tanto entre designações distintas como entre representantes das mesmas designações. Em 2010, por exemplo,

enquanto as lideranças da Assembleia de Deus, maior grupo pentecostal do Brasil, se dividiram no primeiro turno das últimas eleições presidenciais entre as candidaturas de Marina Silva, pelo Partido Verde (PV), de Dilma Rousseff, pelo PT, e de José Serra, pelo Partido Social Democrata do Brasil (PSDB), líderes da Igreja Universal do Reino de Deus engajaram-se na campanha petista e travaram duros embates com seus pares pentecostais (enquanto) verificou-se na *internet* a articulação de pastores do segmento mais histórico do protestantismo para combater o programa do PT e as candidaturas desse partido político nas disputas pelos poderes executivo e legislativo.²⁵

Mas não se deve assumir, devido à sua verificada capacidade de articulação política, que as lideranças religiosas ascendidas desde o fim do século XX foram desprovidas de conteúdo programático. De maneira consistente, tanto católicos carismáticos como evangélicos posicionaram-se firmemente, sobretudo em relação a pautas morais.²⁶ De modo que, independentemente de divergências quanto a candidatos apoiados ao poder executivo, tenham formado coligações naquelas pautas comuns como a manutenção do modelo de família nuclear heterossexual²⁷ e a criminalização do aborto. De maneira geral:

[...] propuseram-se as tarefas de combater, no Congresso Nacional, a descriminalização do aborto e do consumo de drogas, a união civil de homossexuais e a imoralidade, de defender a moral cristã, a família, os bons

²⁵ MACHADO, 2012, pp. 25-54

²⁶ Os pentecostais de maneira mais consistente, já que, enquanto a Igreja Católica presentemente desencoraja a participação de seus representantes em disputas eleitorais, igrejas evangélicas com frequência a incentivam.

²⁷ Cf. Projeto de Lei nº 6583 de 2011, conhecido como Estatuto da Família e amplamente defendido por este segmento religioso-político.

costumes, a liberdade religiosa e de culto e de demandar concessões de emissoras de rádio e tevê e de recursos públicos para suas organizações religiosas e assistenciais.²⁸

²⁸ FRESTON; PIERUCCI *apud* MARIANO, 1999

Após 2010, houve uma guinada em quão resolutamente o setor religioso politicamente engajado (em sua maioria evangélico e católico carismático) passou a se posicionar frente ao Planalto, então ocupado pela presidente Dilma Rousseff. Em uma série de descompassos, este público paulatinamente mostrou distanciar-se da presidente, distância essa ilustrada em instâncias como a reação à proposição do Ministério da Educação de distribuir em escolas públicas cartilhas contra a homofobia, chamadas pejorativamente “kit-gay” pelo setor evangélico no Congresso, bem como à campanha do Ministério da Saúde contra infecções sexualmente transmissíveis, em 2012, que apresentava um casal homossexual interagindo amorosamente em espaço público. A apresentação do Projeto de Lei 122, que se propunha a criminalizar a homofobia, também contribuiu para uma hegemonia do antagonismo evangélico frente ao governo eleito.²⁹ Embora não seja nosso intuito identificar causas sistêmicas para esta progressiva ruptura (os exemplos citados são retratos de uma atmosfera geral de tensão, não atribuições de sua causa), recomenda-se ter em mente a narrativa antipetista, em consolidação simultânea, fomentada tanto pelas insinuações de corrupção por parte do ex-presidente Lula em meio ao “caso do triplex”³⁰ começado em 2014, como pela desconfiança já instaurada pelo caso mensalão/petrolão.³¹ Tudo isso colocaria Rousseff aos olhos de não poucos evangélicos como *persona non grata* durante a maior parte de seu mandato.

Em 2016, quando da votação do *impeachment* da então presidente, a quantidade de manifestações religiosas veiculadas como justificativas de voto foi emblemática. Tanto evangélicos³² como católicos carismáticos³³, em suas declarações positivas ao impedimento, exaltaram as designações religiosas de que faziam parte e motivos associados a elas, sendo frequente que se votasse “por Deus” e “pela fé”. Essa ritualização de um processo político com fortes insinuações religiosas viria a cristalizar a presença do cristianismo político no Congresso como uma força autônoma, com agenda clara e plena força para impô-la mediante medidas institucionais. De modo que, já durante a presidência interina de Michel Temer (PMDB), Jair Messias Bolsonaro encontrou terreno fértil para sua projeção política.

Colocando-se como um representante da “nova política”, Bolsonaro pôde, no breve período de dois anos em que Temer cumpriu seu mandato, capitalizar uma série de novas tendências políticas. Para fins metodológicos, sugerimos três leituras complementares: (1) o

²⁹ Cf. FREITAS, 2012

³⁰ Cf. BRETAS, & GRANATO, 2018

³¹ Cf. “Mensalão: cronologia do caso.” *Memória Globo*, 2021

³² Cf. PRANDI, & CARNEIRO, 2018, pp. 96-118

³³ Cf. PROCÓPIO, 2019, pp. 275-299

vácuo de poder deixado pela queda abrupta do Partido dos Trabalhadores com o *impeachment* de Dilma Rousseff e a condenação do ex-presidente Lula; (2) o viés anti-*establishment* reforçado pelas condenações em massa exercidas pela operação Lava Jato; (3) a demanda por uma ideologia de caráter religioso-moral, fomentada, em parte, pelo crescimento da participação evangélica e católica carismática na política. Colocando-se como proponente dos desejos associados a cada uma das três tendências, Bolsonaro acumulou visibilidade (que foi apenas fortalecida com a intensa midiatização de suas declarações pejorativas).

Em abril de 2017, já concorrendo à presidência, o candidato surgiu nas pesquisas com intenção de voto de 13,7%, enquanto Lula, mesmo encarcerado, possuía 30,8%.³⁴ Com a indeferência da candidatura de Lula e sua substituição por aquela de Fernando Haddad, Bolsonaro cresceu, tendo sido eleito com 55% dos votos válidos no segundo turno. Recebeu apoio massivo de personagens evangélicos, dentre os quais o líder da Igreja Universal do Reino de Deus Edir Macedo e o presidente do Partido Social Cristão Everaldo Pereira, que, aliás, batizara Bolsonaro em 2016 nas águas do Rio Jordão em Israel. Entre os eleitores, Bolsonaro empatou com Haddad entre eleitores católicos (embora tenha vencido entre católicos carismáticos) e perdeu apenas entre adeptos de posicionamentos religiosos inexpressivos numericamente frente ao montante de votos, como adeptos de religiões afro-brasileiras, ateus e agnósticos. O grande diferencial se deu nos votos de evangélicos, entre os quais Bolsonaro teve uma vantagem de mais de 11 milhões de votos.³⁵

Após a ascensão de Bolsonaro à Presidência da República, o governante eleito deu continuidade a seu itinerário de campanha e recorreu sistematicamente ao discurso religioso como fundamento para nomeações a cargos públicos - como na emblemática instância em que celebrou seu compromisso de levar ao supremo um ministro “terrivelmente evangélico” com a nomeação de André Mendonça ao STF -, bem como para afirmar seu posicionamento público perante tribulações enfrentadas pelo país, por exemplo, quando convocou um “ato de jejum e oração pela nação” como resposta à crise do coronavírus em 2020. Não obstante, reiterou seu alinhamento com o eleitorado evangélico ao distribuir em múltiplas instâncias cargos públicos a figuras proponentes de pautas benquistas nos meios religiosos conservadores, como a nomeação de Damares Alves ao antigo Ministério dos Direitos Humanos, que viria a se chamar Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Outrossim, tratando prioritariamente de agendas caras a este grupo - proibição do aborto, revogação do desarmamento e ênfase em costumes, por exemplo -, pôde qualificar-se como

³⁴ DALY, 2022, pp. 61-84

³⁵ ESTADO DE MINAS, 2018

representante de uma classe religiosa que nunca havia encontrado tamanha representatividade no poder executivo.

Cabe ressaltar que, contrariamente ao que às vezes se afige, os evangélicos presentes no governo Bolsonaro nunca se reduziram a “neopentecostais”, designação controversa dada àquelas igrejas pertencentes à terceira onda do evangelismo brasileiro e caracterizadas, entre outros aspectos, “pelo rompimento com a [...] rejeição do mundo”³⁶ (por consequência, pela maior disposição à participação política). Enorme foi a participação do setor histórico do protestantismo, em suas mais diversas designações:

Logo no primeiro bloco de nomeações ministeriais, a pastora Damares Alves, inicialmente da Igreja do Evangelho Quadrangular, e, depois, da Igreja Batista da Lagoinha, ganhou a direção do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. O Ministério da Casa Civil foi ocupado pelo luterano, da Igreja Evangélica Luterana no Brasil, Onyx Lorenzoni, e o Ministério do Turismo era conduzido pelo membro da Igreja Maranata Marcelo Álvaro Antônio. O ministro da Advocacia Geral da União era o pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil André Luiz Mendonça e o ministro-chefe da Secretaria de Governo era o general Luiz Eduardo Ramos, membro da Igreja Batista. Eram cinco evangélicos nomeados para o primeiro escalão do governo federal, com a ocupação de ministérios importantes como Casa Civil, Secretaria de Governo e o ideológico Ministério de Direitos Humanos que passa a incluir o tema da Família.³⁷

Uma presença tão convivial no governo de diferentes tradições religiosas que tiveram, historicamente, repetidas ocasiões de conflito³⁸ sinaliza um movimento histórico significativo: a instauração de uma tendência política que pôde unir, a despeito de divergências biográficas, todo um movimento de caráter simultaneamente religioso e político que viera germinando ao longo do passado recente, um movimento pela impregnação religiosa do mais alto escalão da política nacional. Nunca antes na história do país um líder se esforçara tão avidamente para logr-lo, de modo a ter encarnado para esses segmentos o espírito de seus anseios e ter-se consolidado enquanto tal no momento em que o desejo de tais segmentos pelo poder alcançara seu pico histórico após décadas de paulatina germinação.

³⁶ MARIANO, 1999, p. 44

³⁷ CUNHA, 2022

³⁸ A respeito das tensões entre o pentecostalismo e o protestantismo histórico no Brasil, cf. CAMPOS, L. S. Pentecostalismo e Protestantismo “Histórico” no Brasil: um século de conflitos, assimilação e mudanças (Pentecostalism and “Historical” Protestantism in Brazil: one century of conflicts, assimilation and changes) - DOI: 10.5752/P.2175-5841.2011v9n22p504. HORIZONTE, v. 9, n. 22, 30 set. 2011.

Esta breve contextualização reforça a centralidade da interlocução com as camadas religiosas na campanha dos dois principais candidatos à presidência em 2022. Lula, por seu lado, enfrentava a necessidade de reconquistar os públicos evangélico e católico carismático que, desiludidos com os governos petistas, revogaram a proximidade mantida fragilmente com o ex-presidente em seus demais mandatos. Ao mesmo tempo, em vista da relação histórica do Partido dos Trabalhadores com setores (inclusive religiosos) de viés progressista, que contribuíram com a construção do PT e ainda hoje o apoiam, o candidato defrontava-se com a dificuldade de localizar uma linguagem capaz de captar simultaneamente comunidades religiosas de vieses contraditórios e conflitantes. Acima de tudo, Lula enfrentava o desafio de disputar, em evidente disparidade de forças, uma narrativa de “evangelização política” de que Bolsonaro foi pioneiro e que se tornou intrinsecamente associada à sua figura, de modo sólido o bastante para não ser desconstruído no pífio período de uma corrida eleitoral. Bolsonaro, em contrapartida, privilegiando um discurso ultraconservador de caráter não-conciliatório e dependendo desproporcionalmente da ala ideológica de sua base, tinha como hodierna tendência a manutenção do apoio em voga que essa ala representava ao mesmo tempo em que manifestava intento de reconstruir as alas enfraquecidas que haviam contribuído com sua eleição em 2018.

1.2 Considerações metodológicas

O objetivo desta pesquisa é identificar, descrever e analisar a operacionalização política do discurso religioso nas campanhas de Jair Messias Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva. Para tanto, recorrer-se-á a uma leitura holística dos canais oficiais das respectivas campanhas, dentre os quais se encontram: manifestações realizadas pelos próprios candidatos, em público ou via meios de comunicação (televisão, rádio, *podcasts*), *posts* nas redes sociais verificadas dos respectivos candidatos (Facebook, Twitter e Instagram), e transcrições por nós realizadas de encontros com comunidades religiosas em que houve incentivos adicionais para que os candidatos empregassem modalidades religiosas de discurso. Há de se recorrer, ainda, a fontes indiretas na forma de reportagens e artigos em veículos de informação, sempre optando-se por aqueles de maior confiabilidade e demonstração sistemática de *accountability*. Após a conglomeração e leitura dos documentos, proporemos uma análise em duas frentes: (1) a primeira, voltada aos incentivos políticos dos candidatos, empregará a “teoria do seletorado” de Bueno de Mesquita et al. para buscar fundamentar teoricamente o uso de modalidades religiosas de discurso pelos dois candidatos;

(2) a segunda, de maior centralidade para nosso propósito, buscará identificar quais são os eixos temáticos presentes nas manifestações religiosas dos candidatos, de modo a se possibilitar uma divisão sistemática de focos de análise e uma comparação clara dos conteúdos propriamente religiosos nessas manifestações.

Abaixo, esclareceremos as escolhas metodológicas supracitadas a fim de que o referencial teórico desta dissertação esteja suficientemente claro para o leitor e sua escolha justificada:

Dá-se o nome “teoria do seletorado” à abordagem introduzida por Bruce Bueno de Mesquita, Alastair Smith, Randolph M. Siverson e James D. Morrow em *The Logic of Political Survival* para se mensurar, mediante teoria dos jogos, o comportamento político em diferentes moldes institucionais. A teoria, tanto em sua forma original como em adaptações posteriores, baseia-se fundamentalmente nas modalidades de relação entre cinco variáveis, sendo elas: (1) líder; (2) desafiante; (3) população geral; (4) seletorado [S]; (5) coalizão vencedora [W]. (4) e (5) estão contidos em (3): o seletorado é não mais que o subgrupo da população geral com influência relativa ou potencial sobre o poder de um líder; a coalizão vencedora, por sua vez, é o subgrupo do seletorado com poder direto sobre a manutenção do poder do líder, ou seja, o subgrupo de quem depende diretamente seu poder. (1) e (2) competem por (3), i.e., líder e desafiante competem pela coalizão vencedora para obter ou manter seu poder, tanto em democracias quanto autocracias.

A coalizão vencedora [W] é o “subgrupo do seletorado com tamanho suficiente para que seu apoio necessariamente provenha à liderança poder político sobre o restante do seletorado, bem como sobre os demais membros da sociedade.”³⁹ Em democracias liberais, em que virtualmente $S = W$, os autores argumentam que a tendência será sempre de que bens sejam difundidos de maneira comparativamente igualitária, haja vista ser do interesse de candidatos que almejam capital político uma cooptação massiva de eleitores que são, todos eles, constitutivos da coalizão vencedora; em regimes autocráticos, por outro lado, em que $S > W$, a tendência será de uma distribuição segregacionária de bens, direcionados de modo desproporcional a uma coalizão vencedora que integra apenas um pequeno subgrupo (militar, econômico e/ou político) de S, sendo o único de que depende o poder do líder. É razoável assumir, conforme faremos ao longo desta dissertação, que esses bens não se restringem àqueles de caráter econômico ou material, mas incluem também bens simbólicos e culturais que legitimam, celebram ou apaziguam, mediante o caráter oficializante do discurso do líder,

³⁹ BUENO DE MESQUITA, MORROW, SILVERSON, & SMITH, 2003, p. 51

aqueles subgrupos do seletorado de que se julga depender seu poder. Uma vez que nossa pesquisa trata do discurso religioso em uma corrida eleitoral - o que não envolve, ou envolve apenas indiretamente, a alocação de bens materiais -, a teoria não será operacionalizada em sua forma *stricto sensu*, mas terá seus termos realocados a uma camada de análise distinta daquela que mais interessa aos seus autores, uma vez que estes termos oferecem recursos suficientemente claros de por que certas modalidades discursivas são priorizadas em detrimento de outras frente às preferências da população votante.

A teoria lida com tipos ideais do que seriam regimes democráticos e autocráticos. Nenhum dos dois, entretanto, parece corresponder integralmente ao paradigma intermediário entre democracia e autocracia proposto por Jair Messias Bolsonaro, conforme será justificado no capítulo 2, quando forem estabelecidos os incentivos predominantes de Bolsonaro ao longo da corrida eleitoral. Portanto, ainda que a teoria originalmente se proponha a identificar padrões de comportamentos comuns a democracias enquanto tais e autocracias enquanto tais, partir-se-á da premissa de que líderes políticos podem agir disfuncionalmente em relação ao modelo político em que se encontram por sua conta e risco. Tal agir disfuncional, por sua vez, justifica-se pela assunção de se estar em um modelo distinto daquele em que se está, ou então pelo julgamento de se estar em zona suficientemente nebulosa entre um modelo e outro a ponto de ser possível algum grau de maleabilidade institucional.

A fim de compreender tais agires político-religiosos em suas manifestações discursivas, com frequência recorreremos ao conceito de ideologia para justificar as premissas avançadas em tais manifestações. Dada a nebulosidade do termo e suas múltiplas acepções, cabe esclarecer: sempre que for mencionado neste texto, sê-lo-á na óptica de Karl Mannheim, uma chave de leitura da realidade como contextualmente constituída. Para o autor húngaro, as crenças e preferências de um grupo podem ser explicadas pelo contexto em que seus membros existem de modo que “ideias [sejam] produtos de seus tempos e dos status sociais de seus proponentes”⁴⁰. Ademais, sendo ideologias distintas produtos de contextos distintos, estas não almejam somente avançar uma determinada interpretação da realidade, mas também invalidar e negar aquelas advindas de outros grupos e que a contradizem diretamente. Ora, uma vez que o discurso religioso em campanhas eleitorais tem como objetivo a captação de eleitores, o conceito de Mannheim surge aqui como especialmente fortuito, já que candidatos distintos almejam não apenas propor a razoabilidade de certos modos de pensamento de seus eleitores (do qual seriam representações pessoais), como

⁴⁰ SAGARIN E KELLY, 1989

também desmerecer a adequação de seus adversários a estes mesmos modos de pensamento. Segue-se que a corrida eleitoral seja, necessariamente, pano de fundo de conflitos ideológicos.

Dentre as várias operacionalizações do termo reconhecidas pelo autor, optaremos por aquela “não-valorativa” haja vista ser a mais adequada a uma pesquisa que aspire à objetividade e não à panfletagem política. Assim a define o autor:

A concepção não-valorativa (...) da ideologia encontra-se primariamente em investigações históricas nas quais, provisoriamente e com vistas à simplificação do problema, nenhum julgamento é proferido acerca da validade das ideias a serem tratadas. Esta abordagem restringe-se a descobrir relações entre certas estruturas mentais e as situações-de-vida em que elas existem.⁴¹

Estamos cientes de que a aceção supracitada não é a favorecida pelo autor, que é da opinião de que a ideologia deve ser abordada com vistas a ser criticada (segundo um viés aprioristicamente marxista de crítica social). Entretanto, em virtude de nossa aspiração a uma investigação tão objetiva quanto possível, optaremos por essa abordagem que, não obstante ter sido relativamente negligenciada pelo autor em *Ideologia e utopia*, apresenta maior consonância com nossa pretensão. Em suma, recorreremos ao aparato conceitual de Mannheim sem, todavia, assumirmos como *parti pris* o compromisso de instrumentalizá-lo em prol de uma crítica marxista.⁴²

Não se deve assumir, por debruçarmo-nos tão extensamente sobre um referencial proveniente da ciência política e da sociologia, que consideramos o fenômeno religioso estritamente sociopolítico, i.e., que o objeto “religião” pode apenas ser compreendido como produto de forças sociais em conflito, não havendo espaço para o reconhecimento de outras dimensões do fenômeno religioso. Uma tal asserção generalizante acerca do que define o objeto “religião” está além do escopo de nosso estudo⁴³. A recorrência à sociopolítica, aqui, justifica-se metodologicamente pelo contexto em análise: uma corrida eleitoral que, tendo por

⁴¹ MANNHEIM, 1985

⁴² Estamos cientes de que qualquer opção metodológica, inclusive pela pretensa neutralidade, viabiliza caminhos teóricos ao mesmo tempo em que ofusca outros. No entanto, deve-se compreender que este não é um texto político e sim um texto sobre política, o que implica que não se tome partidos, e é tão somente isso que está em jogo no que tange à não-valorização.

⁴³ Note-se que embora recorramos a uma definição para fim de clareza, ela cumpre uma função metodológica e se propõe a iluminar uma entre múltiplas manifestações possíveis deste fenômeno, i.e., a manifestação discursiva da religião.

máxima norteadora a disputa por votantes, legitima a premissa de que o discurso religioso cumpre uma função quantificável politicamente quando submetido a este contexto.

Evidentemente, tal abordagem depende de uma concepção racionalista do comportamento político e econômico dos candidatos. A “teoria da escolha racional”, amálgama de concepções análogas à aqui assumida, preconiza que “razões sejam causas para ações que [os agentes] racionalizam [e também] que as crenças e desejos dos agentes, em que se baseiam suas ações, sejam racional e internamente consistentes.”⁴⁴ Isso não significa que pressupomos que os candidatos são estritamente (ou mesmo predominantemente) racionais enquanto sujeitos. Trata-se de uma opção metodológica baseada no caráter específico do contexto em análise (corrida eleitoral), em que candidatos assumem o caráter de “marcas” a serem veiculadas com a finalidade explícita de conquista de votos, de modo que suas ações públicas sejam, por uma consequente lógica de sobrevivência eleitoral, calculadas com vistas a esse fim. É claro que há notáveis diferenças ideológicas entre um candidato e outro que dificilmente poderiam ser explicadas sem recorrência a fatores subjetivos e biográficos, porém, em se tratando de uma corrida eleitoral na qual dois polos concorrem de maneira relativamente próxima por adesão majoritária (como em Lula *versus* Bolsonaro), é consequencial que ideologias sejam articuladas de modo minimamente pragmático com vistas à cooptação, o que supõe racionalidade de escolhas. Por conseguinte, ao abordarmos os respectivos candidatos, não nos referimos a estes tão somente enquanto pessoas físicas, mas enquanto marcas que **incluem** suas pessoas físicas, mas **não se restringem** a elas, sendo veiculadas por equipes de campanha sofisticadas cujas modalidades de *marketing* incluem redes sociais e canais oficiais administrados por terceiros.

Ademais, embora a análise sociopolítica sirva como importantíssimo instrumento de análise, esta não esgota o objetivo de nossa investigação. A teoria do seletorado e a conceituação de ideologia podem-nos auxiliar a compreender o que motiva os candidatos a veicularem algumas categorias religiosas em detrimento de outras em suas campanhas, mas este primeiro passo ainda carece de um desdobramento subsequente, a saber: a análise aprofundada dessas categorias de modo a se determinar onde convergem e onde divergem. Para tanto, é necessária, compreendidas suas causas, uma análise conteudística dos discursos que tenha como ênfase a semântica religiosa neles contida, razão pela qual, inclusive, optou-se por apresentar este projeto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da PUC-SP e não à minha cátedra de origem na Universidade de São Paulo.

⁴⁴ GREEN e SHAPIRO, 1994, p. 20

Para analisarmos o conteúdo dos respectivos discursos baseamo-nos em um critério fatorial. Durante a etapa de coleta e leitura de documentos, identificou-se 06 (seis) eixos temáticos que reincidiam, em diferentes vieses e articulações, durante as manifestações religiosas dos candidatos, sendo eles: a identificação com os sacrifícios vivenciados pelos santos e o próprio Cristo (martírio); a asserção de um favoritismo divino por sua candidatura (preferência); a asserção de auxílio divino conferido à sua trajetória pregressa (providência); correspondência das pautas propostas em suas respectivas agendas programáticas com o que supostamente seria o ideário cristão (legitimidade); a associação da própria figura com motivos positivos do ideário cristão e de seu adversário com motivos negativos (analogia); e a publicização de sua suposta religiosidade pessoal (pertencimento). Cabe esclarecer que se buscou exclusivamente amostras de discurso **religiosas** e não necessariamente **sobre a religião**, uma vez que o que nos interessa sejam aquelas declarações feitas de uma perspectivaêmica e não ética.

A seguir, explanaremos cada um dos seis eixos a fim de que se compreenda seu devido emprego no decorrer do texto. Trata-se de uma divisão original em sua primeira operacionalização e, portanto, sujeita a futuras retificações pelo autor.

1.2.1 *Martírio*

Não se pode conceber cristianismo sem a categoria de martírio. A se começar, evidentemente, pela trajetória de seu protagonista, perseguido e torturado até calhar morto na cruz, e perpassando as trajetórias de santos católicos, monges ascetas e o montante de fiéis perseguidos historicamente por professarem sua doutrina, é profundamente enraizada no imaginário popular cristão a crença de que o sofrimento voluntarioso eleva o indivíduo e atesta a sinceridade de sua fé. Como nos diz Cicek (2021), “o mártir é uma espécie específica, um crente por excelência”⁴⁵ e “está sempre relacionado à bravura, amor, coragem e determinação”⁴⁶. Um dos aspectos centrais da doutrina cristã é a imitação do sofrimento de Cristo, a aceitação da dor e da morte como ele mesmo a aceitou, contanto que se imbua esse sofrimento de um sentido eminentemente espiritual. Em múltiplas instâncias da Bíblia, essa exaltação da dor é expressa. Em Romanos, por exemplo, “herdeiros de Deus e co-herdeiros com Cristo, se de fato participamos dos seus sofrimentos, para que também participemos de sua glória” (Rm 8:17). Em Mateus, Cristo proclama que “bem-aventurados sois quando, por minha causa, vos injuriarem, e vos perseguirem, e mentindo, disserem todo mal contra vós”

⁴⁵ CICEK, 2021

⁴⁶ Ibid.

(Mt 5:10-12). Em Pedro, ainda, se diz: “se sofrer como cristão, não se envergonhe disso; antes, glorifique a Deus por meio desse nome” (1 Ped 4:16).

Com um motivo de tal modo presente no dogma, é de se esperar que ele acarrete implicações psicológicas em seus praticantes, a saber: a positivação do sofrimento como parte constitutiva da vida religiosa, de um modo que não necessariamente se faz tão presente em outras tradições (quando o faz, tende a ser negativamente valorado).⁴⁷ O cristão, constantemente imbuído da noção de que o símbolo central de sua religião é um indivíduo beirando a própria morte, que aceitou sofrer para expiar os pecados da humanidade, é por conseguinte imbuído da noção de que o sofrimento é dignificado e mesmo capaz de elevá-lo ao sagrado:

No centro da fé encontramos “a recordação do Senhor crucificado, uma *memoria passionis* **determinada**, na qual se funda a promessa de liberdade futura para todos”. Daí que, no âmbito da Igreja primitiva, a “palavra de Deus” (2 Cor 2,17) tenha surgido sob a forma de “linguagem da cruz” (1 Cor 1,18), fonte, aliás, de “escândalo” e de “loucura” (1 Cor 1,23). Verifica-se assim que, para os cristãos, o sofrimento é não só objecto de **experiência**, sendo também objecto de **memória**.⁴⁸

Diante de um motivo de tal modo determinante à matriz religiosa com a qual ambos os principais candidatos à presidência buscaram dialogar, é de se esperar que, de modo explícito ou implícito, ele tenha sido veiculado em suas declarações de natureza religiosa. E assim foi. Mas é necessário que se justifique aqui o critério adotado para enquadrar fragmentos discursivos nesse eixo temático nos dois próximos capítulos. Afinal, embora o martírio advenha do sofrimento ou morte por uma causa religiosa, outros tipos de sofrimento ou morte não são conceituados como martírio de uma perspectiva êmica. Isso significa que não poderíamos enquadrar qualquer declaração acerca de experiências difíceis, turbulentas ou dolorosas por parte dos candidatos nesse eixo. Decidiu-se, portanto, que os fragmentos selecionados para análise da categoria “martírio” cumpriram ao menos um de dois critérios: (1) se tratam de fragmentos de discurso que se referem, explicitamente, a sofrimentos de natureza religiosa; (2) se tratam de fragmentos de discurso que atribuem, de forma implícita, peso religioso ao sofrimento por meio da co-ocorrência deste com sentenças remissivas a um

⁴⁷ Vem à mente o romance *Samurai* de Shūsaku Endō, em que o protagonista, japonês em primeiro contato com a imagem de Cristo, sente repulsa e não compreende o porquê de se venerar no Ocidente um ícone aparentemente tão fraco e moribundo.

⁴⁸ DIDASKALIA, 2023

dos outros cinco eixos temáticos. Exemplifiquemos o segundo critério: em encontro com evangélicos, o então candidato à Presidência da República Lula da Silva diz:

Eu sou filho de uma mulher analfabeta, que teve 12 filhos, 12 sem médico, tudo com parteira. Desses 12 filhos 4 morreram, ela criou os 8. Em 1952 ela resolveu vir para São Paulo para encontrar com o meu pai, que já estava aqui desde 1945, no ano que eu nasci meu pai veio para São Paulo e eu só fui conhecer meu pai depois de sete anos de idade. E a minha mãe veio para cá para encontrar com meu pai, e quando ela chegou em São Paulo ela teve uma triste surpresa, meu pai já estava casado com outra mulher e já tinha quatro filhos com a outra mulher.

Percebe-se que o fragmento, tomado isoladamente, nada tem de explicitamente religioso, uma vez que trata de experiências seculares de sofrimento. Entretanto, pode ser enquadrado no eixo “martírio” de nossa análise pelo segundo critério supracitado, uma vez que o fragmento é contextualmente justificado pelo candidato da seguinte maneira, logo antes de ser proferido, com um fragmento remissível ao eixo da providência⁴⁹:

Eu digo para todo mundo que se não fosse a mão de Deus em cima de mim eu não teria chegado aonde eu cheguei, porque aonde eu nasci, do jeito que eu vivi, sem as possibilidades que uma mãe sonha para o filho, e chegar à Presidência da República é porque tem algo superior guiando o caminho.

Quando uma narrativa biográfica de tribulações é precedida pela asserção de que sempre houve “algo superior guiando o caminho”, semioticamente, em se assumindo a onipotência da entidade superior a que se menciona, se está afirmando que as tribulações vividas pelo indivíduo têm sentido quando postas em uma lente de trajetória espiritual. Segundo um tal viés, o fragmento não necessariamente se enquadraria numa concepção ortodoxa de martírio (sofrimento *em decorrência da fé*, o primeiro critério de análise). Mas uma vez que o emprego da categoria, aqui, não pretende atender um rigor teológico, e sim aproximar tematicamente declarações de natureza religiosa, optamos por incluir para fins de praticidade também uma acepção heterodoxa de martírio (sofrimento *validado pela fé*, o segundo critério de análise), juntamente com a primeira.

⁴⁹ Vide o item abaixo.

1.2.2 *Preferência e providência*

Os eixos “preferência” e “providência” são próximos o bastante para serem analisados em conjunto, mas diferentes o bastante para requererem separação nominal. Próximos, porque suas implicações lógicas são idênticas: naturalmente, se Deus é onipotente, sua preferência por uma candidatura torna mais provável seu apoio a ela, da mesma maneira que de seu apoio a uma candidatura se poderia deduzir, retroativamente, que tem preferência por ela. Diferentes, porém, porque têm semânticas distintas, ainda que com frequência incidam juntas, devendo ser propriamente delimitadas com vistas ao rigor analítico. Em todo caso, ambas cumprem uma mesma função no discurso religioso dos candidatos à presidência Lula e Bolsonaro, a saber, a justificação divina de seu pretenso poder. Como dirá Bourdieu:

Na medida em que interesses religiosos têm como princípio central a necessidade de justificar a existência de uma pessoa ou grupo em determinada posição social, eles são diretamente determinados pela situação social. A mensagem religiosa que será mais capaz de satisfazer a demanda religiosa de um grupo e, portanto, exercer sua função propriamente simbólica de mobilização desse grupo, será aquela que provém a ele um conjunto quase-sistemático de justificações para sua existência como ocupante de determinado lugar social.⁵⁰

É clara a necessidade, por parte de ambos os candidatos, de atenderem às demandas por “preferência” e “providência” por parte do eleitorado. Se os interesses religiosos se propõem a dar sentido à manutenção de grupos sociais nas posições que estes ocupam, a solução ótima parece ser justificar a presença do povo na melhor posição possivelmente concebível: aquela de direta comunicação com o poder, ainda que essa comunicação seja, em boa medida, ilusória. Quando um candidato alega que sua biografia política teve auxílio direto de Deus (providência) ou que está atendendo às suas vontades (preferência), ele está elevando o povo, em sua maioria cristão, à posição de poder enquanto seu representante. Isso porque o mesmo Deus a que o povo é devoto é o Deus reificado como protagonista de ambas as trajetórias.⁵¹ Naturalmente, um Deus coeso não poderia apoiar duas candidaturas antagônicas, de modo que ambos os adversários disputem a apropriação desse favor divino. O vencedor desse duelo será aquele que melhor puder convencer o povo de haver uma justificativa ao mesmo tempo política e religiosa para que esse mesmo povo seja alçado ao

⁵⁰ BOURDIEU, In WHIMSTER, 2014, p. 124

⁵¹ Vê-se desde já como ambos os eixos são intimamente ligados ao eixo “pertencimento”, a ser desenvolvido adiante.

poder, por intermédio um líder que encarne metafisicamente o desígnio de sua irrefutável deidade.

O que se perceberá nos próximos capítulos é que, enquanto o favor divino é com frequência alegado sem menção direta ao adversário, ele é veiculado antagonicamente sempre que unido a outros eixos em que há disputa direta de narrativas, como no caso da “legitimidade”, em que se invalida a cristandade do oponente por meio de críticas à sua agenda, justificando-se a “preferência” de um pela “ilegitimidade” do outro. A interseccionalidade entre os seis eixos revela que não são atomicamente isolados, mas sim tipos ideais que cumprem uma função ordenadora, cujos limites, com frequência, se revelam turvos e justapostos.

1.2.3 Legitimidade

Aqui, encontra-se o principal campo de batalha das disputas ideológicas dos candidatos em torno da comunidade religiosa. Uma vez que uma corrida eleitoral se trata de uma disputa política, a religião, na perspectiva dos candidatos, sempre servirá a interesses políticos em detrimento da recíproca. Retomando a conceituação de Mannheim acerca da ideologia, segundo o qual esta configura “um conjunto de visões que nunca podem ser apercebidas, mas agem como conhecimento comum [...] estabilizando a estrutura social ao apresentarem-na com uma imagem holística do mundo”⁵², vê-se que, para que ambos os candidatos possam dialogar com um eleitorado eminentemente cristão - e cuja cristandade passou, conforme previamente explicitado, a encarnar uma força política notável -, já não basta professarem-se a si mesmos como cristãos em sua vida privada: agora, devem convencer o eleitorado de que suas agendas programáticas são parte de um sistema homogêneo, sendo indissociáveis de suas crenças especificamente religiosas. Cada peça deve ser justificada a esse público como parte constitutiva de uma totalidade a que se chama “cristandade”, sendo suas agendas não mais compreendidas como mundanas e desconectadas do domínio espiritual, mas como corolários lógicos de sua religiosidade.

A principal tarefa [da ideologia] é criar um mecanismo que seja capaz de definir todos os novos elementos utilizando fragmentos de conhecimento já existentes, uma vez que cada elemento desconhecido poderia ser uma ameaça potencial a um sistema social estável. [...] A autoridade é o alicerce de estruturas sociais e cada

⁵² ZIELIŃSKI, 2014, p. 487

indivíduo é um performer que põe o plano em prática em troca de segurança.⁵³

Se a realidade material é permeada por contradições, a ideologia, por outro lado, pretende ocultá-las em um sistema que as enquadre da maneira mais vantajosa possível à manutenção da autoridade que almeja impor sobre o *status quo*. Ora, se a corrida pela presidência configura precisamente uma disputa por autoridade a nível governamental, é natural que os dois principais candidatos disputem, também, a ideologia dominante, já que desta se depreende toda uma visão de mundo capaz de mobilizar preconceitos e preferências a nível social. Essa ideologia deve, necessariamente, enquadrar uma ou outra agenda política sob a égide do sistema “cristandade”, hipostasiando uma série de asserções de natureza ética como derivações diretas dessa tradição religiosa. E se ambos os candidatos representam forças políticas diametralmente opostas, naturalmente proporão ideologias com implicações antagônicas, devendo, para garantir a hegemonia de sua proposta, contestar abertamente aquela do adversário.

Por essas razões, decidiu-se nomear o quarto eixo temático “legitimidade”, uma vez ele que representa aquelas asserções que buscam corresponder determinadas agendas políticas com o ideário cristão, conferindo legitimidade religiosa à candidatura de um ou outro candidato. Por óbvio, poder-se-ia argumentar que todos os eixos temáticos buscam atribuir alguma espécie de legitimidade às candidaturas de uma perspectiva religiosa, já que uma candidatura favorecida por Deus, por exemplo, é tão legítima aos olhos dos fiéis quanto uma candidatura que professe a doutrina por meio de uma cartilha ideológica. Não se deve, portanto, supor que a categoria aqui empregada supõe uma definição *ad rem*, e sim *ad nomen* (isto é, cumpre pragmaticamente uma função, mas poderia ser substituída por outra sem nenhum prejuízo à análise).

1.2.4 Analogia

Toda religião carrega motivos associados ao bem e ao mal, ao que é desejável e indesejável. Quando negativos, esses motivos podem tratar de personagens específicas, como o diabo e seus espíritos malignos, ou de grupos pintados de forma pejorativa num texto sagrado, como os fariseus na biografia de Jesus Cristo⁵⁴. Quando positivos, podem tratar de personagens virtuosas, como os santos católicos, ou de grupos benquistos, como os apóstolos

⁵³ Ibid., p. 487.

⁵⁴ Chamados “raça de víboras” (Mt 3,7), pouco afeitos à justiça (Mt 5,20) e participantes da conspiração para matar Jesus (Lc v. 14), tendo se consolidado no ideário cristão como símbolos da imoralidade.

de Cristo e os adeptos do cristianismo primitivo, pintados como membros de uma Igreja pura, sem mácula ou defeito em Atos 2,42-47⁵⁵. Mais do que elementos narratológicos, tais figuras são tidas como emicamente existentes por adeptos de suas tradições e como representações verdadeiras dos epítetos a elas associadas. Assim sendo, influenciam a vida mental de seus praticantes de modo “poderoso, penetrante e duradouro”, tomando as palavras de Clifford Geertz.⁵⁶

Ao mesmo tempo em que esses motivos são recorrentes e permeiam o imaginário cristão em sua generalidade, há notáveis diferenças nas maneiras pelas quais são abordados por diferentes demografias. Evangélicos e católicos tendem a enfatizar epítetos consideravelmente distintos de Deus, assim como liberais e conservadores divergem em suas interpretações. Em estudo realizado por Noffke e McFadden (2001), seis atributos de Deus foram compartilhados com 250 voluntários, divididos entre católicos, evangélicos e metodistas na faixa dos 16 a 55 anos. Solicitou-se que os voluntários enumerassem o quanto concordavam com cada atributo. A conclusão mais sobressalente do estudo foi que os evangélicos divergem consideravelmente de católicos e metodistas ao concordarem de forma mais intensa com cinco dos seis epítetos: “pai austero”, “vingativo”, “líder supremo”, “pai gentil” e “totalidade”⁵⁷. Em outro estudo, Lakoff (2006) analisou discursivamente líderes religiosos e figuras públicas situados no espectro político como liberais e conservadores. Sua análise concluiu que enquanto liberais veem Deus como um “pai carinhoso e prestativo”, conservadores tendem a enxergá-lo mais frequentemente como um “pai exigente” que requer disciplina e obediência⁵⁸.⁵⁹

O fato de haver diferenças tanto em como comunidades políticas quanto religiosas compreendem os mesmos motivos religiosos configurou verdadeiro desafio aos candidatos à Presidência da República em 2022. Isso porque enquanto as mesmas categorias permeiam o imaginário popular de todo o povo, vários de seus segmentos tendem a compreendê-las de modos por vezes inconciliáveis. A dificuldade é atenuada quando consideramos a distribuição virtualmente igualitária de católicos e evangélicos no Brasil no ano de 2022⁶⁰, duas

⁵⁵ Cf. CARNEIRO, 2021.

⁵⁶ GEERTZ, 1989

⁵⁷ NOFFKE, E MCFADDEN, 2001

⁵⁸ LAKOFF, 1996

⁵⁹ Devemos ao interessante artigo de JENSEN, L.A. (2009) o conhecimento de ambos os estudos mencionados neste parágrafo.

⁶⁰ Cf. VEJA. Evangélicos devem ultrapassar católicos no Brasil a partir de 2032. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/evangelicos-devem-ultrapassar-catolicos-no-brasil-a-partir-de-2032/>>. Acesso em: 3 jan. 2023.

designações com *modus pensandi* e idiossincrasias próprios. Ela se torna ainda maior, não bastasse, quando incluímos entre as variáveis os proponentes de diferentes vieses políticos em torno dos quais ocorre a disputa de votos, que parecem ter também aceções próprias de categorias religiosas.

Qual a solução diante de tal profusão de variáveis, quando se depende não de uma demografia específica para vencer as eleições, mas da maior quantidade possível? A saída lógica parece ser optar pela operacionalização mais vaga possível de categorias religiosas, a ponto de se poder dialogar com toda a diversidade de vieses sem incorrer em especificidades descritivas. Independentemente de quais características se atribui com maior ênfase a Deus, não há cristão que não atribua a Deus valor positivo; do mesmo modo, não há cristão que não atribua a Satanás valor negativo. Assim sendo, supomos que a solução ótima em veiculações políticas da religião com vistas à eleição seja a associação de si mesmo com motivos unanimemente positivos e a do adversário com motivos unanimemente negativos sem que, todavia, se arrisque explicitar como se interpreta cada motivo. Esse trabalho interpretativo, quando relegado ao próprio fiel, garante que este preencha as lacunas segundo seus próprios vieses, para o benefício do candidato.

Tal estratégia eleitoreira nos parece a mais benéfica de uma perspectiva de teoria dos jogos, **quando se toma o eixo “analogia” isoladamente**.⁶¹ Entretanto, quando aliamos este aos demais eixos, percebemos que a vagueza nem sempre é uma opção, em especial ao tomarmos o eixo “legitimidade”, que clama por uma aliança entre o dogma e a dimensão prática de projetos políticos. Assim, se a vagueza seria a estratégia mais vantajosa para veiculação de elementos narrativos religiosos nos discursos dos candidatos, tal vagueza não pôde se sustentar em todas as instâncias de sobreposição com outros eixos temáticos, em especial o eixo da “legitimidade”, que clama por interpretações específicas da doutrina.

1.2.5 *Pertencimento*

Em 12 de novembro de 1985, em debate televisionado entre os candidatos à prefeitura de São Paulo, o seguinte diálogo ocorreu entre o então candidato Fernando Henrique Cardoso e o jornalista Boris Casoy:

Boris Casoy - Senador, o sr. acredita em Deus?

Fernando Henrique Cardoso - Essa pergunta o sr. disse que não me faria.

⁶¹ Ao menos em manifestações públicas, já que, em encontros privados com demografias específicas, pode ser favorável acenar explicitamente a seus vieses.

Casoy - Eu não disse nada.

Cardoso - Perdão, foi num almoço sobre este mesmo debate.

Casoy - Mas eu não disse se faria ou não.

Cardoso - É uma pergunta típica de alguém que quer levar uma questão íntima para o público, que quer usar uma armadilha para saber a convicção pessoal do senador Fernando Henrique Cardoso, que não está em jogo. Devo dizer ao deputado Boris Casoy que esse nosso povo é religioso. Respeito a religião do povo e, na medida em que respeito as várias religiões do povo, estou, automaticamente, abrindo uma chance para a crença em Deus.⁶²

Erro crasso. Tão malquista pelo eleitorado foi a hesitação do candidato em responder à questão que este se viu obrigado a dedicar sua última aparição no horário eleitoral à descrição de sua participação em um culto em que teria chorado, “pedindo a infinita misericórdia de Deus porque matavam na tortura brasileiros, aqui em São Paulo.”⁶³ Mas o dano já estava feito e, por mais que seja arbitrário atribuir a súbita queda de popularidade de Fernando Henrique Cardoso nas eleições de 1985 exclusivamente à polêmica em torno de sua fé⁶⁴, este foi, por certo, um fator de grande impacto, como a própria equipe do candidato implicitamente revelou ao tomar como prioridade a reconstrução de sua imagem na última noite de campanha televisionada, no dia seguinte.

A raiz do problema jazia no que o próprio ex-candidato reconheceu posteriormente como “inocência política”⁶⁵: no Brasil de então, assim como no atual, um candidato ao poder executivo não se pode dar o luxo de não crer em Deus. Ou, se não crê, deve se esforçar sobremaneira para que seus potenciais eleitores não o descubram. Segundo sondagem realizada pelo CNI/Ibope divulgada em 13/03/2018, 8 em cada 10 brasileiros acreditam total ou parcialmente que é importante que um candidato à Presidência acredite em Deus.⁶⁶

Revelou-se que 89% dos brasileiros que têm até a 4ª série do ensino fundamental acreditam nessa ideia, entre aqueles que vivem em cidades pequenas de até 50 mil habitantes o percentual é de 84%. Já entre os mais jovens, apenas 71% concordam total ou parcialmente com a premissa e 67% entre quem tem maior grau de instrução.⁶⁷

⁶² FOLHA DE SÃO PAULO, 1994

⁶³ GUEDES, 2020

⁶⁴ Supõe-se que também foi prejudicada por campanhas que o pintavam como usuário regular de maconha e interpretações de soberba acerca da fotografia do candidato sentado na poltrona de prefeito antes do fim das eleições.

⁶⁵ GUEDES, 2020

⁶⁶ EXAME, 2023

⁶⁷ Ibidem.

Note-se que ainda que haja decréscimo estatístico em correlação com grau de instrução, localidade e faixa etária, não há segmento demográfico cuja maioria não concorde com a declaração, podendo-se seguramente assumi-la como uma tendência de dimensão nacional. Por outro lado, apenas 29% dos brasileiros afirmaram ser muito importante que um candidato à presidência compartilhe de sua própria religião. Quando cruzamos os dados, o que se conclui é que é uma absoluta necessidade que os candidatos se coloquem como fiéis (ainda que na realidade não o sejam) de alguma tradição monoteísta bem integrada ao campo religioso brasileiro (ou seja, no âmago do cristianismo e, possivelmente, do judaísmo), mas com flexibilidade quanto à denominação a que se afirma pertencer. Assim sendo, quando Lula e Bolsonaro se esforçam reiteradamente para se afirmarem como “cristãos” não estão atendendo a nenhuma demanda exclusiva do tempo, mas sim uma há muito presente em nosso país e cujo não reconhecimento impôs duras lições ao longo de sua história. O eixo temático “pertencimento” difere dos demais porque enquanto as articulações políticas da religião supracitadas são fenômenos recentes, a crença em Deus e o pertencimento a uma tradição religiosa sempre foram tidos como condições mínimas para a qualificação de um candidato à Presidência da República.

Capítulo 02: Discurso religioso no 1º turno

2.1 Mapeamento de incentivos de Jair Messias Bolsonaro no 1º turno⁶⁸

No fim de seu mandato e início do primeiro turno eleitoral⁶⁹, Bolsonaro caminhava a linha tênue entre (1) o aprisionamento em uma retórica radical polarizadora; e (2) a necessidade de endossar um discurso moderado que recuperasse a confiança de ex-apoiadores e eleitores indecisos.

(1) O senso de dependência de uma retórica radical polarizadora tinha como causa a necessidade, na perspectiva de Bolsonaro, de sinalizar positivamente a uma camada do eleitorado que então configurava sua mais estável base de apoio (a chamada “ala ideológica”, na qual se inseriam duas principais frentes religiosas: católica conservadora e evangélica).

⁶⁸ Seria desonesto de nossa parte alegarmos mapear, em tão poucas páginas, todos os incentivos que inflectiram de algum modo os rumos das campanhas em análise, ainda mais em tão restrito recorte de pesquisa. Nas seções “mapeamento de incentivos” leia-se, portanto, “mapeamento de incentivos pertinentes ao nosso objeto”.

⁶⁹ O início da corrida eleitoral será doravante atribuído a 16 de agosto de 2022, data a partir da qual a propaganda eleitoral foi autorizada pelo Tribunal Superior Eleitoral. Poder-se-ia argumentar que ambas as campanhas tiveram início antes, mediante articulações extra-oficiais, mas este seria um recorte amplo demais e suscetível, portanto, a arbitrariedades por parte do pesquisador.

Eleitores da chamada “ala liberal”, que realizaram seus votos com vistas a uma agenda de abertura econômica, haviam se decepcionado com o não cumprimento de suas expectativas e o apagamento do ministro Paulo Guedes nos quadros do mandato.⁷⁰ A “ala militar”, composta por representantes das Forças Armadas, há muito apresentava sinais de racha com o poder executivo, tais que haviam culminado na substituição simultânea dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, bem como na truculenta relação entre o Presidente e o Vice-presidente, Gen. Hamilton Mourão, agora ostracizado de sua posição prestigiosa como protagonista de governo em funções secundárias e de pouca visibilidade.⁷¹ Frente a uma crise interna de tal magnitude, a dependência de Bolsonaro de sua ala ideológica revelava-se desproporcionalmente maior, não obstante ser esta a única base cujo apoio dependia, por necessidade, do endossamento de uma certa retórica radical no discurso oficial de governo, já que, ao contrário das alas liberal e militar, não havia apoiado o candidato por razões pragmáticas ou transacionais, mas sobretudo religiosas e morais. (2) Ao mesmo tempo, o candidato se deparava com a necessidade de recuperar a confiança tanto de proponentes das alas liberal e militar, com as quais seu relacionamento fora prejudicado durante o mandato, como também da população em geral. Como previamente citado, em 2021, em meio à CPI da Covid, o índice de rejeição ao presidente alcançara 64%⁷², contra 55% de aprovação nas urnas em 2018. A prospecção de sua candidatura parecia demasiado prejudicada nesse panorama e a estratégia de campanha do então Presidente da República teve de levar o *status quo* em consideração para articular um intento de reconstrução de reputação frente aos ex-apoiadores e eleitores indecisos.

Dessa tensão entre incentivos diametralmente opostos - um à radicalização, outro à moderação -, Bolsonaro revelou-se, ao longo de sua campanha, em uma zona interseccional entre os *modus operandi* democrático e autocrático segundo as tipificações de Bueno de Mesquita et. al. Em algumas instâncias, sobretudo ao tratar de temas religiosos, Bolsonaro comportou-se segundo a assunção de que sua coalizão vencedora restringia-se a um segmento do eleitorado simultaneamente cristão/conservador/economicamente liberal (à maneira do regime autocrático que tem como coalizão vencedora um subgrupo restrito do seletorado total [$S > W$]), direcionando seus esforços quase exclusivamente a esse público em detrimento de uma abordagem indiscriminada [$S = W$]⁷³; em outras ocasiões, Bolsonaro optou por uma

⁷⁰ Cf. FILHO, 2021

⁷¹ Para um sequenciamento detalhado desta e de outras rachas na primeira metade do governo Bolsonaro, cf. Oyama, Thaís. *Tormenta: o governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos*. Companhia das Letras, 2020.

⁷² STEFANO, 2022 e BARBOSA, 2021

⁷³ Cf. BUENO DE MESQUITA, MORROW, SILVERSON, E SMITH, 2003, p. 334

estratégia de discurso mais ampla, assumindo tom conciliatório e evitando categorias apelativas a um público em detrimento de outro. Nunca pôde, entretanto, desvencilhar-se do espectro ideológico por completo e isso sobretudo por um impeditivo prático: dependendo excessivamente desse segmento, necessitava, para manter seu apoio, sustentar vocalmente uma retórica radical polarizadora, estando condenado de princípio a alienar segmentos mais amplos do eleitorado não interessados ou simpáticos a essa retórica.

A sina da campanha de Bolsonaro à Presidência da República no primeiro turno jazia no fato de que, independentemente de suas aspirações pessoais, o *status quo* o compelia a perpetuar uma narrativa iconoclasta para sustentar sua base sólida de apoio, ao custo de alienar outros segmentos de que dependia, numericamente, sua eleição. Assim, mesmo naquelas instâncias em que optou pela moderação, o fez *half-heartedly*, jamais abandonando por completo sua retórica radical. Isso, por sua vez, caso assumamos um paradigma de escolha racional, é atribuível ao tratamento de sua coalizão vencedora como um grupo restrito do seletorado (à maneira de autocracias), quando na verdade esta configurava o seletorado total ou majoritário (em se tratando de uma democracia). Durante a maior parte do primeiro turno, o candidato agiu de modo disfuncional, assumindo depender de uma rede de apoio análoga àquela de um molde institucional autocrático e estando, ao mesmo tempo, factualmente submetido a uma rede de apoio remissiva ao molde institucional democrático.

Mas é certo que esta sina não foi de todo negativa, haja vista ter fomentado, perante a parcela do eleitorado mais crítica aos moldes da política fisiológica, capital político que alçava o presidente à posição de integridade programática em oposição ao intento de formar coligações por parte de Lula. Afinal, por mais que sua rede de incentivos fosse frequentemente análoga à autocrática, quando seus incentivos coincidiram com incentivos da população em geral - e em boa medida coincidiram, conforme exposto no cap. 1 -, conferiram a seu regime um grau mínimo de resiliência em um contexto democrático.⁷⁴ Dito de outro modo, uma conduta tendencialmente autocrática pôde, em condições propícias, sobreviver a um regime democrático. Conforme escrevem Gallagher e Hanson ao tratarem de critérios de resiliência em regimes autocráticos:

Um fator que distingue regimes resilientes daqueles que meramente sobrevivem são as preferências da coalizão vencedora. Existe um

⁷⁴ A hipótese de que uma escolha racional orientada autocraticamente pode sobreviver, de maneira incidental, em regimes democráticos, contanto que haja alinhamento de interesses entre líder e seletorado, encontra respaldo nas contribuições de GALLAGHER E HANSON (2013).

alinhamento entre os interesses pessoais dos membros da coalizão vencedora e os mais genéricos interesses da sociedade.⁷⁵

Portanto, ainda que a percepção de um fragmento restrito da população como coalizão vencedora não correspondesse à realidade de um regime democrático, pôde coexistir com esta devido a uma parcial continuidade de interesses entre o fragmento privilegiado pelo líder e tendências de dimensão nacional, como a desconfiança frente ao *establishment*, do mesmo modo que um regime autocrático não se sustenta sem um alinhamento mínimo de interesses com a população geral localizada fora da coalizão vencedora.

Feito um breve mapeamento de incentivos do então Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, pode-se, com maior clareza, estabelecer como incidiram nas modalidades propriamente religiosas de discurso empregadas pelo candidato ao longo do primeiro turno. Referida incidência, por sua vez, se dá pela mais elementar co-ocorrência de interesses: uma vez que o público religioso conservador sempre fora alicerce da remanescente ala ideológica, é necessário que a campanha integrasse conteúdos discursivos que dialogassem diretamente com esse público (tal como ocorrera, de forma sistemática, desde a primeira campanha de Bolsonaro em 2018). Em agosto de 2022, Bolsonaro contava com 51% das intenções de voto entre os eleitores evangélicos contra 27% do ex-Presidente Lula.⁷⁶ Dentre os 43% que se disseram conservadores em um levantamento do Ipec feito no mesmo semestre, aqueles que se definiram como mais conservadores (em uma escala de 0 a 4) eram, em sua maioria, evangélicos (37%) e consideravam o governo Bolsonaro bom ou ótimo (40%)⁷⁷. Tais dados, ao serem cruzados com o índice de rejeição da presidência de Bolsonaro, consistentemente elevado no mesmo semestre, demonstram que a percepção do candidato de que o eleitorado religioso conservador (inclusos evangélicos e católicos conservadores) constituía parte de sua base mais estável de apoio durante a campanha correspondia, de fato, à realidade. Não surpreende que já no período pré-campanha, Bolsonaro dedicara impressionantes 40% de sua agenda oficial para compromissos voltados ao público evangélico.⁷⁸ Durante a corrida eleitoral, não apenas encontrou-se regularmente com o mesmo público, como dirigiu-se a ele de forma contínua e deliberada em múltiplas instâncias seculares, seja abordando pautas benquistas aos seus olhos, seja reservando, em pronunciamentos dos mais diversos tipos, espaço para declarações de natureza religiosa.

⁷⁵ GALLAGHER E HANSON, 2013. p. 199

⁷⁶ REIS, 2022.

⁷⁷ YAHOO, 2022

⁷⁸ CORREIA, 2022

2.2 Análise de discurso: *Jair Messias Bolsonaro*

Ao longo do primeiro turno, Bolsonaro manteve rédeas firmes sobre suas declarações religiosas em pronunciamentos públicos e redes sociais, ciente de serem veículos de diversificado alcance. Por óbvio, não abandonou um recurso que, conforme já desenvolvido, era de suma importância à sua base mais sólida de apoiadores. Contudo, recorreu a ele de modo críptico e esporádico, buscando um equilíbrio perfeito entre sinalizar positivamente à sua base religiosa e, ao mesmo tempo, não alienar segmentos mais amplos do eleitorado. Assim sendo, a maior parte de suas declarações neste meio assumiu caráter de aparência genérica – que poderiam passar sem grandes dificuldades por reproduções inocentes da religiosidade popular –, mas com peso semântico implícito que avançava, por sob os panos, interesses ideológicos. Essa ambiguidade se fez notar, por exemplo, na apropriação da premissa popular de atribuir a Deus sucessos pessoais e a superação de adversidades. Uma estratégia que não se originou no contexto eleitoral de 2022, mas foi retroalimentada por toda sua duração, foi a instrumentalização política do atentado sofrido pelo candidato em setembro de 2018, quando fora esfaqueado durante comício e subsequentemente hospitalizado. O episódio foi reiteradas vezes tratado por Bolsonaro como uma ocasião de agradecimento divino, a se evidenciar no seguinte *tweet*:

Foram momentos de muita dor e sofrimento. Nos minutos de consciência, o que surgia na memória era a minha filha pequena. Mas graças às orações de milhões de brasileiros, ao incrível trabalho dos profissionais da Santa Casa e a vontade [sic] de Deus, fui presenteado com uma nova vida. (6 de setembro de 2022)⁷⁹

Neste pronunciamento inicial (a primeira ocasião, na campanha de 2022, em que mencionou o atentado), o caráter providencial é discreto, uma vez que é a ele somada a valorização dos profissionais que trabalharam em sua internação. Duas semanas e três dias depois, entretanto, conforme se aproximava o dia de pleito do primeiro turno, Jair Messias Bolsonaro publica outra declaração acerca do incidente, agora abordando com exclusividade o fator providência no que tange à sua sobrevivência:

Quem insiste em falsas memórias do passado ainda não entendeu que vivemos numa nova era. Aqueles que desprezam o povo e seus valores que se acostumem com a falta de sossego. Deus não me deu

⁷⁹ BOLSONARO, 2023a

uma nova vida em 06/09/2018 para ser um gestor, mas para mudar de vez o nosso Brasil!⁸⁰

Há uma série de premissas teológicas implícitas em tais manifestações: a primeira é a noção de que o candidato carrega uma missão, respaldada no divino, e que foi essa a razão para sua sobrevivência na perspectiva de Deus [preferência e providência]. A segunda é a dignificação religiosa do sofrimento vivido na ocasião citada [martírio]. A terceira, menos óbvia, é uma aproximação muito discreta com o motivo da ressurreição, seja em sentido literal, como na biografia de Jesus Cristo, seja em sentido figurado, como na transfiguração da vida após aceitação de Deus (a mais emblemática instância do segundo tipo sendo, talvez, a do apóstolo Paulo)⁸¹. Em ambos os casos, à ideia de ser presenteado com uma nova vida soma-se um objetivo nobre que corrobore a sacralidade da ressurreição.⁸² Em Cristo, o objetivo é (de uma perspectiva cristã) o mais nobre de todos, a saber, anunciar a palavra de Deus⁸³; em Paulo, trata-se de se render em absoluto à sua vida espiritual, tornando-se a antítese do homem vil que um dia fora e, assim, uma personificação arquetípica do poder de renovação cristão. Portanto, quando Bolsonaro alega que recebeu uma nova vida “não [...] para ser um gestor, mas para mudar de vez o nosso Brasil”⁸⁴, não está apenas se dissociando da dimensão material da política ao negar o trabalho de gestor; está, acima de tudo, buscando aproximar-se da dimensão sagrada ao se colocar em uma função análoga à dos grandes nomes da tradição cristã tais que, exemplos de fé e virtude, lograram eternidade na mais importante fonte da mesma tradição, a saber, seu livro sagrado [analogia]. Assim sendo, Bolsonaro pretende se elevar acima da política, de modo a reiterar, no imaginário popular, que opera em um meio que em nada se relaciona com ela: o meio não do contraditório e da disputa de interesses que caracterizam a vida pública, mas da verdade absoluta, do sagrado. Pretensão messiânica, sintetizada em *tweet* de 11 de setembro de 2022 nas palavras: “Obrigado a Deus pela missão, pela minha vida, pela nossa vida, pelo nosso país e por essa gente maravilhosa.”⁸⁵

⁸⁰ BOLSONARO, 2023b

⁸¹ Cf. COOPER, 2005

⁸² Na Páscoa de 12 de abril de 2020, dois anos antes da corrida eleitoral analisada neste texto, Bolsonaro já associara explicitamente sua sobrevivência ao atentado à ressurreição de Cristo. Cf. DEMURU,

⁸³ Cf. Atos 26:23, em que “como o Cristo devia padecer, e como seria ele o primeiro que, pela ressurreição dos mortos, devia anunciar a luz a este povo e também aos gentios.”

⁸⁴ BOLSONARO, 2023b

⁸⁵ BOLSONARO, J. M. [...] **Obrigado a Deus pela missão, pela minha vida, pela nossa vida, pelo nosso país e por essa gente maravilhosa.** Acesso em: 03 fev. 2023c. Tweet apagado.

A tríplice conjunção dos motivos *preferência, providência e martírio* foi uma das táticas mais frequentes na estratégia de primeiro turno do candidato. No dia 3 de outubro, foram feitos dois *tweets* emblemáticos:

Sabemos do tamanho da nossa responsabilidade e dos desafios que vamos enfrentar. Mas sabemos aonde queremos chegar e como chegaremos lá. Pela graça de Deus, nunca perdi uma eleição e sei que não será agora, quando a liberdade do Brasil inteiro depende de nós, que iremos perder.⁸⁶

Ainda no mesmo dia:

Nossos adversários só se prepararam para uma corrida de 100 metros. Nós estamos prontos para uma maratona. Vamos lutar com confiança e com força cada vez maior, certos de que vamos prevalecer pela pátria, pela família, pela vida, pela liberdade e pela vontade de Deus!⁸⁷

Por óbvio, se um candidato avança a premissa de que fora eleito por Deus, vê-se compelido a demonstrar o que em sua candidatura compele a onipotente figura a importar-se de tal maneira com ela (embora, ver-se-á adiante, Lula da Silva tenha evitado essa segunda etapa no primeiro turno). E não há nada, nesse sentido, mais simples do que a milenar dicotomia bem *versus* mal, em que a agenda programática do adversário é equiparada ao que há de mais nefasto enquanto a própria é apresentada como mera extensão da doutrina cristã [legitimidade]. Leia-se, por exemplo, o trecho extraído de comício no Tocantins:

Nós não podemos errar. Sabemos que é uma luta do bem contra o mal. O lado de lá quer o comunismo. O lado de lá quer desarmar o povo de bem do Brasil. O lado de lá quer a ideologia de gênero. O lado de lá quer liberar as drogas, quer legalizar o aborto, e não respeita a propriedade privada, tampouco a nossa família. Somos uma só família, um só povo e uma só raça. Deus, pátria, família e liberdade. Tenho certeza que juntos, caminharemos para a prosperidade.⁸⁸

Naturalmente que o comunismo, o desarmamento, a “ideologia de gênero” e demais pautas poderiam ser valorados negativamente em uma perspectiva secular. Entretanto, se o “lado de cá” é caracterizado como lado de Deus (e pátria e família e liberdade), decorre

⁸⁶ BOLSONARO, 2023d

⁸⁷ BOLSONARO, 2023e

⁸⁸ BOLSONARO 2023f

logicamente que o que quer que o “lado de lá” alegadamente proponha seja vinculado à sua negação. Esse duplo vínculo é expresso de maneira ainda mais latente em vídeo publicado no dia anterior em que “ter uma crença [e ser] cristão” são, em tom de obviedade (uma vez que não se tenta justificá-lo), exibidos como correlatos à endossagem de uma ideologia determinada:

Um abraço a todos vocês. A todos vocês que têm uma família, que têm uma crença, que é cristão [sic]. Obrigado por esse apoio, por essa consideração, afinal de contas, nós temos muita coisa em comum. Somos pró-vida desde a concepção, somos contra a legalização das drogas, defendemos a família, a propriedade privada, entre outras coisas que nós sabemos que é nossa [sic]. É pela família. Um abraço a todos. Que Deus abençoe o nosso Brasil.⁸⁹

Não surpreende a associação de pautas, em sua maioria de costumes, à dicotomia de bem *versus* mal. Afinal, embora eleitores religiosos (em especial de designações evangélicas) não sejam “unívocos nos pensamentos, [...] de forma geral trabalham a favor das pautas moralizadoras”⁹⁰. O que os une na vida pública, dentro de tal diversidade, é o apreço que têm por essas pautas. Todavia, há que se chamar atenção à menção à “propriedade privada” como parte constitutiva de uma ideologia de inspiração religiosa. Difere semanticamente da mais usual menção ao “Estado mínimo”, o qual pode ser associado a múltiplos segmentos de atuação do Estado (não apenas econômicos) e, desse modo, “tem sentidos distintos entre os estratos sociais, que foram alinhados [na primeira eleição] de Bolsonaro em torno do empreendedorismo individual e do combate à corrupção do sistema político.”⁹¹ Quando se fala em propriedade privada, em contrapartida, está se referindo explicitamente ao campo econômico. E por quê? Discordamos de avaliações que alegam uma correlação necessária entre discurso religioso e a preferência econômica por pautas liberais. Estas nos parecem tentativas de enquadrar a alta complexidade de estratégias eleitorais em um recorte excessivamente simplista, não raro mobilizado pela agenda ideológica do próprio pesquisador. A razão, na perspectiva de Bolsonaro, para integrar elementos eminentemente econômicos a motivos religiosos está na supracitada necessidade de recuperar apoiadores da antiga “ala liberal” ao mesmo tempo em que se sustenta a base remanescente, de caráter ideológico. A maneira pela qual isso é feito retroalimenta a já mencionada narrativa de que a coalizão vencedora do candidato é, ao mesmo tempo, cristã/conservadora/liberal; no entanto,

⁸⁹ BOLSONARO, 2023g

⁹⁰ ALMEIDA, 2020

⁹¹ Ibidem.

a rigor, espera-se que um eleitor que se identifique como liberal priorize este aspecto da sentença em detrimento do aspecto religioso, donde o real intuito por trás dessa conjunção temática, que por vezes beira a erraticidade, seja recuperar a atenção da ala liberal ao mesmo tempo em que se mantém o aceno à ala ideológica; uma sinalização de duas etapas, por assim dizer.

Em todo caso, se o eleitorado economicamente orientado, de caráter pragmático, está frequentemente disposto a priorizar um aspecto específico da campanha e ignorar o religioso, o eleitorado religioso ainda tem como exigência que a campanha se dê em termos morais. Daí a opção discursiva esteticamente abismal, mas politicamente viável, pela qual optou o candidato Jair Messias Bolsonaro: enquadrar a economia na dualidade bem *versus* mal, Deus *versus* sua negação.

Mais uma dicotomia de viés teológico muito empregada pelo candidato foi aquela entre “verdade” e “mentira”. Reiteradas vezes, Bolsonaro recorreu a passagens bíblicas para operacionalizar essa referida dualidade. No dia 29 de agosto, o ex-presidente publicou em suas redes sociais a seguinte declaração em relação a supostas mentiras proferidas por Lula da Silva ao longo de sua biografia política: “O diabo é o pai da mentira. O ladrão é o embaixador na terra.”⁹² Ainda que não a credite, a frase evidentemente alude ao oitavo versículo de João, em que se diz:

Vós tendes por pai ao diabo e quereis satisfazer os desejos de vosso pai; ele foi homicida desde o princípio e não se firmou na verdade, porque não há verdade nele; quando ele profere mentira, fala do que lhe é próprio, **porque é mentiroso e pai da mentira.** [grifo nosso]⁹³

A predileção de Bolsonaro pelo oitavo versículo de João é reiterada em uma participação no canal Positivamente Podcast, de Karina Bacchi, quando a anfitriã presenteia o candidato com um exemplar da Bíblia Sagrada. O seguinte recorte da reação do ex-presidente ao presente foi publicado em suas redes sociais no dia 22 de setembro:

O que eu acho disso aqui, isso aqui é caixa de ferramenta do ser humano, é o João 8:32. Quando eu comecei a fazer campanha com o João 8:32, chegou uma jornalista e falou: “Tu não vai [sic] ganhar pra nada, cara. Você tem que mentir. Senão você não ganha eleição.” E eu persisti no João 8:32. Depois, no 9 de setembro de 2021, eu fui no “por falta de conhecimento, meu povo pereceu”. Hoje, o povo sabe o

⁹² BOLSONARO, 2023h

⁹³ Jo 8:44

que quer. Uma das passagens diz mais ou menos o seguinte: “nada temeis, nem mesmo a morte, a não ser a morte eterna.” Deus me botou aqui, não foi pra morrer na praia. Eu respeito a morte, mas não temo. Eu não quero morrer como o herói. Mas se tiver que morrer pela Pátria, foi o juramento que eu fiz quando sentei pra ser praça do exército.⁹⁴

Nenhuma das sentenças mencionadas pelo candidato no fragmento advém de João 8:32. A expressão “meu povo perece por falta de conhecimento” encontra-se na passagem no livro de Oséias 4:6 no Antigo Testamento. A expressão “nada temeis, nem mesmo a morte, a não ser a morte eterna” não se encontra na Bíblia, mas uma formulação alternativa pode ser remetida a Mateus 10:28, que diz: “E, não temais os que matam o corpo, mas não têm poder para matar a alma. Temei antes, aquele que pode destruir no inferno tanto a alma como o corpo.” Em linhas gerais, a associação das duas passagens com João 8:32 (“E conhecerão a verdade, e a verdade os libertará”) transmite uma ideia fundamental: a verdade e o conhecimento, em sua associação com o que é positivamente valorado e oposto ao padecimento no inferno, são Bolsonaro; a mentira e a ignorância, em sua associação com o que é negativamente valorado e remissíveis ao mal, são Lula.

Pois bem: pudemos verificar de que maneira o candidato, ao longo do primeiro turno de campanha, pintou-se a si mesmo como alguém cuja biografia foi imbuída pelo sagrado, através da veiculação dos eixos *martírio*, *previdência* e *providência*. Observamos, também, quais de suas pautas foram hipostasiadas como extensões da religiosidade cristã, segundo o eixo *legitimidade*, e de que maneira foram associadas a motivos positivamente valorados nessa mesma forma de religiosidade, segundo o eixo *analogia*. Agora, devemos abordar uma questão de suma importância e que, de certa forma, configura um amálgama das ocorrências supracitadas: o messianismo.

Aquilo a que nos referimos como messianismo é não mais que a narrativa tal que, hipostasiando uma suposta ligação entre o candidato e o sagrado, legitima a crença de que o primeiro libertará os votantes de uma série de angústias latentes do *status quo*. Recorremos a um termo de teor teológico para designar um tal fenômeno porque, conforme visto, não se trata de uma libertação secular, mas fundamentada religiosamente. Assim o caracteriza Queiroz:

Realmente, todos os movimentos messiânicos que conhecemos, seja de nível etnológico, seja passados na civilização ocidental, têm por

⁹⁴ BACCHI, 2022

meta algo de objetivo e prático, decorrente das dificuldades e tensões da vida social e visando a ultrapassá-las; a modificação é alcançada pelo recurso à construção de um novo mundo terreno. Os meios de que se lança mão, de tipo sobrenatural, não só garantem a renovação pretendida, mas tornam transcendente o novo mundo criado. [...] O indivíduo se salva das calamidades ingressando no movimento, o qual integra num novo mundo ao mesmo tempo religioso e profano, terreno e paradisíaco.⁹⁵

De fato, ao lermos a ressignificação religiosa da biografia de Bolsonaro e na maneira pela qual reitera constantemente sua fé pessoal, vinculando-a diretamente a suas proposições de natureza política, percebemos como em última instância se busca construir uma narrativa messiânica ao redor do candidato. Este messianismo se dá, uma vez que seguimos a definição de Queiroz, sempre na oposição de mundos: o mundo do *status quo*, imperfeito, e o mundo do porvir, perfeito. O que leva do mundo A para o mundo B é a intervenção divina, manifesta na conexão que o messias encarna entre os meios mundano e extramundano. O mundo A, para Bolsonaro, é frequentemente apresentado como um mundo irreligioso, imoral, corrupto, comunista e demasiado liberal em questão de costumes. Por conseguinte, o mundo B é sua antítese, compreendida por ele como perfeito e respaldado por Deus. O messianismo, entretanto, não se dá apenas no conteúdo do discurso; se dá também em sua forma. Demuru define-a como “affective-aesthetic communication”⁹⁶, ou comunicação afetiva-aestésica. Trata-se de uma forma de discurso que almeja mobilizar emocionalmente o interlocutor, em muito se assemelhando a discursos de natureza religiosa. Leia-se atentamente o *tweet* abaixo, publicado em 11 de setembro de 2022:

É preciso estar atento. A partir de hoje, mais do que nunca, os que amam o vermelho passarão a usar verde e amarelo, os que perseguiram e defenderam fechar igrejas se julgarão grandes cristãos, os que apoiam e louvam ditaduras socialistas se dirão defensores da democracia.⁹⁷

Agora sopesemos o que acaba de ser lido com Mateus 5:5-11, fragmento do Sermão da Montanha em que Cristo mobiliza seus seguidores mediante a oposição emocionalmente carregada entre presente e futuro antitéticos:

⁹⁵ QUEIROZ, 2023, p. 71

⁹⁶ DEMURU, p. 34

⁹⁷ BOLSONARO, J. M. **É preciso estar atento. A partir de hoje, mais do que nunca, os que amam o vermelho passarão a usar verde e amarelo, os que perseguiram e defenderam fechar igrejas se julgarão grandes cristãos, os que apoiam e louvam ditaduras socialistas se dirão defensores da democracia.** Acesso em: 10 fev. 2023i. Tweet apagado.

Bem-aventurados os humildes, pois eles receberão a terra por herança. Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, pois serão satisfeitos. Bem-aventurados os misericordiosos, pois obterão misericórdia. Bem-aventurados os puros de coração, pois verão a Deus. Bem-aventurados os pacificadores, pois serão chamados filhos de Deus. Bem-aventurados os perseguidos por causa da justiça, pois deles é o Reino dos céus. Bem-aventurados serão vocês quando, por minha causa os insultarem, perseguirem e levantarem todo tipo de calúnia contra vocês.⁹⁸

Conteudística e estilisticamente, Bolsonaro se inspira numa modalidade de discurso bem estabelecida na tradição cristã para mobilizar potenciais votantes que remete ao próprio messias dessa tradição. Um elemento recorrente nessa abordagem mimética do candidato é o ressentimento frente ao suposto enfraquecimento do cristianismo (não raro posto como perseguido), em correlação com o que se assume ser uma corrupção moral no âmago da sociedade. A narrativa privilegiada, portanto, é de que o messias (na forma de Jair Bolsonaro) restituirá a primazia do cristianismo, hoje ameaçado no Brasil e no mundo. Embora não haja quaisquer indícios empíricos de enfraquecimento das religiões de matriz cristã no país, o ex-presidente se pronunciou reiteradamente a respeito de instâncias específicas para justificar a si mesmo e a seu governo como líderes na proteção do credo. Alguns dos pronunciamentos foram acerca da repressão realizada contra a Igreja Católica na Nicarágua pelo presidente Daniel Ortega, que já levava, à altura da campanha presidencial brasileira de 2022, à prisão e exílio de múltiplos clérigos na nação centro-americana.⁹⁹

Ao discursar na Assembleia Geral da ONU, em 20 de setembro de 2022, Bolsonaro denunciou o cerco religioso na Nicarágua e se ofereceu para acolher no Brasil católicos perseguidos pelo regime Ortega. No mesmo dia, o ex-presidente publicou em suas redes sociais a seguinte sequência:

- O Brasil não assistirá de braços cruzados a mais um episódio dessa perseguição diabólica contra cristãos promovida pela ditadura socialista da Nicarágua. Estamos prontos para acolher padres e freiras perseguidos, facilitando ainda mais seu ingresso e instalação em nosso país.

- A situação na Nicarágua é trágica e revoltante. Rádios estão sendo fechadas, bispos católicos estão sendo presos e freiras da ordem de

⁹⁸ Mt 5:5-11

⁹⁹ BBC NEWS BRASIL, 2022

Madre Teresa de Calcutá foram expulsas do país. São cenas tristes, mas que alguns, por afinidade ideológica, preferem virar as costas e ignorar.

- Assim como temos feito ao receber ucranianos, venezuelanos, haitianos e cristãos do Afeganistão, ofereceremos asilo aos que hoje são atacados pelo ditador Daniel Ortega, na certeza de que todos serão recebidos pelo Brasil e pelo nosso povo com a dignidade e o apoio que merecem.

- O que ocorre hoje na Nicarágua liga um alerta para o mundo sobre a iminência de abusos ainda mais graves e desumanos, afinal de contas, se nem as igrejas, cujo trabalho religioso e social são fonte de dignidade para as pessoas, estão sendo respeitadas, quem estará imune a isso?

- Por isso, como líder máximo do Brasil, país que sempre defendeu e promoveu a liberdade religiosa e que se orgulha de sua formação cristã, me sinto obrigado a denunciar essa perseguição diabólica. Não só pelo que representa hoje, mas pelo que pode representar num futuro próximo.¹⁰⁰

Quatro dias depois, em debate presidencial realizado pelo SBT, o candidato revisitou seu pronunciamento original:

Na ONU, eu falei sobre perseguição de religiosos, especificamente Nicarágua, onde padres são presos, freiras são expulsas do país, e rádios e televisões são fechadas. E o Ortega, o ditador, é amigo íntimo de Lula. E o Lula diz que essas questões nós não devemos nos meter [sic]. Nós não podemos realmente aceitar perseguições a religiosos no mundo todo. Na Nicarágua está sendo uma covardia, prendendo padres com 70, 80 anos de idade. Expulsando freiras com 80, 90 anos de idade. Fechando meios de comunicação, como fechou agora os sinais da TV CNN. E repito aqui o que falei na ONU: o Brasil está de portas abertas para acolher padres, para acolher freiras, outros religiosos que estejam sofrendo perseguição lá, que é uma verdade, o Brasil os acolherá. Nós não daremos as costas para esses perseguidos pelo mundo.¹⁰¹

A ênfase dada à questão religiosa nicaraguense em tantas instâncias do primeiro turno eleitoral implica uma tentativa, por parte de Bolsonaro, de posicionar-se como um defensor mundial da comunidade cristã. Ainda que o candidato fundamente sua tese, em parte, na

¹⁰⁰ BOLSONARO, 2022j

¹⁰¹ SBT NEWS, 2022

liberdade religiosa vigente no Brasil, também o faz em menção ao “orgulho da formação cristã” do país. Assim sendo, pode-se seguramente assumir que suas motivações ao tratar do tema com tal frequência incluem expressar-se a si mesmo como parte de uma comunidade estendida de matriz cristã [pertencimento] e, indo além, como líder da proteção e restituição mundial dessa tradição, em linha com seus viés messiânico previamente abordado. O mesmo discurso proferido a nível local é traduzido agora ao nível global.

Em contexto de corrida eleitoral, a perseguição religiosa ocorrida na Nicarágua é veiculada de modo a legitimar uma narrativa de perseguição religiosa interna também ao Brasil, retroalimentada por toda a campanha. Se o candidato consegue convencer seus eleitores, com exemplos de circunstâncias reais e geograficamente próximas, de que há um movimento global de opressão ao cristianismo, torna-se mais fácil asseverar a ameaça desse suposto movimento à nação brasileira, tática muito empregada ao longo do primeiro turno para Bolsonaro reificar-se protetor da fé. Trata-se, todavia, de um estratagema ilusório, haja vista que

uma perseguição religiosa pressupõe ameaça a direitos de expressão e culto religioso (liberdade religiosa) e de ataque físico e simbólico a templos, igrejas, pessoas e até morte [enquanto] no Brasil é inexistente a ameaça e/ou ataque à maioria histórica, demográfica e simbolicamente cristã.¹⁰²

Não obstante, ainda que haja múltiplas ocorrências internacionais que se enquadram na definição acima, “cristofobia”, no Brasil, é um termo operacionalizado pelo setor político afeito ao bolsonarismo com a finalidade de vilipendiar certas pautas do debate público, colocando-as como inerentemente “anticristãs” [legitimidade]:

Na retórica parlamentar o sintagma cristofobia se intensificou e consolidou uma narrativa de perseguição e ameaça, centrada no ataque aos cristãos (católicos e evangélicos), vilipendiados por sua fé, moralidade e crenças religiosas. Essa perseguição se materializa com um conteúdo concreto de degradação moral da sociedade brasileira ao serem naturalizadas e legalizadas relações homossexuais, incorporadas as questões de gênero e orientação sexual nas diretrizes curriculares no Programa Nacional de Educação (PNE/2014-2024), e se tornarem pauta de discussão a agenda pró-direitos sexuais e sexuais. Tal perseguição cristã, na narrativa parlamentar, tem inimigos identificáveis: as comunidades LGBTs e

¹⁰² CARRANZA, 2023

movimento feminista. Ao mesmo tempo, a cristofobia assume contornos de crime, por isso a importância de ampliação de penas no código civil.¹⁰³

A ideia de um cristianismo sob ataque por todos os inimigos, reais e imaginários, do ex-Presidente da República Jair Bolsonaro notabilizou-se como um dos aspectos mais recorrentes de sua campanha no primeiro turno. No dia 30 de setembro de 2022, última semana do primeiro turno, Jair Messias Bolsonaro reagiu a uma publicação no perfil do Twitter Biodiversidade Brasileira. O perfil compartilhara a obra *Onça-pintada matando um missionário*, pintura feita por Noé León em 1907 e que retrata uma clareira onde jazem um padre jesuíta morto, com uma cruz em sua mão esquerda e tendo a seu lado um livro vermelho, e uma onça que avança sobre seu corpo com os dentes cravados no peito do missionário e as garras da pata direita arranhando suas costelas. 15 horas após a publicação original, o candidato à Presidência da República respondeu a ela com uma fotografia de si mesmo agachado diante de uma onça-pintada acorrentada, sua mão na parte superior das costas do animal:



104

¹⁰³ Ibidem.

¹⁰⁴ BOLSONARO, J. M. Acesso em: 03 fev. 2023k. Tweet apagado.

Um importante elemento da estratégia bolsonarista foi o enquadramento de si como parte de uma comunidade estendida “judaico-cristã”. Não obstante, seu governo caracterizou-se por uma aproximação entre os governos Brasil-Israel durante o regime de Benjamin Netanyahu¹⁰⁵ e muitos apoiadores do ex-presidente incorporaram a bandeira da nação medio-oriental em suas manifestações.¹⁰⁶ A própria primeira-dama, Michelle Bolsonaro, ecoou a frase “Deus abençoe Israel” no desfile de 7 de setembro de 2022¹⁰⁷, em afeição à nação judaica partilhada por grande parte do segmento evangélico politizado de que a primeira-dama é parte.¹⁰⁸ O candidato Jair Bolsonaro, por sua vez, publicou em suas redes sociais, no dia 26 de setembro do mesmo ano (dia da celebração do ano novo judaico), um vídeo curto em que diz: “*Shaná Tová*, em hebraico, né? Israel tem um povo que tem fé, que acredita, que é um exemplo pra nós.”¹⁰⁹

Em contrapartida, Bolsonaro em momento algum reconheceu explicitamente aquelas fés minoritárias ou não pertencentes ao que o próprio candidato considera a herança religiosa do país, como as religiões afro-brasileiras. De modo que ao reconhecer sistematicamente o campo religioso brasileiro como tendo uma formação cristã (ou judaico-cristã, a depender da ocasião), Bolsonaro relega outras matrizes religiosas à irrelevância no apanhado geral da cultura nacional, em linha diametralmente oposta à estratégia adotada por Lula da Silva, a ser exposta na seção subsequente.

2.3 Mapeamento de incentivos de Luiz Inácio Lula da Silva no 1º turno

Os eventos que precederam a candidatura de Lula da Silva à Presidência da República contribuíram para que o pano de fundo viesse a ser um dos mais polarizados da história eleitoral brasileira. Objeto de forte desconfiança devido aos escândalos de corrupção que macularam a reputação do Partido dos Trabalhadores e, mais ainda, devido à sua recente soltura mediante decisão do Supremo Tribunal Federal após 580 dias encarcerado, Lula era associado por expressiva parcela da população à corrupção sistêmica no âmago do país. Portanto, tendo sua retirada do domínio público fragmentado e enfraquecido os movimentos

¹⁰⁵ No primeiro dia de outubro, dois dias antes do pleito de primeiro turno, Bolsonaro chegou a divulgar um vídeo enviado a ele pelo então ex-premiê israelense (reeleito no mesmo ano) em que este expressa seu apoio à campanha bolsonarista.

¹⁰⁶ BBC NEWS BRASIL, 2020

¹⁰⁷ BIMBATI, 2022

¹⁰⁸ VARELLA, 2022

¹⁰⁹ BOLSONARO, 2022o

de esquerda no Brasil, Bolsonaro e seus correlatos haviam facilitado, na última meia década, a instauração de uma nova tradição política que se dava em termos fortemente morais e cuja natureza ideológica visava a antagonizar uma série de pautas (associadas tipicamente à esquerda econômica e ao liberalismo social) como antinacionais e antirreligiosas, além de colocar a pretensa integridade moral dos candidatos como condição de suma importância na decisão votante. Lula se viu obrigado a reconhecer, neste novo *status quo*, que ainda que Bolsonaro agisse semiautocraticamente ao reconhecer em sua base de apoiadores um perfil específico de eleitorado (conservador/liberal/cristão), sua trajetória política só teve sucesso até ali porque o que Bolsonaro entregara a esse setor restrito correspondia aos anseios de uma rede mais ampla, a saber, a maioria da população nacional. Conforme já dito, um *modus operandi* parcialmente autocrático pode lograr sucesso temporário em um regime democrático caso haja continuidade entre os interesses percebidos do pequeno grupo de que se julga depender o poder e os interesses da sociedade em geral.

No primeiro capítulo desta dissertação, expôs-se que Bolsonaro capitalizou, de modo bem-sucedido, sobre três demandas populares: (1) o vácuo de poder deixado pela queda abrupta do Partido dos Trabalhadores com o *impeachment* de Dilma Rousseff e a condenação do ex-presidente Lula; (2) o viés anti-*establishment* mobilizado pelas condenações em massa exercidas pela operação Lava Jato; (3) a demanda por uma ideologia de caráter religioso-moral, fomentada, em parte, pelo crescimento da participação evangélica e católica carismática na política. Lula começou a corrida eleitoral em considerável desvantagem em relação às duas primeiras variáveis, haja vista ser o elo mais importante do Partido dos Trabalhadores e ter, devido à sua trajetória conciliadora como presidente, associação com o *establishment* (a escolha do tucano Geraldo Alckmin como vice-presidente e a estratégia de construir uma frente ampla ensejada durante a campanha intensificou tal associação). Restou, portanto, a terceira variável como potencialmente articulável de uma perspectiva eleitoral.¹¹⁰ A estratégia utilizada para isso no primeiro turno foi uma tentativa de sinalização ao público religioso politicamente engajado (em sua maioria evangélico e católico carismático) e o esforço para distanciar-se ao máximo da menção a pautas que conflitassem diretamente com a agenda de costumes cara ao referido público.

Ao mesmo tempo, a base de apoio mais sólida de Lula da Silva era aquela a que se associara desde seu primeiro mandato, caracterizada ideologicamente pela preferência pela

¹¹⁰ Não buscamos alegar que foi a única estratégia empregada para captar o eleitorado imbuído de tais demandas; críticas ao governo Bolsonaro, em alinhamento com a elevação da rejeição ao candidato, foram ainda mais frequentes. Rememorações de supostas vantagens da antiga gestão Lula também foram rotineiramente empregadas. No entanto, temos de nos ater àquelas estratégias mais pertinentes ao nosso objeto.

esquerda econômica e pelo liberalismo social. Embora tenha havido, historicamente, um vínculo bem estabelecido entre comunidades católicas e o poder executivo, não somente pela relação histórica entre o PT e a Igreja Católica, que através de representantes das Comunidades Pastorais de Base (CEB) e pastorais católicas participou proativamente da construção do partido, mas também devido à íntima interlocução com a comunidade religiosa no governo Lula, parte do que o subsecretário de Articulação Social da Secretaria-Geral Beto Cury denominava “governabilidade ampliada”, a comunidade católica agora encontrava-se tão fortemente polarizada como o restante da população nacional.¹¹¹ Se Lula outrora se aproximara da Igreja Universal do Reino de Deus como estratégia eleitoreira, negociando com deputados evangélicos a parceria do executivo com suas igrejas e sancionando mudanças benquistas no Código Civil referentes ao funcionamento dos espaços religiosos, o apoio dos evangélicos à sua candidatura era agora inexpressivo devido ao advento de Jair Messias Bolsonaro, donde sacrificar o apoio garantido de grupos seculares e religiosos (principalmente católicos) à esquerda em prol de um grupo religioso à direita de difícil captação pudesse parecer pouco estratégico àquela altura da campanha.

O predicamento de Lula, portanto, em parte se assemelhou ao de Bolsonaro no sentido de ter de conciliar uma tendência à radicalização com uma tendência à moderação. Todavia, enquanto a balança de Bolsonaro pesou para o extremismo, a de Lula pendeu para a conciliação. Afinal, a forte desconfiança enfrentada pelo segundo candidato e o protagonismo incontestado de Bolsonaro na politização da moralidade e religiosidade, compeliram Lula a ter de dialogar com um nicho adverso à sua candidatura sem, todavia, alienar seu nicho mais sólido. Nesse sentido, Lula da Silva foi compelido a agir de modo mais próximo do que Bueno de Mesquita et al. tipificam como democrático, segundo a lógica de que eleições democráticas “criam incentivos para que aqueles no poder providenciam bens de que todos podem se beneficiar”¹¹². Em nossa adaptação da teoria do seletorado ao discurso eleitoral, estes bens devem ser entendidos como simbólicos, ou seja: a campanha de Lula, em sua abordagem discursiva, teve como objetivo sinalizar a diferentes perfis ideológicos que compõem o seletorado brasileiro com vistas a captar, simultaneamente, seus apoiadores e aqueles que o rejeitavam (em especial no segmento evangélico, conforme ver-se-á na seção subsequente). Em linha com este fato, só no período pré-campanha, Lula mencionou a palavra “povo” em suas redes sociais 45 vezes mais do que Bolsonaro, que o fizera 14 vezes

¹¹¹ MOREIRA, 2020

¹¹² CAMACHO, 2018

e com duas menções ao “povo japonês”¹¹³. O povo, tanto na pré-campanha como durante o primeiro turno, é apresentado por Lula nos moldes de um grupo “diverso [que] existe com a mesma dignidade nas diferentes regiões [...] propagador de culturas autênticas e enraizadas”¹¹⁴.

Desconsiderada a clara advocacia pela candidatura de Lula ao longo do artigo de Paiero e Bueno e a consequente mácula à sua integridade científica, um fato fica claro nas instâncias em que se propõe a uma análise objetiva do discurso: Lula parece atribuir maior ênfase à diversidade, enquanto Bolsonaro foca em uma pretensa unidade. O louvor à diversidade, tão presente nas manifestações públicas do candidato, assume muitas formas: o autoposicionamento como representante de uma frente ampla multiideológica¹¹⁵, o reconhecimento da polarização como aspecto positivo nas democracias¹¹⁶ e, sobretudo, a sinalização positiva a diferentes grupos regionais, étnicos e religiosos¹¹⁷.

A lógica por trás dessa ênfase, em uma perspectiva de estratégia eleitoral, encontra respaldo na contextualização feita nos parágrafos anteriores: as circunstâncias compeliram Lula a dialogar com múltiplos setores da sociedade civil frente à forte desconfiança em torno de sua candidatura como condição *sine qua non* de capilaridade. Se Bolsonaro conseguira, ainda que assumindo modalidades de discurso autocrática, corresponder a preferências de ordem nacional em 2018, Lula tinha de veicular modalidades de discurso democráticas para que, simultaneamente, dialogasse com os prévios eleitores de Bolsonaro detentores de tais preferências e com os críticos de Bolsonaro que constituíam a base mais sólida de Lula. Desse modo, os primeiros expressariam maior receptividade às críticas feitas ao governo Bolsonaro, já que a grande esperança da campanha de Lula da Silva era capitalizar a alta rejeição por que ineditamente passava o então Presidente da República.

Ao mesmo tempo, o candidato nunca pôde libertar-se do impasse ensejado pela percepção popular de seu vínculo com o problema endêmico da corrupção e, por tabela, com o *establishment* político a ele associado. Uma vez que a cultura política brasileira caracteriza-se como híbrida, no sentido de “os cidadãos, ao mesmo tempo em que consideram a democracia a melhor forma de governo, não se [mostrarem] satisfeitos com o desempenho das instituições políticas democráticas”¹¹⁸, a mácula em sua vida pública ensejada pelo ressentimento de grande parte da população frente ao Partido dos Trabalhadores e à própria

¹¹³ PAIERO E BUENO, 2022, p. 170

¹¹⁴ Ibid., p. 177

¹¹⁵ MATOS, 2022

¹¹⁶ UOL, 2022

¹¹⁷ PAIERO E BUENO, 2022

¹¹⁸ BAQUERO E RANINCHESKI, 2016

suspeita de corrupção em torno do ex-Presidente dificultavam que aproximadamente metade (pelo menos) da população considerasse que a candidatura de Lula detinha um ativo decisivo, a saber, a presunção de integridade moral.

2.4 Análise de discurso: Lula da Silva

Ao longo da maior parte do primeiro turno, a estratégia de Lula pareceu dividida entre colocá-lo como proponente da liberdade religiosa sem, todavia, assumir um discurso que priorizasse uma tradição religiosa em específico, e, em outras ocasiões, vinculá-lo de maneira direta ao cristianismo e seus motivos centrais. A primeira abordagem, de uma perspectiva de sobrevivência eleitoral, era relativamente segura ao tomar uma pauta cara aos setores progressistas (diversidade) e aplicá-la, via de regra, ao setor mais avesso à sua candidatura (evangélicos). A segunda estratégia tendia a ser menos segura perante sua base sólida, mas tinha caráter de medida emergencial, a se julgar o novo panorama encontrado pelo ex-presidente de afrouxamento de limites entre religião e política institucional (e a rejeição a sua candidatura por parte dos grupos religiosos mais politizados). Por vezes, ambas as abordagens foram empregadas separadamente. No período de um dia (31 de agosto a 1 de setembro), Lula fez três publicações acerca da temática religião em suas redes sociais. Na primeira, intitulada *Respeito e fé*, o candidato era exibido proferindo as seguintes palavras:

O que eu acho da Igreja é que ela existe pra cuidar da tua fé e da tua espiritualidade. A Igreja te dá um espaço em que você se sente bem com as suas orações. Agora, a Igreja não é um partido político. Qualquer eleitor evangélico que tenha um mínimo de conhecimento sobre o Brasil, ele sabe que nunca um governo tratou eles com o respeito que eu tratei [sic]. Inclusive dando liberdade pra eles que eles não tiveram em outros governos. Eles sabem disso. Não tendo vergonha de conviver com os pastores, como outros presidentes tiveram. Teve presidente nesse país que utilizava os pastores, mas depois tinha vergonha de aparecer ao lado do pastor. Eu não. Eu converso com o padre, converso com o pastor, converso com o bispo, converso com todo mundo. Sendo ser humano, eu converso. Se estiver disposto a debater, eu debato.¹¹⁹

No mesmo dia, demonstrando uma preocupação específica com a rejeição do público evangélico, foi publicado outro vídeo, intitulado *Lula sempre esteve ao lado dos cristãos*.

¹¹⁹ LULA DA SILVA, 2022a

Neste vídeo, exibe-se recortes antigos de Lula discorrendo sobre acusações feitas contra ele por grupos religiosos, aos quais se seguem refutações feitas por uma narradora: à alegação, disseminada desde a época do primeiro mandato de Lula, de que fecharia igrejas, a narradora responde mencionando que em “22 de dezembro de 2003, Lula assina a lei da liberdade religiosa”; em seguida, diz que em “03 de setembro de 2009, Lula assina a lei que cria o Dia Nacional da Marcha para Jesus [e que] Lula governou por oito anos, e foi tempo de maior liberdade para as igrejas.”¹²⁰ Perceba-se que a preocupação, em ambas as publicações, não é colocar Lula como cristão ou proponente do cristianismo, mas como seu aliado e facilitador.

Um dia depois, entretanto, a abordagem empregada revelou-se mais próxima do interesse do candidato em aproximar-se do discurso propriamente religioso. Em suas redes sociais, publica o vídeo intitulado *Tenho fé e peço a Deus*, o qual se inicia com a canção:

Tenho fé e peço a Deus
Que acabe toda dor
Tenho fé e peço a Deus
menos ódio e mais amor
Tenho fé e peço a Deus
para a vida melhorar
Tenho fé e peço a Deus
Esperança pra mudar.¹²¹

Em seguida, Lula é exibido dizendo que “[pede] a Deus que ilumine essa nação e nos ajude a reconstruir o Brasil”¹²². Aqui, Lula já está mais próximo do eixo “pertencimento”, uma vez que se coloca como cristão, ao mesmo tempo em que operacionaliza o eixo “analogia” ao comparar, implicitamente, Bolsonaro ao ódio e ele próprio ao amor. Isso revelou que não era do interesse do candidato apresentar-se meramente como aliado das comunidades religiosas em geral, como as publicações no dia anterior poderiam ter feito pensar, mas também como indivíduo cristão representante do ideário de uma tradição.

Essa dualidade - distanciamento e aproximação do discurso emicamente religioso - dos casos acima se deu em instâncias separadas, mas com frequência ocorreu também em uníssono, a despeito de possíveis contradições no âmago de um mesmo pronunciamento. Já no primeiro dia de campanha, Lula fez seu ato inaugural na fábrica da Volkswagen em São Bernardo do Campo (São Paulo). Ali, ao mesmo tempo em que o candidato à Presidência da República se colocou como observador externo do público evangélico, referindo-se a este

¹²⁰ LULA DA SILVA, 2022b

¹²¹ LULA DA SILVA, 2022c

¹²² Ibidem.

público como “eles” enquanto alegava estarem sendo manipulados por Bolsonaro, utilizou figuras de linguagem religiosas para justificar sua afirmação, chamando o adversário de fariseu e alegando que “se tem alguém que é possuído pelo demônio, é esse Bolsonaro” [analogia].¹²³ A segunda afirmação veio, certamente, em resposta à declaração da Primeira-dama Michelle Bolsonaro, que dissera meses antes haver encontrado o Palácio do Planalto consagrado a demônios e que hoje ele o era a Jesus.¹²⁴

Algumas semanas depois, em encontro com evangélicos em São Gonçalo (Rio de Janeiro), Lula se viu outra vez dividido entre as modalidades êmica e ética de discurso. Em determinadas ocasiões, colocou-se abertamente contra a apropriação política da religião, como no seguinte fragmento:

O Estado não deve ter religião, o Estado não deve ter igreja, o Estado tem que garantir o funcionamento e a liberdade de quantas igrejas as pessoas quiserem criar. É assim que nós fizemos a lei para regulamentar a constituição em 2003, e eu posso dizer para vocês, eu admito um ser humano normal mentir, mas não é aceitável um pastor que diz que fala em nome de Deus mentir. Ninguém pode mentir em nome de Deus. Ninguém pode mentir. Aliás, ninguém deve usar o nome de Deus em vão, ninguém deve utilizar o nome de Deus para tentar ganhar voto, ninguém deve. Eu já fui cinco vezes candidato, nunca, nunca, fui numa igreja tentar utilizar um ato religioso para pegar voto, nunca. Porque a hora que um cidadão vai na igreja ele vai cuidar da sua fé, ele vai cuidar da sua espiritualidade, ele não está preocupado se o candidato é A ou B, ali é o momento que ele está conversando com Deus e ali ele não quer que a gente se meta com a política.¹²⁵

Paradoxalmente, o mesmo pronunciamento foi recheado de declarações religiosas com vistas à aceitação de Lula pelo público evangélico. Logo no início de seu discurso, o candidato afirma que

se não fosse a mão de Deus em cima de mim, eu não teria chegado aonde eu cheguei, porque aonde [sic] eu nasci, do jeito que eu vivi, sem as possibilidades que uma mãe sonha para o filho, e chegar à Presidência da República, é porque tem algo superior guiando o caminho.¹²⁶

¹²³ UOL, 2022b

¹²⁴ PARREIRAS, 2022

¹²⁵ LULA DA SILVA, 2022d

¹²⁶ Ibid.

Em seguida, descreve as tribulações que viveu em sua infância e juventude, imbuindo de sacralidade seu histórico de pobreza [martírio] ao mesmo tempo em que implica haver participação divina na superação de tais adversidades [providência]. Não obstante, assevera que tal participação estendeu-se à chegada de Lula da Silva à Presidência da República, do que se deduz uma simpatia de Deus por sua eleição [preferência].

Conforme seu pronunciamento chegava ao fim, o candidato começou a mostrar-se mais empolgado, mais assertivo, empregando uma forma de discurso remissiva àquela referente ao reavivamento cristão (associado ao evangelismo “neopentecostal” e ao catolicismo carismático), que se caracteriza por “pregações inflamadas e emocionais; comunicação mais próxima aos fieis e linguajar acessível [bem como] promoção de assistência social, compensando a ausência do Estado.”¹²⁷ Temática e estilisticamente, Lula aproximou sua fala daqueles elementos mais característicos de um culto revivalista [analogia], tornando mais cinza a zona já nebulosa, em se tratando de um encontro eleitoreiro com evangélicos, entre o político e religioso:

Olhe, se tem um brasileiro que não precisa provar que acredita em Deus, esse brasileiro sou eu, porque eu não teria chegado onde cheguei se não fosse a mão de Deus dirigindo os meus passos e guiando meu comportamento, e eu tenho certeza que outra vez, lá de cima, ele vai dizer Lula, cuida desse povo, esse povo não quer discurso, esse povo quer comida, esse povo não quer discurso, esse povo quer emprego, esse povo quer saúde, esse povo quer educação, esse povo quer que as suas crianças nasçam, cresçam e se tornem adultos em paz, sem medo da violência, é esse país que nós vamos criar, é esse país que a gente vai criar e vai devolver a vocês porque vocês irão ajudar a gente a criar. Queridos companheiros e companheiras, que Deus nos abençoe, e até outro dia se Deus quiser.¹²⁸

Nota-se uma conjunção de eixos quando o candidato não só assume uma intervenção divina favorável em sua biografia [providência], como também um contato imediato com a personificação dessa divindade, a qual proclamaria Lula como escolhido para pôr fim à fome, ao desemprego, à doença, à má educação e à violência [preferência]. No mais, tem-se uma repetição exagerada de expressões religiosas (“Deus nos abençoe, e até outro dia se Deus quiser”) que ilustra, conforme ver-se-á abaixo em ocorrências semelhantes, um desespero por parte do candidato em reforçar sua fé pessoal [pertencimento] em um cenário de

¹²⁷ ROSA E ROSA, 2019, p. 108

¹²⁸ LULA DA SILVA, 2022d

desconfiança. Naturalmente, uma vez que Bolsonaro fora capaz de monopolizar a politização do cristianismo como seu principal representante (sua estratégia, desde 2018, tendo sido opor o cristianismo ao Partido dos Trabalhadores e seu protagonista), a circunstância para Lula era de significativa desvantagem no que dizia respeito à legitimação pública de sua cristandade.

Essa reação se manifesta na primeira sentença do fragmento supracitado (“se tem um brasileiro que não precisa provar que acredita em Deus, esse brasileiro sou eu”), mas também em inúmeras outras ocasiões de inserção de expressões religiosas em contextos seculares, por vezes sem ligação semântica com o conteúdo co-ocorrente. Seus posicionamentos no Twitter são ilustrativos nesse quesito: quando diz que “da mesma forma que [tem] fé em Deus, [tem] fé que vamos juntos reconstruir o Brasil”¹²⁹, que “[tem] fé em Deus que vamos ganhar para provar que o povo trabalhador brasileiro vai voltar a ser feliz com salário digno”¹³⁰, que “Deus [o] fez assim, e [não pode] aceitar que a fome voltou”¹³¹, e a confusa sentença “tenho fé em Deus, porque em 4 anos tenho que fazer mais do que fiz em 8 anos”¹³². Em todos os casos, o que está em jogo é uma necessidade, na perspectiva do candidato, de reforçar sua religiosidade em todas as instâncias possíveis, independentemente de contexto, em face da apropriação do cristianismo politizado por Jair Bolsonaro.

Tal necessidade fez com que as manifestações de Lula com frequência soassem menos espontâneas que as de seu adversário, como nos exemplos acima em que o discurso religioso parece ter sido repetido mecanicamente sempre que possível. De uma perspectiva de sobrevivência eleitoral, entretanto, cumpre função de redução de danos: Lula certamente não esperava desconstruir todo um movimento evangélico pró-Bolsonaro no período de poucas semanas, mas, se não reafirmasse a si mesmo como cristão, estaria comparativamente mais vulnerável a uma narrativa que o distanciasse da matriz religiosa brasileira e, por conseguinte, da maioria de seus potenciais eleitores.

Pelo mesmo motivo, o candidato dedicou-se com frequência a desmentir o boato de que pretendia fechar igrejas. Boato que sobreviveu a múltiplos períodos da trajetória política de Lula, ressurgiu em período pré-campanha ao circularem nas redes sociais *tweets* falsificados¹³³ em que o então ex-Presidente teria dito:

Em 2023, quando eu assumir a presidência, as igrejas evangélicas e católicas terão que seguir a lei, nós vamos obrigá-los a casar pessoas

¹²⁹ LULA DA SILVA, 2022e

¹³⁰ LULA DA SILVA, 2022f

¹³¹ LULA DA SILVA, 2022g

¹³² LULA DA SILVA, 2022h

¹³³ DOMINGOS, 2022

da comunidade LGBT, chega de homofobia! [...] Os padres e pastores que se recusarem a casar casais LGBTs serão presos e terão suas igrejas fechadas por crime de homofobia.¹³⁴

Dada a tração que tiveram boatos análogos - e a própria narrativa, em nível mais amplo, de que Lula representaria uma candidatura anticristã enquanto Bolsonaro representaria seu oposto -, em diversos momentos o candidato utilizou a questão do fechamento de igrejas como ponto de partida para a ênfase em tudo que teria feito, durante seus mandatos, em prol da liberdade religiosa. Isso se deu em publicações nas redes sociais (como a já mencionada *Lula sempre esteve ao lado dos cristãos*), em pronunciamentos públicos (inclusive o primeiro, na fábrica da Volkswagen, atestando a urgência da questão na perspectiva de sua campanha), e no próprio site oficial de campanha, em que se publicou um texto que diz:

Lula é Cristão. Nunca fechou e nem vai fechar igrejas. Com a proximidade das eleições, a cada dia surgem mais fake news contra Lula usando religião como “isca”. Além de mentiras para assustar evangélicos, o bolsonarismo também promove discurso de ódio e racismo, tornando ainda mais desonesto esse tipo de narrativa. Tudo para tentar afastar os cristãos de Lula. Mas a verdade é uma só: Lula é cristão, nunca fechou nem vai fechar igrejas e sempre respeitou a liberdade religiosa.¹³⁵

A rejeição de Lula pelo público religioso politizado, em sua maioria evangélico, não se tratava de mera especulação. Em 31 de agosto, foi divulgada pesquisa Genial/Quaest¹³⁶ na qual Bolsonaro aparecia com 51% das intenções de votos entre eleitores evangélicos, enquanto Lula contava com 27%¹³⁷. Em apenas uma semana, a diferença percentual entre os candidatos passou de 24 pontos percentuais para 27, de modo que Bolsonaro contasse, no dia 7 de setembro, com 53% de intenções de voto enquanto Lula contava com 26%.¹³⁸ Uma margem notável, considerando-se que, no concernente ao quadro geral, Lula aparecia com 44% contra 34% de Bolsonaro.¹³⁹

¹³⁴ Ibidem.

¹³⁵ LULA DA SILVA, 2022i

¹³⁶ REIS, 2022

¹³⁷ Dentro deste recorte, 11% dos eleitores declararam voto em outros candidatos e outros 11%, declararam que votariam nulo ou em branco.

¹³⁸ IORY, 2022

¹³⁹ CORREIO BRAZILIENSE, 2022

A figura se invertia no concernente ao eleitorado católico, entre os quais Lula era maioria. No mesmo intervalo de 31 de agosto a 7 de setembro, a diferença manteve-se entre 24 e 22 pontos percentuais, com Lula concentrado de 51% a 50% das intenções de voto e Bolsonaro, de 27% a 28%. O que poderia parecer um panorama equilibrado no concernente ao eleitorado religioso, entretanto, não o era em absoluto. Há duas razões principais que, articuladas em conjunto, expressam a preponderância do eleitorado evangélico no voto de natureza religiosa a despeito de tal aparente equilíbrio e da menoridade numérica de evangélicos frente a católicos.

A primeira é, precisamente, a diferença numérica. Dados de 2020 do Datafolha estabelecem que católicos representavam, à altura da sondagem, 50% da população brasileira, enquanto evangélicos (em suas diversas denominações) somariam 31%.¹⁴⁰ Isso significa que um candidato capaz de captar a maior parte dos votos está, como consequência, captando a maioria dos votos católicos, independentemente de motivações particulares que levaram cada indivíduo católico a escolher um candidato. A segunda razão é que o voto católico, além de mais difuso, tem menos incentivos para receber justificção religiosa. Em junho de 2022, o Datafolha averiguou que católicos vão com menor frequência à igreja (17% vão mais de uma vez por semana, contra 53% dos evangélicos).¹⁴¹ Isso implica uma relação menos íntima com sua comunidade de fé e uma relação mais distante com suas lideranças. Não obstante, a presença da militância política em ambientes evangélicos é mais frequente do que em suas contrapartes católicas, as quais tendem, historicamente, a manter mínima distância da política institucional.¹⁴² Cria-se, assim, uma diferença em que indivíduos católicos têm preferências menos propensas a serem moldadas pela igreja, enquanto indivíduos evangélicos, atribuindo à igreja protagonismo em sua vida e vivenciando, nessa mesma igreja, maior tendência à politização do discurso religioso, têm preferências mais propensas a serem moldadas em tal ambiente.¹⁴³

Por isso, pode-se seguramente assumir que a incorporação do discurso religioso por parte de Lula da Silva advém da necessidade de diálogo com comunidades evangélicas muito mais do que da necessidade de manutenção do apoio católico. Afinal, é nas primeiras que se concentra o movimento de politização da religião instrumentalizado por Jair Messias

¹⁴⁰ BBC NEWS BRASIL, 2022

¹⁴¹ Ibidem.

¹⁴² Cf. cap. 1 desta dissertação.

¹⁴³ Católicos carismáticos, em sua aproximação com o *modus operandi* evangélico, tendem a se enquadrar no segundo tipo.

Bolsonaro, conquanto sua presença nas comunidades católicas seja ainda comparativamente inconsequente.

Entretanto, apesar do claro intento de reforçar-se como aliado do eleitorado religioso politizado, em sua maioria evangélico [pertencimento], Lula, ao mesmo tempo, evitou abordar pautas concretas que fossem de fato caras a esse eleitorado [legitimidade], como o aborto e a repressão às drogas. Isso devido à já mencionada disparidade ideológica entre sua base sólida, de caráter socialmente liberal, e o público evangélico, de caráter conservador. No período pré-campanha, o candidato passara por sucessivas inversões de discurso no que tange especialmente à descriminalização do aborto, evidenciando o dilema que tal pauta configurava. O mais comum era que o candidato ensaiasse uma postura parcialmente conciliatória, afirmando-se contrário ao aborto de uma perspectiva moral, mas pragmaticamente favorável à sua descriminalização em face do problema de saúde pública ensejado por operações clandestinas. Em março de 2022, por exemplo, declarou:

Eu Lula, pai de cinco filhos, fui contra aborto e sempre fui. Agora, eu chefe de Estado, preciso tratar o assunto como saúde pública. Pessoalmente é meu pensamento, mas como vou tratar isso como chefe de Estado? Aí é colocar todas as mulheres em igualdade de condição [...] Cabe ao Estado dar a essas pessoas capacidade de tratamento digno, esse é o papel do Estado. A pauta de costumes não é problemática pra mim. Quando apresentar, vai ser discutida no fórum adequado, que é o Congresso Nacional.¹⁴⁴

Em abril, entretanto, no que teria sido uma manobra espontânea e não discutida com sua equipe de campanha, Lula assumiu súbita e inusitadamente um discurso polarizado em que rechaçou as preferências do eleitorado religioso conservador. Em evento organizado pela Fundação Perseu Abramo (FPA) e a Fundação Friedrich Ebert (FES), intitulado “Brasil-Alemanha – União Europeia: desafios progressistas – parcerias estratégicas”, o candidato alegou que o aborto “deveria ser transformado numa questão de saúde pública e todo mundo ter direito e não ter vergonha”, bem como que “essa pauta da família, essa pauta dos valores, é uma coisa muito atrasada.” Por fim, afirmou que “não importa o que tem na pauta [de costumes]”¹⁴⁵.

Como era de se esperar, os comentários ensejaram reações grandemente negativas por parte de comunidades evangélicas, mas também por parte da própria base de apoio de Lula,

¹⁴⁴ LULA DA SILVA apud LEITOLES, 2022

¹⁴⁵ GAZETA DO POVO, 2022

que teria considerado suas declarações pouco estratégicas. No dia seguinte à divulgação da gravação do evento supracitado, portanto, o candidato foi pressionado a se retratar, justificando seu posicionamento prévio da seguinte forma:

A única coisa que eu deixei de falar, na fala que eu disse, é que eu sou contra o aborto. Eu tenho cinco filhos, oito netos e uma bisneta. Eu sou contra o aborto. O que eu disse é que é preciso transformar essa questão do aborto numa questão de saúde pública. [...] Ele [aborto] existe, por mais que a lei proíba, por mais que a religião não goste. Ele existe e muitas mulheres são vítimas disso.¹⁴⁶

Os posicionamentos finais do candidato no concernente à descriminalização do aborto no período pré-campanha foram na linha desta declaração: moralmente contrários, pragmaticamente favoráveis. Entretanto, pouquíssimo se falou nessa e em outras pautas de costumes quando se chegou, de fato, no primeiro turno. Os meses que antecederam o início de campanha reforçaram a Lula a fragilidade de sua posição perante os setores religiosos e conservadores, e demonstraram a ele que tais setores, em seu hodierno grau de influência política, não deviam ser apaziguados, mas amplamente captados. Tendo, após sucessivos *backlashes*, adquirido tal consciência, Lula optou por abordar tão raramente quanto possível as achamadas pautas de costumes, de modo a permear tal grupo dando sempre preferência a um discurso religioso sem tradução programática.

A campanha de Luiz Inácio Lula da Silva no primeiro turno caracterizou-se pela necessidade de reforçar a si mesmo como cristão perante o segmento do eleitorado para o qual a religiosidade é mais determinante na escolha de voto. O eixo preponderante em sua estratégia, portanto, foi “pertencimento”, enquanto os eixos “martírio”, “preferência” e “providência” pareceram cumprir função subsidiária de reforçar e autenticar o primeiro. O eixo “legitimidade” foi sumariamente evitado pelo candidato e o eixo “analogia” veiculado apenas em ocasiões pontuais. Note-se que a tétrade priorizada pelo candidato (pertencimento/martírio/preferência/providência) tem caráter mais individual¹⁴⁷, enquanto a díade negligenciada (legitimidade/analogia) é aquela de caráter mais potencialmente interpessoal (“legitimidade” trata de pautas políticas e é quase impossível abordá-la sem aliá-la, de forma implícita ou explícita, à crítica das pautas adversárias, enquanto “analogia”

¹⁴⁶ BERTONI, 2022

¹⁴⁷ O eixo “pertencimento”, apesar de dizer respeito à participação em uma comunidade de fé, encerra-se na autodeclaração do indivíduo como participante, razão pela qual foi aqui tratado como tendo caráter pessoal. Seu caráter interpessoal manifesta-se apenas quando articulado com demais eixos. P. ex.: “legitimidade”, caso alegue-se que não é verdadeiramente cristão quem apoia uma determinada pauta.

inclui a associação do adversário a motivos negativamente valorados da doutrina cristã)¹⁴⁸. Depreende-se assim que parte da estratégia de Lula era não atacar Bolsonaro no campo religioso, reservando sua hostilidade ao campo político. Ciente de estar léguas atrás do adversário perante o público evangélico, o candidato priorizou a reconstrução de sua imagem enquanto cristão e evitou, neste primeiro momento, confrontos diretos com um adversário em relação a quem se considerava em desvantagem.

2.5 Comparativo: *O poder de jogar em casa*

Em jogos de futebol, costuma-se dizer que o time da casa tem vantagem sobre o time visitante. Até 1990, de nove campeonatos mundiais de futebol disputados na Europa, oito foram vencidos pelos europeus; de sete campeonatos disputados nas Américas, seleções latinoamericanas venceram todos.¹⁴⁹ Na liga profissional de futebol-americano, NFL, a probabilidade de vitória de times de casa pode chegar a patamares tão altos quanto 89,1%, sendo estes os favoritos 61,7% das vezes.¹⁵⁰ Uma possível razão para tal fenômeno é o efeito psicológico que a certeza de apoio da torcida exerce sobre os jogadores. Pode-se imaginar menos fricção mental em um jogador ciente de estar em seu território natal, no qual o mecanismo de nós-contra-eles pende favoravelmente para o seu lado e não configura uma preocupação adicional ao seu moral já turbulento: é garantido, por necessidade, que a torcida majoritária - ou ao menos a protagonista - será sua aliada e não inimiga, fomentando maior confiança e resolução.¹⁵¹

Do mesmo modo, a garantia de apoio do público evangélico à candidatura de Bolsonaro e sua aversão notável à candidatura de Lula moldaram, em boa medida, o discurso religioso de cada um em suas respectivas campanhas. O primeiro, ciente de estar dialogando com sua base mais sólida de apoiadores - entre as únicas, conforme já foi visto, que ainda depositavam em sua figura apoio incondicional -, comportou-se por toda a campanha como representante do cristianismo político, atribuindo a si mesmo autoridade para encabeçar o combate contra a deturpação política dos valores cristãos, contra o ataque às igrejas e a

¹⁴⁸ Embora o eixo “analogia” pudesse, sim, ser veiculado de uma perspectiva interpessoal (comparando-se a pessoa do candidato com figuras religiosas específicas sem referir-se ao adversário, p. ex.), nas raras ocasiões em que foi articulado por Lula no primeiro turno, o foi a partir de uma perspectiva interpessoal (buscando-se associar o rival ao farisaísmo e ao próprio diabo), razão pela qual, pragmaticamente, enfatizamos seu caráter *potencialmente* interpessoal nesta separação.

¹⁴⁹ MARQUES, 2002

¹⁵⁰ KISSELL E POSERINA, 2017, pp. 155–179

¹⁵¹ É razoável supor que outros fatores, como familiaridade com fuso-horário, clima, altitude, etc., impactam a probabilidade de vitória, mas essas variáveis são irrelevantes para nossa analogia.

pretensa cruzada de restituição da moralidade religiosa na matriz cultural da nação; expressou-se, portanto, confiante e assertivamente. Lula, por outro lado, ciente de sua posição fragilizada frente a este grupo, assumiu uma postura menos ativa e mais **re-ativa**, priorizando refutar de forma tímida a narrativa que o hipostasiava como “anticristão” com uma frequente reafirmação de sua fé e com o combate a *fake news* envolvendo sua relação com as comunidades de fé.

Bolsonaro, assim, apresentou-se semioticamente como alguém *de dentro* da comunidade religiosa e com legitimidade para representá-la; Lula, como alguém numa zona interseccional entre dentro e fora buscando a todo custo adentrar um pouco mais.¹⁵² Como consequência, o primeiro candidato distribuiu os seis eixos de discurso religioso de maneira mais igualitária ao longo do primeiro turno, enquanto o segundo, por imposição da circunstância, priorizou eixos em que pudesse trabalhar uma ótica pessoal (martírio/pertencimento/preferência/providência) e tratou os eixos de implicações interpessoais (analogia/legitimidade) como secundários.

Lula da Silva buscou enfatizar sua religiosidade em nível pessoal pois 1) programaticamente, sua agenda não correspondia às preferências do público evangélico politizado (cf., por exemplo, questão do aborto) e não poderia ser usada como estratégia eleitoreira [legitimidade]; e 2) uma vez que esse público havia formado um vínculo sólido com seu adversário, uma estratégia que não visasse à reconstrução pessoal de sua imagem não seria capaz de permear a barreira de antagonismo à sua candidatura por parte dos evangélicos. Enquanto isso, Bolsonaro, em posição mais favorável, não raro falou em nome da religiosidade popular. Se Lula deu preferência a sentenças como “da mesma forma que tenho fé em Deus, tenho fé que vamos juntos reconstruir o Brasil”, o segundo não hesitou em veicular sentenças como “um abraço [...] a todos vocês que têm uma família, que têm uma crença, que é cristão [sic] [...], afinal de contas, nós temos muita coisa em comum”. Note-se a diferença semântica em ambos os casos: um busca afirmar a si mesmo, em uma ótica individual, parte de uma comunidade de fé; outro busca atribuir a ela uma essência como alguém com autoridade para tal, equiparando ter uma família, ter uma crença e ser cristão. Não obstante, ao longo do primeiro turno, percebe-se maior variação de pessoalidade nos pronomes empregados por Bolsonaro em seu discurso religioso, conquanto em Lula, os

¹⁵² Não se trata de avaliar se um ou outro factualmente consideravam-se partes dessa comunidade, e sim qual imagem suas ações transmitem.

pronomes predominantes sejam a primeira pessoa do singular e terceira pessoa do singular e plural (eu, ele/eles), reiterando de modo implícito sua distância das demografias religiosas.¹⁵³

Um obstáculo adicional enfrentado por Lula beneficiou, comparativamente, a estratégia de Bolsonaro, a saber: perspectivas conflitantes frente ao eleitorado evangélico no âmago de uma mesma campanha. Isso pode ser atribuído à presença de contraditórios *frames*, ou quadros de referência, co-ocorrentes em um mesmo recorte de tempo mobilizados por Lula da Silva. Conforme definem Ensink e Sauer:

O termo ‘frame’ [quadro] é, quando aplicado ao discurso, um termo metafórico. [...] Um ‘frame’ dá a um objeto seu lugar no espaço e o separa ao mesmo tempo de seu ambiente. Paradigmática é a pintura num quadro. Tudo dentro do quadro é a pintura. O quadro separa a pintura do ambiente e é usado ao mesmo tempo para dar à pintura seu lugar [de modo que confira] estrutura tanto ao objeto em si mesmo quanto à forma como o objeto é percebido.¹⁵⁴

Por conseguinte, “uma mudança de enquadramento frequentemente implica uma mudança de perspectiva”¹⁵⁵, sendo esta entendida como o ponto de vista mediante o qual um objeto é iluminado dentro da estrutura de referência adotada.

Talvez por divergências internas à candidatura de Lula (para as quais podem ter contribuído interesses conflitantes de membros do Partido dos Trabalhadores, da equipe de campanha imediata e do próprio candidato), dois enquadramentos mutuamente contraditórios coexistiram no primeiro turno, mobilizando, por sua vez, perspectivas incoesas frente ao mesmo objeto: o primeiro era um enquadramento que pressupunha a manutenção do secularismo como prioridade (discurso ético); o segundo pressupunha como prioridade a apropriação do discurso religioso popularizado por Jair Messias Bolsonaro (discurso êmico). De tais tendências conflitantes, advieram comportamentos erráticos que conferiram à campanha de Lula um ar de incerteza quanto à melhor maneira de abordar a questão religiosa.

Bolsonaro, por mais que por vezes oscilasse entre a radicalização e a moderação, manteve-se sempre dentro do mesmo enquadramento que adotara em sua primeira campanha, em 2018: um que vinculava cristianismo, conservadorismo social e liberalismo econômico como tríade opositora ao *establishment* político e ao desgaste imagético enfrentado pelo

¹⁵³ Mesmo quando insinua que Bolsonaro engana os cristãos, o candidato frequentemente o faz da perspectiva de um observador externo, não configurando tais situações instâncias de discurso religioso *stricto sensu* exceto quando explicitamente vinculados a motivos teológicos (cf. ato inaugural na fábrica da Volkswagen, em que a suposta enganação foi associada ao farisaísmo).

¹⁵⁴ ENSINK E SAUER (ed.), 2003, p. 2

¹⁵⁵ Ibid., p. 15

Partido dos Trabalhadores. Nesse sentido, sua estratégia frente ao segmento religioso do eleitorado seguiu um itinerário previsível e pouco suscetível a mudanças ao longo do primeiro turno, ainda que alguma variabilidade possa ter sido constatada em outras frentes. Havia consenso entre todas as partes envolvidas de que o eleitorado afeito à politização do cristianismo teria protagonismo na campanha e seria abordado sobretudo de uma perspectiva êmica, o que fez com que o enquadramento do candidato se mantivesse homogêneo e quaisquer diferentes perspectivas adotadas fossem igualmente submetidas a essa estrutura de referência fundamental.

Na análise de Jair Messias Bolsonaro, mencionou-se o messianismo como elemento constitutivo de sua ideologia. Cabe aqui justificar o porquê de o mesmo não ter sido atribuído à ideologia avançada por Lula da Silva. Se assumimos a definição de Queiroz, segundo a qual “algo de objetivo e prático, decorrente das dificuldades e tensões da vida social [é alcançado por] meios [...] de tipo sobrenatural [que] tornam transcendente o novo mundo criado”¹⁵⁶, não basta o mero emprego do discurso religioso em uma investida ideológica para que esta seja tida como messiânica. Tampouco basta a menção a problemas de natureza sociopolítica, uma preocupação eminentemente secular. É necessário que a tais problemas de natureza sociopolítica seja atribuída uma solução de tipo sobrenatural. A despeito das tentativas de introjeção do discurso religioso em sua campanha, Lula caracterizou seu programa como tendo orientação principalmente social, ainda que não raro tenha operacionalizado a religião como pano de fundo discursivo, enquanto Bolsonaro abordou seu programa como um amálgama que indiferenciava orientações religiosa e social (a predominância do eixo “legitimidade” em Bolsonaro e sua relativa ausência em Lula evidenciam tal dissonância). Assim sendo, Lula não cumpriu os requisitos necessários para que estendêssemos à sua candidatura uma tal atribuição, conforme fora feito na seção *Análise de discurso: Jair Messias Bolsonaro*.

A despeito das supracitadas diferenças, entretanto, houve aspectos semelhantes em como cada candidato conduziu sua respectiva campanha. Ambos veicularam o eixo “martírio” de modo análogo, com devidas adequações às suas trajetórias particulares: ao rememorar vivências de sofrimento em co-ocorrência com elementos de discursos religiosos, ressignificaram suas tribulações dando a elas roupagem sacra. Bolsonaro o fez, majoritariamente, em menção ao atentado à sua vida ocorrido em 2018; Lula, em menção ao seu mais duradouro histórico na pobreza. Nesse aspecto, o segundo candidato esteve em

¹⁵⁶ QUEIROZ, 1960

vantagem, haja vista que o episódio de atentado havia perdido seu *momentum* enquanto a vivência da pobreza é sempre presente para grande parte dos brasileiros. Outra semelhança jaz na apreensão dos eixos “preferência” e “providência” a partir do “martírio”: ambos avançaram a conclusão de que seu sucesso, em face das dificuldades enfrentadas, era justificado por uma missão ou ato de intervenção divina. Assim como Bolsonaro afirma que “Deus não me deu uma nova vida em 06/09/2018 para ser um gestor, mas para mudar de vez o nosso Brasil”¹⁵⁷, Lula afirma que “se não fosse a mão de Deus [...] eu não teria chegado aonde eu cheguei”¹⁵⁸ em referência às condições de pobreza em que cresceu. Ademais, ambos os candidatos se assemelham na equiparação do adversário à mentira e por conseguinte ao seu “pai”, o diabo. De modo que a despeito de numerosas diferenças circunstanciais, parte de suas respectivas articulações ideológicas tenha-se justaposto ao longo do primeiro turno das eleições presidenciais de 2022.

Capítulo 03: Discurso religioso no 2º turno

3.1 Mapeamento de incentivos de Jair Messias Bolsonaro no 2º turno

No dia 03 de outubro de 2022, o que fora uma disputa política minimamente pulverizada passou a se concentrar em dois polos antagônicos. Dos 156.454.011 eleitores aptos a votar, 123.682.372 compareceram às urnas (79,05%), sendo 118.229.719 votos válidos, 3.487.874 votos nulos e 1.964.779 votos em branco, ambos totalizando 4,41% do montante de votos.¹⁵⁹ Dentre os candidatos à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva obteve 57.259.504 votos (48,43%), enquanto Jair Messias Bolsonaro obteve 51.072.345 (43,20%) - ambos passando para o segundo turno -, seguidos por Simone Tebet do MDB e Ciro Gomes do PDT, com 4.915.423 (4,16%) e 3.599.287 (3,04%) dos votos, respectivamente.

Da perspectiva da campanha de Bolsonaro, a primeira apuração configurou um atestado de risco menor que o esperado, mas ainda existente. Tornou-se fortalecida a narrativa de inconfiabilidade de pesquisas de intenção de voto, muito reproduzida por Bolsonaro no primeiro turno para questionar previsões estatísticas de seu segundo lugar. Discursivamente, o candidato nunca deixou de endossá-la, chegando a alegar, no dia 05 de

¹⁵⁷ BOLSONARO, 2023b

¹⁵⁸ LULA DA SILVA, 2022d

¹⁵⁹ TSE, 2022

outubro, que “recomeçou a palhaçada”¹⁶⁰ em reação ao levantamento do Ipec que previu a liderança de Lula no segundo turno com 51% das intenções de votos totais e enfatizando a discrepância entre as previsões de alguns institutos no primeiro turno e a quantidade de votos recebida pelo candidato. Também seguiu proliferando a narrativa de manipulação das urnas eletrônicas, minimizando os resultados preliminares e blindando-se previamente contra uma eventual derrota.¹⁶¹

Para além de tais bravatas, entretanto, o candidato tinha bastante ciência da situação insegura em que se encontrava sua campanha, pois realizou importantes mudanças estratégicas ao longo de outubro. Para a presente pesquisa, as mais relevantes dizem respeito ao discurso religioso, que se tornou mais diluído e perdeu espaço relativo para as críticas seculares - pessoais e políticas - ao candidato Lula e amostras de melhorias alegadamente ensejadas por seu governo. Pode-se concluir que o candidato, ciente de ter apoio garantido por parte do público ideológico (inclusos, aí, evangélicos politizados), tenha passado a priorizar modalidades de discurso mais indiscriminadas e que não se restringissem somente à parcela ideológica do seletorado, mas que dialogassem com uma maior massa votante, em meio à qual incluíam-se os eleitores de Gomes e Tebet, caracterizados pela busca por uma “terceira via” em um cenário polarizado.¹⁶²

Naturalmente, Bolsonaro nunca deixou de aplaudir a tríade cristianismo/conservadorismo social/liberalismo econômico em seus pronunciamentos. O cenário delineado em *Mapeamento de incentivos no primeiro turno: Jair Messias Bolsonaro*, ainda vigorava, donde tendências autocráticas e democráticas coexistissem no âmbito da estratégia eleitoreira do candidato. Porém, no segundo turno, notabilizou-se uma significativa redução na ênfase dada ao discurso religioso e a campanha concentrou-se mais intensamente em manifestações de caráter secular.

Conforme dito anteriormente, um *modus operandi* autocrático pode, incidentalmente, ter sucesso em um contexto democrático, contanto que o grupo compreendido pelo líder como sua coalizão vencedora reproduza interesses preponderantes em sua coalizão vencedora factual, a saber, o seletorado geral. O que as preliminares demonstraram, todavia, foi que o discurso que elegera Bolsonaro em 2018 não necessariamente seria suficiente para reelegê-lo em 2022. Dessa maneira, pela brevidade do segundo turno relativamente ao primeiro, a estratégia havia de ser coordenada em prol de um discurso tão pragmático quanto possível,

¹⁶⁰ METRÓPOLES, 2022

¹⁶¹ UOL, 2022

¹⁶² PODER 360, 2022

sendo prioridade de Bolsonaro persuadir os indecisos e reconquistar aqueles eleitores de caráter transacional e não ideológico, aproximando-se mais de um *modus operandi* democrático.

Assim, o candidato não fez mudanças significativas no conteúdo religioso de seus pronunciamentos (haja vista estarem cumprido bem-sucedidamente sua função para com os evangélicos) e sim em sua quantidade, agora diluída. A prioridade foi dada sobretudo a críticas pessoais ao candidato Lula, na expectativa de compensar sua crescente rejeição, e enunciações de supostas melhorias ensejadas em seu governo, as quais, embora sumariamente presentes no primeiro turno, nele haviam sido apresentadas em meio a maior variedade temática.

Isso não significa que o discurso religioso deixou de ser imperativo, é claro. No montante de eventos de campanha oficiais com religiosos, Bolsonaro manteve sua liderança, participando de mais eventos desse tipo que seu oponente.¹⁶³ Ao mesmo tempo, tendo já assegurado seu apoio entre o público evangélico (63% de intenções de voto contra 31% do candidato Lula)¹⁶⁴, o candidato buscou proativamente acenar aos membros do eleitorado católico, entre os quais, conforme exposto no capítulo anterior, Lula liderava desde o primeiro turno (agora chegando a 60% de intenções de voto para Lula contra 34% para Bolsonaro)¹⁶⁵. Destacou-se, nesse sentido, a participação em missa no Santuário Nacional de Aparecida, a qual expôs, de maneira significativa, a prejudicada posição de Bolsonaro frente aos católicos.¹⁶⁶

Ainda assim, embora fisicamente presente em eventos destinados à comunidade católica (dentre os quais incluem-se a celebração católica do Círio de Nazaré, em Belém, e uma chamada “noite de louvor” em Brasília com lideranças católicas¹⁶⁷), Jair Messias Bolsonaro se manteve fiel à sua estratégia original de abordar tal comunidade como parte constitutiva da matriz cristã, enfatizando a totalidade em detrimento da particularidade. Desse modo, evitou aproximar-se demais de católicos em seu discurso e comprometer-se com uma denominação cristã sobre outra, priorizando, antes, o papel que sua interpretação do cristianismo enquanto tal havia de cumprir na política institucional.

¹⁶³ CNN BRASIL, 2022

¹⁶⁴ O GLOBO, 2023

¹⁶⁵ CNN BRASIL, 2022

¹⁶⁶ Cf. adiante.

¹⁶⁷ O GLOBO, 2022

3.2 *Análise de discurso: Jair Messias Bolsonaro*

A mudança no discurso de Jair Messias Bolsonaro no segundo turno foi conteudisticamente insignificante.¹⁶⁸ Estratagemas presentes no primeiro turno foram repetidos de modo virtualmente idêntico, mas diluídos em meio a pautas de caráter mais pragmático, haja vista a necessidade urgente de Bolsonaro conquistar um público que, ao contrário dos religiosos politizados, não lhe era assegurado. No concernente ao conteúdo do discurso religioso em si não houve inversão substancial¹⁶⁹, tendo o candidato optado por uma estratégia similar à vista no primeiro turno, agora veiculada de modo mais irregular.

Em todo caso, o candidato seguiu acenando à sua base religiosa sempre que possível. Dentre ocasiões específicas, foi significativa sua passagem pela Basílica Nacional de Aparecida no Dia da Padroeira, em que desfilou dentro de um automóvel ao lado de Tarcísio de Freitas, então candidato ao governo de São Paulo pelo partido Republicanos, enquanto interagiu com apoiadores nas imediações do edifício. O evento reuniu centenas de eleitores e teve alta midiática devido a três fatores: 1) o comportamento hostil dirigido por parte desse público a jornalistas da TV Vanguarda, do SBT, do UOL e da própria TV Aparecida¹⁷⁰; 2) a polarização manifesta nas vestimentas do público presente na celebração (havendo considerável distribuição entre fiéis com roupas vermelhas, em homenagem a Lula, e fiéis vestindo verde e amarelo, em homenagem a Bolsonaro), bem como na razão aparentemente igualitária entre aplausos e vaias direcionados ao então Presidente; 3) a reação negativa por parte de clérigos, inclusive o responsável por ministrar a missa na Basílica, pe. Camilo Júnior, que chegou a afirmar, após a partida de Bolsonaro, não ser aquela uma ocasião para se pedir votos e sim bênção à santa.¹⁷¹

Um fator menos midiático, entretanto, mas nada irrelevante, foi a decisão de Bolsonaro de não comungar na missa, mesmo tendo a hóstia oferecida por um ministro da Igreja. Segundo Felipe Zangari, do Programa de Estudos Pós-Graduados de Ciência da Religião da PUC-Campinas,

recusar a comunhão [...] significa reconhecer que não se está em condições de recebê-la. E isso pode acontecer por três motivos: Por não crer no mistério ali contido - a fé de que a Eucaristia é o Cristo em corpo, sangue, alma e divindade; Por alguma situação que pesa na

¹⁶⁸ Ao contrário da mudança verificada no discurso de Lula da Silva, conforme será desenvolvido adiante.

¹⁶⁹ Com uma exceção, a ser abordada nas páginas finais desta seção.

¹⁷⁰ UOL, 2022b

¹⁷¹ UOL, 2022b

consciência do fiel, e que configura pecado grave na própria vida do fiel. Neste caso, a Igreja pede que o fiel se arrependa, se confesse e volte a comungar; Pelo reconhecimento do fiel de que está em pecado público irremediável no curto prazo.¹⁷²

Para Zangari, a razão para a recusa do ex-presidente poderia advir de que “a união dele com Michelle é considerada irregular a partir da fé católica [e] no rigor do direito canônico, Bolsonaro vive em adultério.”¹⁷³ Entretanto, há que se considerar uma segunda hipótese, intimamente associada ao eixo “pertencimento”: o intento de não especificar sua designação religiosa mediante ritos restritivos e priorizar, pelo contrário, um discurso que aborde a comunidade cristã como genérica, indiscriminada e relativamente indiferente à sua diversidade interna de designações. Ora, uma vez que foi apresentado no capítulo anterior ser precisamente esta a modalidade de discurso priorizada por Jair Messias Bolsonaro ao apresentar-se como inserido no campo religioso brasileiro, não surpreenderia que o candidato, no contexto de extrema competição do segundo turno, optasse de modo implícito por exercer sua múltipla filiação sem, todavia, comprometer-se com os ritos restritivos em nenhuma delas.¹⁷⁴

Tal viés é reforçado quando Bolsonaro menciona, em encontro com evangélicos e prefeitos no Recife, que “90% do Brasil são cristãos [sic] e temos uma cultura judaico-cristã”¹⁷⁵. Secundariza-se o específico em prol do genérico. No mesmo encontro, o então Presidente estende a lógica generalizante também para o eixo “legitimidade” ao apresentar o Povo brasileiro não só como inserido em uma mesma categoria religiosa, mas também inserido em um mesmo campo ideológico, pretensamente derivativo da primeira:

90% do Brasil são cristãos [sic] e temos uma cultura judaico-cristã, né? E nós aqui somos contra o aborto. A gente não precisa entrar em detalhes. Entendemos que a vida existe desde a concepção. Quem já viu algum filme sobre aborto sabe, né, da violência que é. Quem já viu o filme de um cara aí defendendo o aborto sabe, também, que isso aí começa a mexer com a família. Nós somos contra a legalização das drogas, apesar de sabermos que tem droga por aí. Se legalizar, o pessoal vai vender dentro da sala de aula. E só quem sabe

¹⁷² UOL, 2022c

¹⁷³ Ibidem.

¹⁷⁴ Cabe mencionar que Bolsonaro, além de duplamente batizado católico e evangélico, prioriza a autodeclaração como “cristão”. Ocasionalmente diz-se explicitamente católico, mas com desproporcional frequência reúne-se com evangélicos, os quais ocupam com virtual exclusividade cargos dedicados a representantes religiosos em seu governo. Tais “sinais mistos” dão substância, a nosso ver, à hipótese deste parágrafo.

¹⁷⁵ SBT NEWS, 2022

a dor de uma mãe ou de um pai que tem um filho no mundo das drogas pode falar em legalização. E também a questão da ideologia de gênero. Estando em Belém [...] perguntei [a uma senhora] se ela sabia o que era ideologia de gênero. Era uma pessoa humilde, falou que não sabia. E estava com uma filha de 6 anos do lado. Eu falei uma pequena parte da ideologia de gênero: ‘você imagina a sua filha na escola, no intervalo, vai no banheiro [sic] e vai ter um moleque velho de 12 anos fazendo pipi. Que que você acha disso?’ Ela ficou horrorizada. Falei que isso, né, em outras palavras, [inaudível] o decreto em 2009 do ex-Presidente Lula e começou a implementar isso nas escolas do Brasil. Falei um pouquinho dos livros que existiam e como era o nosso governo hoje em dia. Creio que tenha ganhado o coração dessa mulher, porque o maior patrimônio que nós podemos ter não é um bem aí fora. É a nossa família. E toda vez, né, que um casal tem um filho, sabe que a sua responsabilidade aumenta. Por isso, aproveitando o gancho, eu acho que é uma diferença... acho não. Há uma diferença enorme sobre [sic] os dois nomes que disputam eleição no próximo dia 30 de outubro. [...] Procure mudar votos, buscar os indecisos, para que a gente possa ter a certeza que o Brasil continua sendo do Senhor.¹⁷⁶

Note-se a preponderância dada à primeira pessoa do plural ao longo de todo o pronunciamento. Mais uma vez, o candidato equipara ser cristão a ser adepto das propostas conservadoras de que é proponente (antes da declaração acima, o candidato ainda afirmara: “sobre a questão conservadora [...] sou católico, sou cristão, e minha mulher é evangélica”¹⁷⁷), e o faz sempre de uma perspectiva *ad intra* (de dentro e para dentro da comunidade religiosa). Nesse sentido, Bolsonaro assume a posição de porta-voz de um movimento religioso. Poder-se-ia questionar a validade de se atribuir ao candidato o papel de porta-voz ou líder desse movimento, haja vista que

para Bourdieu, produtores religiosos autênticos são especialistas institucionais oficiais que ‘conscientemente’ reinterpretem a religião, em oposição aos ‘despossuídos’ consumidores/leigos, que podem ‘demandar’ mas não ‘fornecer’ significados e bens religiosos.¹⁷⁸

Bolsonaro não é, por óbvio, um especialista institucional oficial. Não tem autoridade clerical *stricto sensu* e apresenta-se como proponente de um ideário pré-estabelecido. Todavia, recebe legitimação de líderes de diferentes designações¹⁷⁹, de modo que se possa

¹⁷⁶ Ibid.

¹⁷⁷ Ibid.

¹⁷⁸ DILLON, 2001, p. 414

¹⁷⁹ FOLHA DE PERNAMBUCO, 2018 & FRAZÃO, 2020

verificar uma espécie de terceirização da autoridade: ao dialogar com os interesses de todo um segmento religioso cuja narrativa não fora sumariamente endossada pelo executivo antes de Bolsonaro, ele recebe aval de especialistas para encabeçar um movimento de caráter messiânico e se configura uma liderança tanto política quanto religiosa. Este messianismo, conforme já foi visto, erige-se sobre o enquadramento do mundo atual como espiritualmente deficitário e da construção de um porvir imaculado; a transição de um para outro é fundamentada na percepção, compartilhada pelo segmento religioso politizado que apoia Bolsonaro, de que “a religião precisa do Estado como uma área em que seus valores são avançados e o Estado precisa da religião como orientadora ética e moral”¹⁸⁰.

No segundo turno, o fator messiânico, caracterizado por um discurso personalista e centrado na figura de Bolsonaro como salvador, foi reproduzido de modo análogo ao visto no primeiro turno. Leia-se o seguinte *tweet*, representativo deste padrão:

Diante de tantas mentiras, ataques e desumanização, essa alegria e esse carinho seguem sendo, depois de Deus, o meu maior combustível para me manter de pé e seguir lutando para libertar o nosso povo das garras da injustiça, do abandono, da demagogia e da escravidão política.¹⁸¹

Se formos além de Mannheim em nossa conceituação de ideologia e recorrermos brevemente a Zizek, para quem o ideológico é também “um campo semiótico buscando fechamento e totalidade [mas] nunca capaz de lograr a coerência de uma metalinguagem”¹⁸², fica claro que o uso de categorias como “justiça”, “abandono”, “demagogia” e “escravidão política”, ao não receberem definição, é inerentemente vazio de sentido: sua função é corroborar a necessidade histórica do messias, ao invés de essa necessidade histórica ser depreendida dos conceitos. Assim, cumprem uma função notadamente ideológica de atender aos interesses eleitoreiros do candidato, sendo secundária a remissão a objetos verificáveis na realidade material.¹⁸³

O mesmo pode-se dizer do seguinte *tweet*, realizado às vésperas do segundo pleito:

Vistam toda a armadura de Deus, para poderem ficar firmes contra as ciladas do Diabo, pois a nossa luta não é contra humanos, mas contra

¹⁸⁰ SYARIF, 2017, p. 456

¹⁸¹ BOLSONARO, 20221

¹⁸² BAKER, 1995, p. 502

¹⁸³ O mesmo fenômeno ocorrera quando Lula, no primeiro turno, equiparara Bolsonaro aos fariseus e alegara que o adversário enganava os evangélicos sem, todavia, definir a natureza dessa enganação.

os poderes e autoridades, contra os dominadores deste mundo de trevas..." Efésios 6:11-12

- QUE DEUS ABENCOE O NOSSO AMADO BRASIL!¹⁸⁴

Agora articulando o eixo “analogia”, Bolsonaro equipara sua jornada àquela do homem santo, conquanto a de seu adversário seja associada, de forma semiimplícita, a uma “cilada do Diabo” e, mais genericamente, às “trevas”. Não obstante, o candidato reitera seu posicionamento como agente exterior ao âmbito material imanente à política ao hipostasiar-se em uma batalha “contra os poderes e autoridades”. Estabelece-se, desse modo, como uma figura aprioristicamente espiritual e apenas indiretamente associada ao âmbito público, este caracterizado pelo que é relativo e contraditório. Nesse caso, assim como no exemplo anterior, não há preocupação em se justificar o conteúdo da sentença com instâncias concretas porque trata-se de um fragmento de discurso *religioso* e não *político* - e a articulação religiosa surge, aqui, como estratégia ideológica.

Perceba-se que os versículos citados tratam de uma temática específica:

As duas partes da epístola apresentam-se interligadas por uma série de temas transversais [...]. O tema do viver cristão é representado pelo verbo “andar”. Negativamente, antes da sua conversão, os Efésios estavam espiritualmente mortos e andavam “em delitos e pecados” (2,1-2), e agora, em Cristo, são exortados a não mais andarem como os gentios “na vaidade dos seus próprios pensamentos” (4,17). Positivamente, os crentes devem andar nas boas obras que “Deus preparou de antemão para que andássemos nelas” (2,10); isto é, andar “de modo digno da vocação a que foram chamados” (4,1).¹⁸⁵

A carta de Paulo aos efésios se propõe a estabelecer diretrizes espirituais a um povo entendido como previamente imerso em pecado. Não coincidentemente, toda a campanha religiosa de Jair Messias Bolsonaro é estruturada sobre uma premissa fundamental: o mundo é imoral, irreligioso, corrupto (indiferenciando-se a corrupção política da corrupção espiritual), e necessita de uma renovação messiânica, ensejada mediante sua eleição.

Este mundo de pecado, embora centrado discursivamente no Brasil, é compreendido como abrangendo outras regiões do globo, segundo a premissa de que existe um movimento pecaminoso de nível internacional contra a herança cristã contra o qual o país deve ser

¹⁸⁴ BOLSONARO, 2022m

¹⁸⁵ JUNIOR, 2016

blindado. Isto se verifica, por exemplo, no debate presidencial contra Luiz Inácio Lula da Silva no segundo turno, transmitido em 16 de outubro pela emissora Globo. Na ocasião, o candidato mais uma vez mencionou a perseguição religiosa na Nicarágua como um problema emergencial, acusando Lula de conivência com tal evento. Antes de se pronunciar a respeito do tema, perguntou para o adversário reiteradas vezes se considerava o presidente nicaraguense um amigo, a que Lula negou resposta. Disse Bolsonaro:

É seu amigo, o Ortega? É. Ele te cumprimentou quando tu foi [sic] pro segundo turno aqui. Ele, lá, está prendendo padres e expulsando freiras. Fechando canais de tevê como a CNN. Canais de tevê e rádio católica [sic]. Ele acabou de proibir a comemoração do dia da Bíblia. Proibiu procissões. Fechou o país. Um desrespeito com as religiões. E você o trata como amigo? Diz que isso compete a ele e nós não podemos fazer nada?¹⁸⁶

Logo em seguida, o candidato comparou a suposta intimidade de Lula com José Daniel Ortega à sua relação com Gustavo Petro, recém-eleito Presidente da República da Colômbia, o primeiro líder de esquerda da história democrática da nação vizinha:

Outro amigo teu, Lula. Quando eu falei na ONU que estava de portas abertas pra receber freiras e padres da Nicarágua, o teu outro amigo Petro da Colômbia ocupou a tribuna e pediu a descriminalização da maconha, ou melhor, da cocaína, o que é mais grave ainda. Lula. Esses são seus amigos?¹⁸⁷

Não é irrelevante que o candidato trace explicitamente um contraste entre seu pronunciamento na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, cujo tema era a denúncia à repressão religiosa na Nicarágua, e o pronunciamento de Gustavo Petro na mesma assembleia, cujo tema era a descriminalização das drogas na América Latina.¹⁸⁸ Ao colocar ambos os discursos como antitéticos, Bolsonaro repete a mesma estratégia de, mediante o eixo “legitimidade”, opor a defesa da religião cristã às pautas socialmente liberais. Ademais, ao estender sua consideração à política internacional, reforça haver um movimento anticristão (e antimoral, o que já se viu ser compreendido como sinônimo da perspectiva de campanha bolsonarista) de caráter mundial do qual a República Federativa do Brasil deve ser resguardada.

¹⁸⁶ ITATIAIA, 2022

¹⁸⁷ Ibid.

¹⁸⁸ PODER 360, 2022

Como há de se ter percebido, a maior parte da estratégia eleitoreira de Jair Messias Bolsonaro no segundo turno configurou uma repetição daquela já visualizada no primeiro turno. Propomos, no entanto, uma possível exceção: a desvinculação dos eixos “preferência” e “providência”. Ao longo do primeiro turno, viu-se que Bolsonaro apresentou sua trajetória política como sendo não só favorita de Deus (preferência) como também favorecida por Ele (providência). É o que se verificou em declarações como “Deus não me deu uma nova vida em 06/09/2018 para ser um gestor, mas para mudar de vez o nosso Brasil!”¹⁸⁹ e “pela graça de Deus, nunca perdi uma eleição e sei que não será agora”.¹⁹⁰ No segundo turno, entretanto, verifica-se uma guinada notável, consonante com a intensificação da incerteza mobilizada pelo pleito decisivo: mantém-se a premissa de que a candidatura bolsonarista corresponde à vontade divina, mas confere-se valor inédito ao livre arbítrio. Agora, já não há conexão necessária entre o que Deus *deseja* e o que Deus *enseja*: os eleitores devem mobilizar-se e, por meio de sua agência, garantir que a vontade de Deus se concretize no mundo. É o que fica implícito na conclusão do supracitado pronunciamento em que o candidato conclama seus apoiadores a “mudar votos, buscar os indecisos, para que [se] possa ter a certeza que o Brasil continua sendo do Senhor.”¹⁹¹ Também na própria citação de Efésios, em que roga que os eleitores “vistam toda a armadura de Deus, para poderem ficar firmes contra as ciladas do Diabo”¹⁹². A “preferência” é assegurada, conquanto a “providência” perca seu protagonismo para o livre arbítrio (e, conseqüentemente, a responsabilidade) dos eleitores.

É curiosa a (coincidente?) relação que esta possível mudança tem com uma publicação do candidato no Instagram, em que diz:

Não há nada mais vergonhoso do que defender uma ideia contrária a tudo aquilo que você acredita só para ser aceito. É o pior sinal para um líder. Afinal, quem, pelo poder, é capaz de deixar de lado até os próprios valores, **já não moverá uma palha para defender os de uma nação.** (grifo nosso)¹⁹³

A inspiração para o segmento em negrito parece ser o ditado “Deus não move uma palha naquilo que a sua capacidade pode, mas Deus move o céu inteiro onde você não pode”. O ditado, frequentemente reproduzido em meios evangélicos, é particularmente favorecido pelo então ferrenho apoiador de Bolsonaro, Silas Malafaia. Em trecho de culto publicado pelo

¹⁸⁹ BOLSONARO, 2023b

¹⁹⁰ BOLSONARO, 2023d

¹⁹¹ SBT NEWS, 2022

¹⁹² BOLSONARO, 2022m

¹⁹³ BOLSONARO, 2022n

pastor com o título “Não transfira sua responsabilidade para Deus”,¹⁹⁴ Malafaia faz menção ao ditado em referência à necessidade de posicionamento ativo por parte dos fiéis frente às demandas do mundo concreto.

Ainda que a supracitada publicação de Bolsonaro não mencione a dimensão religiosa e tampouco a tenha como tema, não deixa de ser emblemática sua referência a um dito que trata de um fenômeno até então negligenciado quando referindo-se a seus eleitores, a saber: a possibilidade de inflectir os rumos do futuro, nesse caso no concernente ao desfecho das eleições. Isso, por sua vez, se deve ao fato de tratar-se da reta final de campanha, em que a iminência de um possível fracasso eleitoral estabelecia incentivos diferentes daqueles no primeiro turno, em que o resultado definitivo, segundo as principais pesquisas de intenção de voto, era distante à luz da probabilidade de um segundo turno.

Não estamos argumentando que a inversão de ênfase (determinismo no primeiro turno, livre arbítrio no segundo) é uma inversão fundamentada em reflexões teológicas deliberadas. À luz da teoria da escolha racional, atribuímo-la a redes de incentivos políticos diferentes. Há, inclusive, de uma perspectiva puramente teológica, tentativas de se conciliar a predeterminação divina e a liberdade humana, como a solução proposta por Luis de Molina no século XVI.¹⁹⁵ Todavia, discursos distintos avançam (a nível semiótico) premissas teológicas distintas - ou, mais precisamente, ênfases em categorias teológicas distintas, ainda que de modo incidental. De modo que enquanto no primeiro turno Bolsonaro tenha enfatizado o caráter pré-ordenatório de Deus (“preferência” e “providência” em uníssono), no segundo turno, Bolsonaro enfatiza o papel da agência humana (“preferência” em vigor, “providência” minimizada). Quando Bolsonaro conclama que seus eleitores não permitam que as trevas se instaurem no país e que convençam eleitores para que o Brasil torne a ser do Senhor, ele em muito se assemelha às passagens bíblicas que tratam do mau uso da liberdade, como Romanos 13:2 (“Aquele que se rebela contra a autoridade está se opondo contra o que Deus instituiu, e aqueles que assim procedem trazem condenação sobre si mesmos”)¹⁹⁶, Gênesis 2:16, 17 (“E ordenou o Senhor Deus ao homem, dizendo: De toda a árvore do jardim comerás livremente, Mas da árvore do conhecimento do bem e do mal, dela não comerás; porque no dia em que dela comeres, certamente morrerás”)¹⁹⁷, e Ezequiel 18:30 (“Portanto, eu vos julgarei, cada um conforme os seus caminhos”)¹⁹⁸.

¹⁹⁴ MALAFAIA, 2021

¹⁹⁵ Cf. ALLEN; HANKINS; HARWOOD, 2016

¹⁹⁶ Rm 13:2

¹⁹⁷ Gn 2:16,17

¹⁹⁸ Ez 18:30

3.3 Mapeamento de incentivos de Luiz Inácio Lula da Silva no 2º turno

A atmosfera da campanha lulista ao adentrar o segundo turno dividia-se entre otimismo e cautela. O candidato lograra, de fato, vitória sobre seu oponente no primeiro pleito, conforme fora previsto pelas principais pesquisas de intenção de voto, mas o fizera com margem consideravelmente inferior à esperada. Na véspera das eleições, o Datafolha apresentava Lula com 50% das intenções de voto (com margem de erro de dois pontos percentuais, auferindo possibilidade de vitória no primeiro turno) e Bolsonaro com apenas 36%. A apuração Globo/Ipep, também na véspera, colocava os candidatos com 51% e 37% dos votos válidos, respectivamente, outra vez com margem de erro de dois pontos percentuais. A pesquisa que chegou mais perto da diferença em pontos percentuais apurada nas urnas (5,23%) veio do obscuro e até então menosprezado Paraná Pesquisas, que atribuiu, em 30 de setembro, 47,10% a Lula e 40% a Bolsonaro.¹⁹⁹

Ficou patente, portanto, que a vitória de Lula não era tão certa quanto originalmente se pensava. Ao mesmo tempo, a equipe do candidato teve de levar em consideração que sua tentativa de aproximação com o público evangélico fora sem dúvidas malsucedida. Em pleno segundo turno, a reprovação evangélica ao candidato Lula da Silva mantinha-se estável, com algumas pesquisas chegando a apontar 10% a mais de intenções de voto em Bolsonaro do que se previra no primeiro turno, com aproximadamente 5% a mais em Lula.²⁰⁰ Ora, uma vez que a distância entre ambos os candidatos em relação ao eleitorado geral fora menor que a esperada e o apoio evangélico a Lula permanecera inexpressivo, compondo esta demografia uma parcela significativa da população nacional, era apenas lógico, de uma perspectiva matemática, que o candidato ensejasse esforços extraordinários com vistas a reparar sua reputação para com tal segmento do povo.

A maneira de se fazer isso, todavia, havia de se ater à manutenção da imagem de Lula como conciliador, já que o *branding* de sua campanha envolvia apresentá-la como uma frente ampla multiideológica, apontando Bolsonaro como inimigo comum a diversos segmentos políticos e sociais. Logo, em se tratando dos evangélicos, apresentava-se uma dificuldade: dialogar com esse público de caráter fortemente radical sem atravessar os limites da conduta democrática e adentrar os da autocrática. No primeiro turno, Lula tentara fazê-lo de maneira relativamente segura, evitando articular os eixos “analogia” e “legitimidade” e priorizando

¹⁹⁹ CNN BRASIL, 2022

²⁰⁰ Cf. IORY, 2022

aqueles que pudesse veicular em uma perspectiva de crença pessoal. Tal estratégia se revelou pouco eficaz frente à estratégia mais holística de Bolsonaro, que ensejara alguns movimentos semelhantes aos de Lula, mas sem deixar de abordar pautas concretas e atacar com maior assertividade seu adversário em termos religiosos.

Lula da Silva percebeu que, se pretendia competir pelo público religioso em condição de paridade, teria de executar uma estratégia consideravelmente mais abrangente. No entanto, enfrentava limites em quão longe poderia ir nessa abrangência, a saber: a incompatibilidade do viés ideológico de sua base sólida, socialmente liberal, e aquele das comunidades religiosas politizadas, socialmente conservadora. Como solucionar esse impasse?

A escolha de Lula, ver-se-á adiante, foi tríplice: (1) ressignificar a pauta de costumes com vistas a torná-la compatível com sua própria, associando, por exemplo, a “manutenção da família” não à manutenção de uma normatividade cisheterossexual, como Bolsonaro, mas à garantia de condições de alimentação e moradia às famílias brasileiras; (2) interpretar sua própria agenda programática em viés religioso, expondo, por exemplo, como o cuidado com os pobres é uma preocupação eminentemente cristã; (3) maior proatividade na associação de si mesmo com motivos positivamente valorados na doutrina cristã e de seu adversário com aqueles negativamente valorados, deixando de centrar seu discurso religioso em si mesmo e tornando-o mais comparativo em relação a seu adversário.

Agindo dessa maneira, Lula esperava reverter sua rejeição frente ao público evangélico com maior sucesso do que lograra com a abordagem tímida empregada nos meses anteriores.

No que tange ao emprego dos eixos temáticos priorizados no primeiro turno (nomeadamente, “martírio”, “preferência”, “providência” e “pertencimento”), estes perderam espaço dentro da nova escolha estratégica, mas ainda foram empregados com alguma consistência – com exceção do eixo “martírio”, que passou a ser negligenciado no segundo turno –, no intento de reproduzir a multifatorialidade da estratégia bolsonarista de campanha.

3.4 *Análise de discurso:* Luiz Inácio Lula da Silva

Ao contrário de Jair Messias Bolsonaro, o candidato à Presidência da República Lula da Silva ensejou drásticas mudanças estratégicas no mês que antecedeu o pleito decisivo das eleições de 2022. A começar pela incorporação dos dois eixos até então mais negligenciados em sua campanha, “legitimidade” e “analogia”. Já no primeiro dia do segundo turno, o candidato deixou claro ter no público autodenominado cristão sua demografia de

engajamento prioritário nas redes sociais, na contramão de seu posicionamento titubeante nos meses anteriores frente ao mesmo público. Quatro publicações em sequência, algumas de edição relativamente complexa (portanto, antecipadamente concebidas), foram dirigidas ao eleitorado cristão, todas veiculando os eixos “legitimidade” e/ou “analogia” com vistas a caracterizar a proposta e a pessoa de Lula como mais afeitas à essência do dogma cristão. Em uma delas, o candidato aparece em um par de fotos ao lado de padres dominicanos, a esposa Janja e seu candidato a vice-presidente Geraldo Alckmin, sobre a seguinte legenda:

Hoje é dia de São Francisco de Assis, o santo dos pobres, dos animais, da ecologia. É a razão da vida de muitas pessoas. Com Frei Davi e amigos franciscanos, reafirmamos nosso compromisso com a inclusão e justiça social. Vamos juntos por um Brasil de amor e respeito a todos.²⁰¹

Há uma série de pautas que, através da legenda, o candidato associa ao santo católico. A começar pela primeira sentença, em que São Francisco de Assis é apresentado como “santo dos pobres, dos animais, da ecologia”. Aí, temos uma referência implícita a duas pautas recorrentes nos pronunciamentos de Lula: a assistência social para com os mais pobres, marca registrada de todas as suas campanhas enquanto proponente da esquerda econômica e autodenominado “pai dos pobres”²⁰², e a preocupação com o meio ambiente²⁰³. Cabe mencionar que dentre as propostas de campanha do candidato estavam o combate ao garimpo ilegal, queimadas e desmatamentos, bem como o fortalecimento da fiscalização ambiental (sobretudo na Amazônia).²⁰⁴ Tais propostas foram frequentemente apresentadas como antíteses de um suposto descaso de Bolsonaro em relação às mesmas questões, como na publicação de Instagram intitulada “Mais respeito pelo Brasil”, em que se diz que “o Brasil virou alvo de protestos pela maneira como Bolsonaro está destruindo o nosso meio ambiente [e] até o Papa já criticou essa postura irresponsável.”²⁰⁵

Diante dos fatos, fica claro que a referência a São Francisco como santo dos animais e da ecologia cumpre uma função de demarcar, mais uma vez, o contraste entre Lula e Bolsonaro no concernente à agenda ambiental. Adicionalmente, a referência aos pobres, à inclusão e à justiça social, também em associação com o santo, dá roupagem espiritual ao

²⁰¹ LULA DA SILVA, 2022j

²⁰² CONGRESSO EM FOCO, 2022

²⁰³ PODER 360, 2022

²⁰⁴ PODER 360, 2022

²⁰⁵ LULA DA SILVA, 2022k

posicionamento paternalista frente à população pobre que caracterizou toda a carreira política de Lula da Silva.

A segunda publicação do quarto dia de outubro tem a legenda “COMPARTILHE A VERDADE! Lula sempre acreditou em Deus e é cristão!” e apresenta a seguinte imagem:



206

Há uma série de preocupações contidas na publicação. A primeira e mais sobressalente é reforçar, tal qual no primeiro turno, a inserção de Lula no campo religioso cristão [pertencimento]. Isso se dá mediante o item 1, o próprio título do *post*, sua descrição e as imagens alocadas no topo que buscam posicionar Lula como homem de fé e diligente em sua profissão. Ao contrário de algumas ocasiões no primeiro turno em que se referiu aos evangélicos na terceira pessoa do plural, Lula aqui prioriza a nomenclatura genérica “cristão” e agora busca aproximar-se dos evangélicos ao utilizar como respaldo imagético uma fotografia de si mesmo no culto de São Gonçalo.

O item 2, embora também relacionado ao eixo “pertencimento”, articula o eixo “analogia” ao distanciar o candidato da figura que, para o cristianismo, configura o arquétipo do mal. Também no item está contida uma das *raisons d’être* da publicação, que foi elaborada como resposta a um vídeo, circulando em grupos de apoiadores bolsonaristas, que associava Lula ao satanismo. Segundo o site oficial do candidato,

Poucas horas depois da vitória de Lula sobre Bolsonaro, que será confirmada no segundo turno das eleições, bolsonaristas soltaram um vídeo que tenta ligar Lula e o satanismo. Essa relação não existe.

Quem espalha isso é desonesto e abusa da boa-fé das pessoas. O vídeo circulou em muitos canais do Telegram e grupos de WhatsApp e comprova como os apoiadores de Bolsonaro abusam da boa-fé das pessoas. [...] No vídeo, um rapaz afirma que estaria “decretada” a vitória de Lula no primeiro turno — o que não aconteceu, reparem! — graças a “luciferianos ateístas” e outros grupos supostamente incomodados pelo fato de Bolsonaro ser um “vagabundo”. [...] A verdade, como já repetimos antes, é que **Lula é cristão**, católico, crismado, casado e frequentador da igreja. Não existe relação entre Lula e o satanismo.²⁰⁷²⁰⁸

Os itens 3 e 4, centrados no eixo “legitimidade”, buscam vincular ideologicamente a agenda e trajetória políticas de Lula ao ideário cristão. Quando se diz que “um presidente deve cuidar de quem tem fome” em um contexto que propõe verificar a religiosidade de um candidato, exprime-se a nível semiótico que a preocupação com os vulneráveis é uma parte constitutiva da vida religiosa. A partir dessa premissa, se o candidato se apresenta como figura afeita aos interesses populares, ele se apresenta simultaneamente como afeito à própria religiosidade. Na mesma linha, ao enfatizar, em contexto religioso, a posição econômica do Brasil durante a gestão anterior do candidato, implica-se que tal informação tem pertinência no contexto de seu posicionamento religioso.²⁰⁹

A terceira publicação realizada no primeiro dia do segundo turno diz respeito, mais uma vez, ao dia de São Francisco e apresenta um texto simples em fundo cinza, que diz:

Hoje é dia de São Francisco:

Onde houver Ódio, que eu leve o Amor,
Onde houver Ofensa, que eu leve o Perdão.
Onde houver Discórdia, que eu leve a União.
Onde houver Dúvida, que eu leve a Fé.
Onde houver Erro, que eu leve a Verdade.

²⁰⁷ LULA DA SILVA, 2022m

²⁰⁸ A equipe de campanha de Lula teria deliberado se deveria fazer acusações semelhantes a Bolsonaro quando, nos primeiros dias de campanha no segundo turno, ganharam tração na internet imagens do candidato rival em uma loja maçônica. Lula optou por não o fazer. Embora se possa conjecturar acerca de uma influência indireta no uso das imagens em grupos de apoiadores, a ausência do tema em discursos oficiais impedem que a possamos honestamente incluir nesta seção. Cf. UOL. Vídeo de Bolsonaro na maçonaria é para jogar na confusão e empobrece debate no 2º turno, diz Josias. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Svx-qTQG3F8>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

²⁰⁹ É possível que o intuito dos itens 3 e 4 fosse tão somente incluir o máximo de informações potencialmente persuasivas em um único *post*, sem preocupação com sua coerência temática. Mesmo nesse caso, a análise acima preserva sua validade no concernente não ao que orientou a transmissão da mensagem, mas como ela é recebida.

Onde houver Desespero, que eu leve a Esperança.²¹⁰

É razoável assumir que ao contrastar-se com o “ódio”, a “ofensa” e a “discórdia”, Lula refere-se a comportamentos de Bolsonaro criticados em toda a sua campanha: nomeadamente, o uso pelo adversário de um vocabulário hostil e indecoroso²¹¹ e sua já mencionada tendência à polarização de natureza ideológica.²¹² Desse modo, os primeiros contrastes enquadram-se indiretamente no eixo “legitimidade”, haja vista buscarem solucionar divergências a respeito da condução da vida pública por meio do exemplo encarnado na figura do santo católico. Os três últimos contrastes, entretanto, são vagos e não remetem a nenhuma instância concreta, tratando-se de categorias isentas de sentido à luz da previamente mencionada conceituação de Zizek, cumprindo função estritamente ideológica.

Embora apenas as três primeiras antíteses possam ser enquadradas no eixo “legitimidade”, todas as seis podem entrar no eixo “analogia”, já que recorrem a conceitos frequentes na terminologia bíblica e buscam aproximar o candidato daquelas categorias positivamente valoradas na tradição cristã (amor, perdão, união, fé, verdade, esperança) e se distanciar - ao mesmo tempo em que aproxima seu adversário - das categorias negativamente valoradas dentro desta (ódio, ofensa, discórdia, dúvida, erro, desespero).

Percebe-se, a partir do comportamento adotado neste primeiro dia de campanha para o segundo pleito, que se nos meses anteriores Lula estivera hesitante em veicular os eixos “legitimidade” e “analogia”, estes agora se tornaram seus instrumentos principais.²¹³ Nos meses antecedentes, conforme mencionado no capítulo anterior, Lula priorizara aqueles eixos em que pudesse trabalhar sua religiosidade a nível estritamente pessoal (martírio/providência/providência/pertencimento), assumindo um posicionamento defensivo e reservando o ataque a ocasiões tímidas e esporádicas. Agora, no entanto, os mesmos eixos tornaram-se secundários enquanto “legitimidade” e “analogia”, em sua articulação combativa e interpessoal, adquiriram protagonismo inédito.

Veja-se agora a transcrição da quarta publicação realizada no dia 04 de outubro, um vídeo em que líderes e fiéis evangélicos argumentam o porquê de considerarem a candidatura de Lula legítima da perspectiva do dogma cristão e a de Bolsonaro, ilegítima:

²¹⁰ LULA DA SILVA, 2022n

²¹¹ UOL, 2022d

²¹² Embora Lula tenha, em diversos momentos de sua trajetória política, endossado uma retórica polarizadora, recorde-se que em 2022 ele apresentava-se circunstancialmente como representante de uma frente ampla multiideológica, por razões delineadas nas seções “Mapeamento de incentivos”.

²¹³ Com exceção do eixo “martírio”, que passou a ser negligenciado, os eixos “pertencimento”, “preferência” e “providência” seguiram sendo veiculados, conforme se verá mais adiante.

O evangélico vota em Lula porque a Bíblia orienta pra nós que aquele que melhor cuida dos pobres é aquele que deve ser o nosso líder. / Porque o Lula é a nossa esperança. / Quando nós escutamos o presidente Lula, a gente vê nos olhos dele que ele está falando com sinceridade, que o outro, quando brinca, é sempre para revelar o seu lado mais cruel, inclusive preconceituoso e ofensivo. / Na minha opinião, Bolsonaro não é cristão. A língua do cristão não é torpe, e toda vez que ele abre a boca, ele destila ódio. / Ele não entendeu o Evangelho. É uma infelicidade, não é? / O Lula é do amor. O outro lado, que prega arma, guerra, não pode ser de Deus. / Quando Pedro usou uma arma pra cortar a orelha de um servo, de um soldado, Jesus falou: ‘guarde essa espada, porque os que usarem da espada, pela espada morrerão’. / Nós entendemos nitidamente ali no texto, que Jesus Cristo não faz opção pela violência, até porque ele foi para a cruz. / O Lula é muito mais próximo do Evangelho. Jesus Cristo deu um padrão para as políticas públicas e o padrão que Jesus Cristo deu foi: “tive fome, mas me destes o que comer; tive sede, me destes de beber; tava [sic] doente, cuidastes de mim.” / Quando ele promove a ascensão social, quando ele promove inclusão, ele tá [sic] indo na direção daquilo que Cristo nos ensinou e daquilo que Cristo fala a respeito do reino dele. Então a gente precisa votar em alguém que cumpra a possibilidade do reino de Deus se fazer nessa Terra. O reino de paz, justiça e amor.²¹⁴

Aqui está talvez o intento mais direto na campanha de Luiz Inácio Lula da Silva ao abordar, por intermédio de falas selecionadas de terceiros, sua agenda programática em uma perspectiva religiosa [legitimidade], na contramão de seu posicionamento prévio que evitara a todo custo menções a suas propostas em declarações religiosas. Vemos, também, outras comparações de Lula com elementos benquistos da tradição cristã [analogia].

Os posicionamentos políticos apresentados no vídeo como inerentemente cristãos são, respectivamente: (1) a atenção direcionada às demografias marginalizadas, em especial aos pobres; (2) o discurso austero em oposição ao discurso humorístico e jocoso; (3) políticas públicas e pronunciamentos de caráter não-violento; (4) o esforço proativo pela ascensão e inclusão sociais, remetidos a um suposto padrão de políticas públicas legadas por Cristo.

No que tange às associações de Lula a elementos positivamente valorados no cristianismo, veem-se (5) uma correspondência direta entre o Evangelho e o amor, de modo que Lula, definido como “do amor”, seja apresentado como afeito à mensagem evangelista; (6) a aproximação de Jesus Cristo e Lula sob a égide do pacifismo; (7) a assunção de que Lula é uma etapa para a concretização do reino de Deus na Terra, introduzindo-se o messianismo na campanha do candidato pela primeira vez; e (8) a paz, a justiça e o amor em suas acepções bíblicas.

²¹⁴ LULA DA SILVA, 2022o

Há uma série de citações bíblicas, diretas e indiretas, que nos auxiliam a compreender quais aspectos do dogma são priorizados pelos locutores. A noção de que a “língua do cristão não é torpe” remete a Efésios, em que se diz: “Não saia da vossa boca nenhuma palavra torpe, e sim unicamente a que for boa para edificação, conforme a necessidade, e, assim, transmita graça aos que ouvem.”²¹⁵ A mencionada intervenção de Jesus à agressão ensejada por Pedro está presente em Mateus, em que jazem as palavras: “Eis que um dos que estavam com Jesus, estendendo a mão, puxou a espada e ferindo o servo do sumo sacerdote, decepou-lhe uma das orelhas. Mas Jesus lhe ordenou: ‘Embainha a tua espada; pois todos os que lançam mão da espada pela espada morrerão!’”²¹⁶ Também em Mateus encontram-se as palavras citadas por um dos fiéis como promulgação de Cristo para políticas públicas: “Porque tive fome, e destes-me de comer; tive sede, e destes-me de beber; era estrangeiro, e hospedastes-me; Estava nu, e vestistes-me; adoeci, e visitastes-me; estive na prisão, e foste me ver.”²¹⁷

Percebe-se, então, que os eixos “analogia” e “legitimidade” operam em uníssono com a finalidade de avançar a seguinte conclusão, caso nos propuséssemos a unificar os oito itens acima enunciados em uma única sentença: **a tradução do cristianismo à política corresponde à edificação das demografias vulneráveis (principalmente os pobres) por meio de um *modus operandi* não-violento, amoroso, justo e que aborde a política com discurso sóbrio/comedido, resultando, enfim, na maior aproximação da concretização do reino de Deus na Terra.**

Tal sentença resume o viés ideológico de toda a campanha de Lula no segundo turno, demonstrando de que maneira os eixos negligenciados no primeiro turno de repente ganharam protagonismo na disputa pelo eleitorado religioso. Todavia, o supracitado vídeo que fundamentou a construção desta sentença, embora elucidativo, não configura a principal manifestação das múltiplas premissas nela contidas. Esta ocorreu por meio da “Carta compromisso com os evangélicos”, tratada pela equipe do candidato durante toda a campanha até o momento de sua divulgação como um evento potencialmente decisivo ao intento de aproximá-lo de seu público mais adverso.²¹⁸

A carta, lida pela primeira vez em encontro com líderes religiosos em São Paulo²¹⁹, é a fonte mais significativa no que concerne o conteúdo religioso de toda a campanha de Lula

²¹⁵ Ef 4:29

²¹⁶ Mt 26:52,53

²¹⁷ Mt 25: 35,36

²¹⁸ O ESTADO DE SÃO PAULO, 2022

²¹⁹ G1, 2022

da Silva em 2022. Nela, vemo-lo se posicionar, de maneira excepcionalmente direta, em relação àquelas pautas mais caras ao eleitor evangélico, em relação às quais sua campanha se julgara até então em batalha perdida. Em aceno à centralidade da família na pauta de costumes, o candidato promete

fortalecer as famílias para que os nossos jovens sejam mantidos longe das drogas. Nós queremos nossa juventude na escola, na iniciação profissional, realizando atividades esportivas e culturais para que tenham mais oportunidades e exerçam cidadania de forma produtiva, saudável e plena. O respeito à família sempre foi um valor central na minha vida, que se reflete no profundo amor que dedico à minha esposa, aos meus filhos e netos. Por isso compreendo o lugar central que a família ocupa na fé cristã. Também entendo que o lar e a orientação dos pais são fundamentais na educação de seus filhos, cabendo à escola apoiá-los dialogando e respeitando os valores das famílias, sem a interferência do Estado.²²⁰

Perceba-se que são feitas concessões a dois elementos da retórica bolsonarista no segmento acima: o combate às drogas (entendidas por Bolsonaro como corruptas da cultura cristã) e a ausência de interferência do Estado em valores familiares (interferência essa associada por Bolsonaro à suposta disseminação da chamada “ideologia de gênero” e de pautas socialmente liberais)²²¹. Tais concessões, entretanto, não se esgotam em si mesmas e são apresentadas como introdutoras da agenda programática propriamente lulista de combate à pobreza. Segue o candidato:

A preocupação com as famílias brasileiras deve ser integral. O povo brasileiro está numa condição de desespero, e precisaremos muito da ajuda das Igrejas para, o quanto antes, reverter esta situação. De nada adianta se dizer defensor da família e ao mesmo tempo destruí-las pela miséria, pelo desemprego, pelo corte das políticas sociais e de moradia popular. Queremos dar às famílias, prosperidade e segurança. O lar é a garantia de proteção. É inaceitável que milhões de brasileiros e brasileiras não tenham um teto. Por isso, vamos retomar o vitorioso programa Minha Casa Minha Vida, com toda intensidade, para que todas as famílias brasileiras tenham uma casa onde possam viver com segurança e dignidade. Nosso governo implementará políticas públicas consistentes para que nenhuma família brasileira enfrente o flagelo da fome. Sobretudo, não pouparei esforços para que possam adquirir os necessários e suficientes meios,

²²⁰ UOL, 2022e

²²¹ Cf. capítulos prévios.

para viver dignamente por seu trabalho, sem ter que depender da ajuda do Estado.²²²

É feito um movimento em duas etapas, em que o candidato, primeiro, acena a pautas benquistas pelo público evangélico (em especial, a proteção da família), para em seguida submetê-las ao que é sua própria proposta, associando “a preocupação com as famílias brasileiras” a políticas de moradia como o Minha Casa Minha Vida e ao combate à fome. Essa parece ter sido a solução encontrada para acenar a um público cujas preferências divergem consideravelmente da agenda programática endossada ao longo da biografia política do candidato. Cabe ressaltar que a primeira etapa, embora almeje predispor o interlocutor a uma maior abertura em relação à segunda etapa, opta por declarações vagas que não gerem atrito direto com a base sólida do candidato: ao abordar o combate às drogas, não se toca na questão da legalização que é, de fato, o cerne da retórica bolsonarista acerca desta pauta; tampouco se identifica o que se entende por interferência do Estado em valores familiares, quando se alega que a escola deve respeitar a autonomia das famílias. Busca-se um aceno a pautas genéricas evitando, todavia, adentrar pormenores que poderiam colocá-lo em conflito direto com sua própria base.

Mais adiante na “Carta compromisso”, Lula da Silva reintroduz a questão do aborto, responsável por intensa polêmica no período pré-campanha e diligentemente evitada no primeiro turno. Diz o candidato:

Nosso projeto de governo tem compromisso com a vida plena em todas as suas fases. Para mim, a vida é sagrada, obra das mãos do Criador e meu compromisso sempre foi e será com sua proteção. Sou pessoalmente contra o aborto e lembro a todos e todas que este não é um tema a ser decidido pelo Presidente da República e sim pelo Congresso Nacional.²²³

É inédita a incorporação de uma retórica propriamente religiosa ao tema, em oposição às declarações seculares feitas no período pré-campanha. Ao colocar a vida como “sagrada, obra das mãos do Criador”, Lula se posiciona como pertencente ao mesmo segmento ideológico dos evangélicos politizados autodenominados “pró-vida”²²⁴, que frequentemente se utilizam de jargões espirituais para fundamentar sua instância antiaborto. Ao mesmo

²²² UOL, 2022e

²²³ UOL, 2022e

²²⁴ LIMA, 2015

tempo, Lula busca isentar-se do ônus de participação na deliberação legislativa da pauta, reiterando o caráter “pessoal” de sua opinião e enfatizando ser competência do congresso tal decisão. Reproduz-se, assim, um movimento semelhante ao anterior, em que se acena ao público evangélico em relação a uma pauta cara a ele, mas sem ir longe demais a ponto de alienar sua base sólida, de viés socialmente liberal e, portanto, mais receptiva à descriminalização do aborto. O candidato reitera o que seria sua posição individual, retirando-se da dimensão propriamente concreta, propositiva do debate.

No restante da carta, Lula repete estratégias do primeiro turno enquanto introduz outros exclusivos ao segundo. Repete-se, nomeadamente, a refutação da tese de que o candidato pretenderia atacar as igrejas quando se diz:

Como todos devem se lembrar, no período de meu governo, tivemos a honra de assinar leis e decretos que reforçaram a plena liberdade religiosa. Destaco a Reforma do Código Civil assegurando a Liberdade Religiosa no Brasil, o Decreto que criou o dia dedicado à Marcha para Jesus e ainda o Dia Nacional dos Evangélicos. [...] Vivemos, entretanto, um período em que mentiras passaram a ser usadas intensamente com o objetivo de provocar medo nas pessoas de boa fé, e afastá-las do apoio a uma candidatura que justamente mais as defende. Por isso senti a necessidade de reafirmar meu compromisso com a liberdade de culto e de religião em nosso país. Todos sabem que nunca houve qualquer risco ao funcionamento das igrejas enquanto fui presidente. Pelo contrário! Com a prosperidade que ajudamos a construir, foi no nosso governo que as igrejas mais cresceram, principalmente as evangélicas, sem qualquer impedimento e até tiveram condições de enviar missionários para outros países. Não há por que acreditar que agora seria diferente. Posso lhes assegurar, portanto, que meu governo não adotará quaisquer atitudes que firam a liberdade de culto e de pregação ou criem obstáculos ao livre funcionamento dos templos.²²⁵

Ao mesmo tempo em que o candidato se coloca como responsável pelas condições de possibilidade para que as igrejas evangélicas tenham prosperado, ele toma o cuidado de não ser específico demais (salvo nas menções à Marcha para Jesus e ao Dia Nacional dos Evangélicos). Com isso, repete o posicionamento do primeiro turno de enfatizar um contributo que se estende às designações religiosas evangélicas, mas não se restringe a elas, a saber: a manutenção da liberdade religiosa. Em outro trecho, ele simultaneamente busca reforçar o eixo “pertencimento” em relação à cristandade como um todo, ao declarar-se “em

²²⁵ UOL, 2022e

respeito à verdade e ao apreço que tenho a esse povo crente no verdadeiro Deus da misericórdia”²²⁶, ou seja, o Deus cristão.

Outro recurso importado do primeiro turno para a “carta compromisso” é a crítica ao uso político do discurso religioso. Diz Lula:

Em meio a este triste escândalo do uso da fé para fins eleitorais, assumo com vocês este compromisso: meu governo jamais vai usar símbolos de sua fé para fins político-partidários, respeitando as leis e as tradições que separam o Estado da Igreja, para que não haja interferência política na prática da fé. Esse é um ensinamento que a própria Bíblia nos dá: andar pelo caminho da paz com todos. Jesus nos mostra que a casa dividida não prospera. A religião é para ser respeitada e vivida de acordo com a livre escolha de cada pessoa. Portanto, a tentativa de uso político da fé para dividir os brasileiros não ajuda ninguém, nem ao Estado, nem às igrejas, porque afasta as pessoas da mensagem do Evangelho. Jesus Cristo nos ensinou liberdade e paz, respeito e união, disso precisamos. E os cristãos evangélicos têm dado mostras, ao longo da história, de seu compromisso com a paz, seguindo o que Jesus ensinou: “Dai a César o que é de César, dai a Deus o que é de Deus” (Mateus, 22,21).²²⁷

Esta declaração paradoxal, que utiliza símbolos de fé para fins político-partidários no mesmo pronunciamento em que promete nunca fazê-lo, revisita a confusão do primeiro turno entre um enquadramento de defesa da laicidade e outro de endossamento do discurso religioso.

Há, no entanto, uma série de elementos inéditos do segundo turno introduzidos na “carta compromisso”. Em suma, o texto tem como principal função uma elaborada tentativa de persuadir o público evangélico de que há uma associação necessária da (1) agenda programática e (2) própria pessoa de Lula com a essência mesma do cristianismo. Nesse aspecto, Lula reproduziu a prioridade, inédita do segundo turno, concedida aos eixos “legitimidade” e “analogia”. Em diversos momentos do texto, é reforçada a indissociação entre doutrina cristã e cuidado com os pobres. O item (1) se manifesta, sobretudo, no trecho supracitado “de nada adianta se dizer defensor da família e ao mesmo tempo destruí-las pela miséria, pelo desemprego, pelo corte das políticas sociais e de moradia popular”²²⁸ e, hipoteticamente, no trecho “nosso projeto de governo tem compromisso com a vida plena em

²²⁶ Ibid.

²²⁷ Ibid.

²²⁸ Ibid.

todas as suas fases”²²⁹, que, ainda que proferido em menção à temática do aborto, é precedido por considerações acerca da fome, de modo que **todas as fases** possam ser compreendidas como incluindo estágios da vida avançados. O item (2), por sua vez, manifesta-se no autoposicionamento de Lula como uma figura afeita à conciliação e à paz, à maneira de Jesus Cristo, em trechos como:

Jesus Cristo nos ensinou liberdade e paz, respeito e união, disso precisamos. E os cristãos evangélicos têm dado mostras, ao longo da história, de seu compromisso com a paz, seguindo o que Jesus ensinou: “Dai a César o que é de César, dai a Deus o que é de Deus” (Mateus 22,21).²³⁰

E também:

Com as bênçãos de Deus, haveremos de honrar nossa dupla condição, de cidadãos e cristãos, pois não há contradição entre elas quando o propósito é servir, buscando a paz e o entendimento. E digo tudo isso com muito amor pelo nosso querido Brasil e pelo povo brasileiro: “Nisto conhecerão todos que sois meus discípulos: se tiverdes Amor uns pelos outros!” (João,13,35).²³¹

Por fim, algo de inédito à campanha de Lula no segundo turno é a mudança - vista também em Bolsonaro - no concernente à relação entre os eixos “preferência” e “providência”. Cabe recordar que outrora o candidato articulava ambos em uníssono, implicando haver existido sempre em sua trajetória um suporte divino. É o que se havia verificado no pronunciamento:

eu tenho certeza que outra vez, lá de cima, [Deus] vai dizer Lula, cuida desse povo, esse povo não quer discurso, esse povo quer comida, esse povo não quer discurso, esse povo quer emprego, esse povo quer saúde, esse povo quer educação, esse povo quer que as suas crianças nasçam, cresçam e se tornem adultos em paz, sem medo da violência.²³²

Agora, entretanto, às vésperas do pleito decisivo, Lula repetiu a estratégia bolsonarista de minimizar a predeterminação de sua vitória. Contudo, enquanto Bolsonaro implicou haver

²²⁹ Ibid.

²³⁰ Ibid.

²³¹ Ibid.

²³² LULA DA SILVA, 2022d

preferência divina por sua candidatura, mas rechaçou o papel da providência, Lula seguiu o caminho inverso: reconheceu o resultado das eleições como em última instância definido por Deus [providência], mas evitou garantir ser o candidato favorecido por Ele [preferência]. É o que fica implícito na sucinta, mas significativa declaração: “Se Deus e o povo brasileiro permitirem que eu seja eleito [...] vou estimular sempre mais a parceria com as igrejas no cuidado com a vida das pessoas e das famílias brasileiras.”²³³

3.5 *Comparativo: “O vivo é meu filho, e teu filho, o morto.” (1 Reis 3:22)*

Jair Messias Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva demonstraram, no segundo turno, perspectivas parcialmente análogas no que tange suas prioridades frente às comunidades religiosas politizadas (em especial, evangélicos e católicos carismáticos). Seja com vistas à manutenção de um apoio já solidificado, caso de Bolsonaro, seja no intuito de reverter rejeição, caso de Lula, ambos se dedicaram sobremaneira à associação de suas respectivas agendas político-ideológicas a suas percebidas essências da doutrina cristã [legitimidade]. Bolsonaro, de um lado, seguiu remetendo pautas de caráter socialmente conservador à verdadeira religiosidade, em especial o combate ao aborto, a repressão às drogas e a defesa de um padrão sexual cisheteronormativo. É o que se verifica em declarações como “90% do Brasil são cristãos [sic] e temos uma cultura judaico-cristã, né? E nós aqui somos contra o aborto”²³⁴, “[...] eu falei na ONU que estava de portas abertas pra receber freiras e padres da Nicarágua [enquanto] teu outro amigo Petro da Colômbia ocupou a tribuna e pediu a descriminalização da maconha, ou melhor, da cocaína”²³⁵, e também em sua crítica ao que denomina “ideologia de gênero”, a asserção de que “o maior patrimônio que nós podemos ter não é um bem aí fora. É a nossa família.”²³⁶

Lula, por sua vez, reconheceu a importância das pautas socialmente conservadoras para o eleitorado religioso politizado, mas não aderiu ao discurso bolsonarista em sua abordagem, o que seria impossível de ser feito sem desestabilizar sua base sólida de caráter socialmente liberal. De modo que a articulação lulista do eixo “legitimidade” seguiu duas frentes: (1) um intento de ressignificação não comprometedor de categorias frequentemente empregadas em viés conservador, como “família”, “combate às drogas” e “manutenção da vida”; e (2) a defesa de que a “verdadeira essência” do cristianismo jazia, acima de tudo, na

²³³ UOL, 2022e

²³⁴ SBT NEWS, 2022

²³⁵ ITATIAIA, 2022

²³⁶ SBT NEWS, 2022

defesa das demografias vulneráveis (sobretudo os pobres) e na postura conciliadora. Em relação ao item (1), vemos, por exemplo, a defesa de “fortalecimento das famílias para que nossos jovens sejam mantidos longe das drogas [colocando] nossa juventude na escola, na iniciação profissional, realizando atividades esportivas e culturais”²³⁷: reconhece-se como problema o uso de drogas, atribui-se sua solução ao fortalecimento das famílias, mas, percebe-se, não se fala em criminalização ou descriminalização como Bolsonaro e sim em atividades pedagógicas, esportivas e culturais. Em relação à “manutenção da vida”, Lula coloca-se *pessoalmente* contra o aborto, mas isenta-se da responsabilidade de deliberar a questão, asseverando não ser “um tema a ser decidido pelo Presidente da República e sim pelo Congresso Nacional.”²³⁸ Adicionalmente, enfatiza seu compromisso “com a vida plena em todas as suas fases”²³⁹, o que serve como gancho para suas propostas relativas não à vida pré concepção, mas às demais etapas, em relação às quais sua ênfase é dada ao combate à pobreza.

Em relação ao item (2), Lula busca reforçar a ideia de que o dogma cristão é um de abnegação e preocupação com os mais fracos, o que se verifica em declarações como “[o] evangélico vota em Lula porque a Bíblia orienta pra nós que aquele que melhor cuida dos pobres é aquele que deve ser o nosso líder”²⁴⁰ e “de nada adianta se dizer defensor da família e ao mesmo tempo destruí-las pela miséria, pelo desemprego, pelo corte das políticas sociais e de moradia popular.”²⁴¹ Também remete o dogma com frequência à conciliação, como ao conclamar: “Onde houver discórdia, que eu leve a união”²⁴². E chega até mesmo, em uma instância isolada, a associar uma importante figura do cristianismo, São Francisco de Assis, a pautas de caráter ambiental, apresentando-o como santo da ecologia,²⁴³ chegando ainda a aludir à crítica feita pelo Papa à política ambiental bolsonarista.²⁴⁴

No mais, Lula articulou o eixo “legitimidade” em uníssono com o eixo “analogia” para condenar o adversário em termos de caráter. É o caso da citação “Bolsonaro não é cristão. A língua do cristão não é torpe, e toda vez que ele abre a boca, ele destila ódio”²⁴⁵ e “o Lula é do amor [enquanto] o outro lado, que prega arma, guerra, não pode ser de Deus.”²⁴⁶

²³⁷ UOL, 2022e

²³⁸ Ibid.

²³⁹ Ibid.

²⁴⁰ LULA DA SILVA, 2022o

²⁴¹ UOL, 2022e

²⁴² LULA DA SILVA, 2022n

²⁴³ LULA DA SILVA, 2022j

²⁴⁴ LULA DA SILVA, 2022k

²⁴⁵ LULA DA SILVA, 2022o

²⁴⁶ Ibid.

Bolsonaro, em geral, veiculou o eixo “analogia” com maior frequência em separado do eixo “legitimidade” - cujo uso demonstrou-se acima -, tendo optado por conceituações mais vagas e endossado um discurso de caráter êmico ao veicular este segundo eixo temático. É o que se verifica em citações como “nossa luta não é contra humanos, mas contra os poderes e autoridades, contra os dominadores deste mundo de trevas”²⁴⁷, em referência a Efésios, e “Deus, o meu maior combustível para me manter de pé e seguir lutando para libertar o nosso povo das garras da injustiça, do abandono, da demagogia e da escravidão política.”²⁴⁸ Mas Bolsonaro também veiculou, ocasionalmente, o eixo “analogia” em uníssono com o eixo “legitimidade”, em especial ao acusar o candidato adversário de dissimulação em relação às suas tentativas de se aproximar do público evangélico:

Não há nada mais vergonhoso do que defender uma ideia contrária a tudo aquilo que você acredita só para ser aceito. É o pior sinal para um líder. Afinal, quem, pelo poder, é capaz de deixar de lado até os próprios valores, jamais moverá uma palha para defender os de uma nação.²⁴⁹

Nenhum dos candidatos veiculou o eixo “martírio” no segundo turno.

No concernente ao “pertencimento”, Bolsonaro conseguiu se manter semioticamente na posição de porta-voz de um movimento religioso de caráter messiânico e passou a buscar aproximar os católicos desse mesmo movimento, haja vista seu apoio consideravelmente maior à candidatura de Lula. O fez reforçando, tal qual no primeiro turno, a noção de cristandade compreendida como matriz religiosa cuja unidade é superior à variedade interna de suas designações. Lula, por sua vez, também buscou enfatizar a unidade em detrimento do particular ao reafirmar sua religiosidade pessoal mediante presença indiscriminada de imagens do candidato em eventos católicos e evangélicos nas redes sociais, bem como a priorização da denominação “cristão”.

Apesar de sua maior assertividade no segundo turno, a campanha lulista não pôde superar por completo o espectro da desconfiança frente aos grupos religiosos politizados, razão pela qual ainda se buscou ativamente desmentir boatos (fechamento de igrejas²⁵⁰, pacto com o diabo²⁵¹) e enfatizar a cristandade do candidato de maneiras muito pouco sutis (“Lula é

²⁴⁷ BOLSONARO, 2022k

²⁴⁸ BOLSONARO, 2022j

²⁴⁹ BOLSONARO, 2022i

²⁵⁰ UOL, 2022e

²⁵¹ LULA DA SILVA, 2022i

cristão”²⁵²). Ao contrário de Bolsonaro, Lula buscou expressar humildade frente aos religiosos em seu discurso, atribuindo a decisão final à vontade de Deus²⁵³ e recorrendo a pronunciamentos de terceiros (líderes religiosos e fiéis) para descrever sua relação com o Evangelho²⁵⁴, enquanto Bolsonaro comportou-se com a confiança de um líder perante os mesmos fiéis.

Uma interessante diferença entre Lula e Bolsonaro foram suas respectivas articulações dos eixos “preferência” e “providência”. Ambos modificaram os estratagemas empregados no primeiro turno em relação às duas categorias, mas seguiram caminhos diferentes com tal mudança. Bolsonaro, no primeiro turno, havia se comportado como alguém cuja candidatura era favorecida por Deus [preferência] e cuja vitória era, como consequência, predestinada [providência]. Lula fizera o mesmo, interpretando sua trajetória política como permeada de evidências de que a mão de Deus guiara seu caminho. No segundo turno, em contrapartida, Jair Messias Bolsonaro permaneceu asseverando uma preferência divina por sua candidatura, mas deixou de reconhecer sua vitória como necessária. É o que se percebe quando colocamos, lado a lado, as declarações “nossa luta não é contra humanos, mas contra os poderes e autoridades, contra os dominadores deste mundo de trevas...” e “procure mudar votos, buscar os indecisos, para que a gente possa ter a certeza que o Brasil continua sendo do Senhor.”²⁵⁵

Lula, por sua vez, seguiu um caminho oposto: reconheceu o resultado das eleições como definido, em última instância, pela vontade de Deus, mas lançou dúvidas sobre a candidatura preferida por Ele. Tal conclusão é depreensível da citação: “Se Deus e o povo brasileiro permitirem que eu seja eleito [...] vou estimular sempre mais a parceria com as Igrejas no cuidado com a vida das pessoas e das famílias brasileiras.”²⁵⁶

De uma perspectiva de sobrevivência política, pode-se concluir que no segundo turno, em que a incerteza ensejada pelos resultados do primeiro pleito aliava-se à proximidade do pleito definitivo, Jair Messias Bolsonaro viu-se inclinado a mobilizar seus apoiadores a trabalharem com maior proatividade em prol de sua eleição. Para tanto, uma ideologia de predestinação já não era vantajosa: havia-se que enfatizar o livre arbítrio dos eleitores e, por consequência, sua responsabilidade pessoal em garantir que a preferência de Deus se concretizasse na Terra. Luiz Inácio Lula da Silva, em contrapartida, tivera dificuldade em

²⁵² LULA DA SILVA, 2022m e LULA DA SILVA, 2022l

²⁵³ UOL, 2022e

²⁵⁴ LULA DA SILVA, 2022o

²⁵⁵ SBT NEWS, 2022

²⁵⁶ UOL, 2022e

toda a campanha para transpassar a barreira de desconfiança dos evangélicos, mas de outro modo considerava sua vitória no segundo turno provável. Desse modo, sua opção estratégica foi demonstrar humildade frente aos fiéis que se pudesse traduzir em uma espécie de *pietas*.

Considerações finais

Na introdução deste manuscrito, definimos como objeto de pesquisa a operacionalização do discurso religioso pelas campanhas de Jair Messias Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República em 2022. Desse modo buscamos, por meio de seis eixos de análise construídos no capítulo 1 e da releitura de categorias provenientes da obra de Bueno de Mesquita et. al, identificar congruências e incongruências entre estratégias empregadas pelos candidatos nos dois turnos da referida corrida eleitoral.

No capítulo 2, que tratou do primeiro turno, perceberam-se estrategicamente análogos (1) o uso do eixo “martírio” para projetar caráter sacro sobre tribulações vividas pelos candidatos, Bolsonaro ao tratar do atentado à sua vida nas eleições de 2018 e Lula ao tratar de seu histórico de pobreza na infância e juventude; (2) a apreensão, a partir do eixo “martírio”, dos eixos “preferência” e “providência”, tendo como consequência que ambos tenham atribuído a superação de tais tribulações a supostas missões divinas; e (3) a caracterização do adversário como personificação de epítetos negativamente valorados no cristianismo, em especial a mentira enquanto filha do diabo.

No concernente a diferenças estratégicas, verificou-se maior distribuição por Bolsonaro entre os seis eixos temáticos, enquanto Lula concentrou seu discurso naqueles que lhe permitissem expressar religiosidade em nível pessoal (martírio/pertencimento/preferência/previdência), tendo secundarizado os eixos de implicações interpessoais (analogia/legitimidade). Atribuiu-se essa diferença ao desnivelamento entre a popularidade de ambos os candidatos frente ao público evangélico, principal interlocutor do discurso religioso eleitoreiro, tal que compelia Lula a ter de persuadi-lo de sua religiosidade, enquanto para Bolsonaro era possível falar enquanto liderança religiosa. Adicionalmente, identificou-se maior coesão interna no conteúdo do discurso religioso bolsonarista, ao passo que a campanha de Lula, neste primeiro turno, mostrou-se oscilante entre um discurso ético que priorizasse o secularismo e um discurso êmico que expressasse uma linguagem eminentemente religiosa ao dialogar com o eleitorado evangélico.

	Lula (primeiro turno)	Bolsonaro (primeiro turno)
Martírio	Dignificação do histórico pessoal de pobreza “Eu sou filho de uma mulher analfabeta, que teve 12 filhos, 12 sem médico, tudo com parteira. Desses 12 filhos 4 morreram, ela criou os 8.”	Dignificação da sobrevivência ao atentado em 2018 “Foram momentos de muita dor e sofrimento. [...] Mas graças às orações de milhões de brasileiros [...] e a vontade de Deus, fui presenteado com uma nova vida.”
Preferência/Providência	Participação divina em sua biografia pessoal e política “Se não fosse a mão de Deus em cima de mim, eu não teria chegado aonde eu cheguei [...]”	Participação divina em sua biografia pessoal e política “Deus não me deu uma nova vida em 06/09/2018 para ser um gestor, mas para mudar de vez o nosso Brasil!”
Analogia	Desaplicação majoritária do eixo, exceto em resposta a acusações do adversário “Se tem alguém que é possuído pelo demônio, é esse Bolsonaro.”	Referência multifacetada a elementos do ideário cristão para autopromoção e difamação do adversário, frequentemente em conjunto com a dicotomia “bem” <i>versus</i> “mal” “O diabo é o pai da mentira. O ladrão é o embaixador na terra.”
Legitimidade	Desaplicação completa do eixo	Associação do cristianismo com pautas socialmente conservadoras e economicamente liberais aliada à asserção de que o cristianismo deve ser protegido de perseguições cristofóbicas “Um abraço a todos vocês [...] que é cristão [sic]. [...] Somos pró-vida desde a concepção, somos contra a legalização das drogas, defendemos a família, a

		propriedade privada, entre outras coisas que nós sabemos que é nossa [sic].”
Pertencimento	Reafirmação constante da própria cristandade (discurso “de fora para dentro”) “Lula é Cristão. Nunca fechou e nem vai fechar igrejas.”	Autoapresentação como liderança religiosa (discurso “de dentro para dentro”) “Como líder máximo do Brasil, país que sempre defendeu e promoveu a liberdade religiosa e que se orgulha de sua formação cristã, me sinto obrigado a denunciar essa perseguição diabólica.”

O capítulo 3 tratou do segundo turno e importantes mudanças estratégicas foram identificadas. Além de ambos os candidatos deixarem de veicular o eixo “martírio” em seus respectivos pronunciamentos, a operacionalização dos demais eixos tornou-se mais analogamente distribuída na medida em que a campanha de Lula se tornou mais assertiva na disputa pelo eleitorado religioso politizado. Diferenças passaram a ser não tanto na hierarquia de prioridade de eixos temáticos, mas no conteúdo atribuído a cada um deles. Destes, o principal embate se deu ao redor dos eixos “legitimidade” e “analogia”, tendo-se disputado narratologicamente qual candidato melhor se adequava aos valores cristãos. Bolsonaro, tal como no primeiro turno, associou a tais valores o combate à corrupção e o conservadorismo social (em especial relativo às pautas do aborto, do combate às drogas e da chamada “ideologia de gênero”), bem como a integridade moral; Lula também se referiu à integridade moral, mas remeteu o dogma cristão ao combate à pobreza e a um perfil amoroso e conciliador. No concernente aos eixos “preferência” e “providência”, os candidatos assumiram posicionamentos antagônicos: enquanto Bolsonaro colocou-se como preferido por Deus, mas não necessariamente vencedor por predestinação, Lula enfatizou a predestinação do resultado, mas evitou tratar a si mesmo como inequivocamente preferido por Deus.

	Lula (segundo turno)	Bolsonaro (segundo turno)
Martírio	Desaplicação completa do eixo	Desaplicação completa do eixo
Preferência/Providência	Assume-se o resultado como predeterminado enquanto expressa-se incerteza quanto à preferência “Se Deus e o povo brasileiro permitirem que eu seja eleito [...] vou estimular sempre mais a parceria com as Igrejas no cuidado com a vida das pessoas e das famílias brasileiras.”	Assume-se a preferência como assegurada enquanto expressa-se incerteza quanto à predeterminação do resultado “[...] procure mudar votos, buscar os indecisos, para que a gente possa ter a certeza que o Brasil continua sendo do Senhor.”
Analogia	Referência à dicotomia entre “amor” e “ódio” para autopromoção e difamação do adversário, somada a remissões ao exemplo caridoso de Cristo “Lula é do amor [enquanto] o outro lado, que prega [...] guerra, não pode ser de Deus.”	Referência multifacetada a elementos do ideário cristão para autopromoção e difamação do adversário, frequentemente em conjunto com a dicotomia “bem” <i>versus</i> “mal” “Nossa luta não é contra humanos, mas contra os poderes e autoridades, contra os dominadores deste mundo de trevas.”
Legitimidade	Associação do cristianismo com uma agenda de assistência social, bem como sustentabilidade ecológica “Lula é muito mais próximo do Evangelho. Jesus Cristo deu um padrão para as políticas públicas, e o padrão que Jesus Cristo deu foi: ‘tive fome, mas me destes o que comer; tive sede, me destes de beber; tava [sic]	Associação do cristianismo com pautas socialmente conservadoras e economicamente liberais aliada à asserção de que o cristianismo deve ser protegido de perseguições cristofóbicas “90% do Brasil são cristãos [sic] e temos uma cultura judaico-cristã, né? E nós aqui somos contra o aborto.”

	doente, cuidastes de mim'."	
Pertencimento	Reafirmação constante da própria cristandade (discurso "de fora para dentro") "A verdade, como já repetimos antes, é que Lula é cristão, católico, crismado, casado e frequentador da igreja. Não existe relação entre Lula e o satanismo."	Autoapresentação como liderança religiosa (discurso "de dentro para dentro") "Diante de tantas mentiras, ataques e desumanização, essa alegria e esse carinho seguem sendo, depois de Deus, o meu maior combustível para me manter de pé e seguir lutando para libertar o nosso povo das garras da injustiça, do abandono, da demagogia e da escravidão política."

Comparando a articulação do discurso religioso em ambos os turnos em sua relação com os incentivos neles em voga, pôde-se verificar de que maneira as conjunturas experimentadas nos campos político e religioso brasileiros determinaram modalidades de discurso êmicas empregadas pelos principais candidatos à Presidência da República em 2022. Frente aos dados aqui compilados, esperamos ter contribuído para uma elucidação de estratégias muitas vezes responsáveis por confusão àquele que busca interpretá-los dado o excesso de informações que ensejam ao coocorrerem uns com os outros. Estamos cientes das limitações de uma pesquisa feita enquanto os fatos por ela abordados ainda se desdobram, mas há sempre que se começar em algum lugar. Esperamos no mínimo que estas páginas sejam fortuitas àqueles que, buscando contribuir ao esclarecimento de tais fatos num futuro próximo, tenham nelas o que aplaudir, criticar ou retificar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEN, D. L.; HANKINS, E.; HARWOOD, A. Anyone can be saved: a defense of “traditional” Southern Baptist soteriology. Eugene, Oregon: Wipf & Stock Publishers, 2016.

ALMEIDA, R. DE. Evangélicos à direita. Horizontes Antropológicos, v. 26, n. 58, p. 419–436, 2020.

BACCHI, K.; BOLSONARO, J. M. Presidente Jair Bolsonaro no Positivamente Collab. Positivamente, 9 dez. 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=lh8UaXlCkqM>>.

BARBOSA PESSOA, J. A era religiosa-política de Bolsonaro e os pentecostais no Brasil. Brazilian Journal of Policy and Development, v. 2, n. 2, p. 109-127, 29 jun. 2020.

BARBOSA, R. Rejeição ao governo Bolsonaro vai ao recorde de 64%, diz PoderData. Poder360, 2021, <https://www.poder360.com.br/governo/rejeicao-ao-governo-bolsonaro-vai-ao-recorde-de-64-diz-poderdata/>. Acesso em 23 fev. de 2023.

BBC NEWS BRASIL. Por que a bandeira de Israel em atos pró-Bolsonaro “racha” comunidade judaica. BBC, 08 mai. 2020.

BBC NEWS BRASIL. Nicarágua: as ações do governo Ortega contra Igreja Católica no país. BBC, 25 ago. 2022.

BIMBATI, A. P. 7 de Setembro: Leia na íntegra o discurso de Bolsonaro no DF. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/09/07/integra-discurso-bolsonaro-df-7-setembro.htm>>. Acesso em: 27 fev. 2023.

BOLSONARO, J. M. Foram momentos de muita dor e sofrimento. Nos minutos de consciência, o que surgia na memória era a minha filha pequena. Mas graças às orações de milhões de brasileiros, ao incrível trabalho dos profissionais da Santa Casa e a vontade de Deus, fui apresentado com uma nova vida. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1567264123578105864>>. Acesso em: 27 fev. 2023a.

BOLSONARO, J. M. - Quem insiste em falsas memórias do passado ainda não entendeu que vivemos numa nova era. Aqueles que desprezam o povo e seus valores que se acostumem com a

falta de sossego. Deus não me deu uma nova vida em 06/09/2018 para ser um gestor, mas para mudar de vez o nosso Brasil! Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1575325408358195200>>. Acesso em: 27 fev. 2023b.

BOLSONARO, J. M. [...] Obrigado a Deus pela missão, pela minha vida, pela nossa vida, pelo nosso país e por essa gente maravilhosa. Acesso em: 03 fev 2023c. Tweet apagado.

BOLSONARO, J. M. Sabemos do tamanho da nossa responsabilidade e dos desafios que vamos enfrentar. Mas sabemos aonde queremos chegar e como chegaremos lá. Pela graça de Deus, nunca perdi uma eleição e sei que não será agora, quando a liberdade do Brasil inteiro depende de nós, que iremos perder. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1576802101489184768>>. Acesso em: 27 fev. 2023d.

BOLSONARO, J. M. Nossos adversários só se prepararam para uma corrida de 100 metros. Nós estamos prontos para uma maratona. Vamos lutar com confiança e com força cada vez maior, certos de que vamos prevalecer pela pátria, pela família, pela vida, pela liberdade e pela vontade de Deus! Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1576802107021107201>>. Acesso em: 27 fev. 2023e

BOLSONARO, J. M. Nós não podemos errar. Sabemos que é uma luta do bem contra o mal. O lado de lá quer o comunismo. O lado de lá quer desarmar o povo de bem do Brasil. O lado de lá quer a ideologia de gênero. [...] Acesso em: 03 fev 2023f. Tweet apagado.

BOLSONARO, J. M. Um abraço a todos vocês. A todos vocês que têm uma família, que têm uma crença, que é cristão [sic]. [...] Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CiR_oGqJ0y/>. Acesso em: 19 jul. 2023g.

BOLSONARO, J. M. O diabo é o pai da mentira. O ladrão é o embaixador na terra. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1564102938838065153>>. Acesso em: 19 jul. 2023h.

BOLSONARO, J. M. É preciso estar atento. A partir de hoje, mais do que nunca, os que amam o vermelho passarão a usar verde e amarelo, os que perseguiram e defenderam fechar igrejas se julgarão grandes cristãos, os que apoiam e louvam ditaduras socialistas se dirão defensores da democracia. Acesso em: 10 fev 2023i. Tweet apagado.

BOLSONARO, J. M. - O Brasil não assistirá de braços cruzados a mais um episódio dessa perseguição diabólica contra cristãos promovida pela ditadura socialista da Nicarágua. Estamos

prontos para acolher padres e freiras perseguidos, facilitando ainda mais seu ingresso e instalação em nosso país. [...] Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1572285927841726467>>. Acesso em: 19 jul. 2023j.

BOLSONARO, J. M. Acesso em: 03 fev. 2023k. Tweet apagado.

BOLSONARO, J. M. Diante de tantas mentiras, ataques e desumanização, essa alegria e esse carinho seguem sendo, depois de Deus, o meu maior combustível [...] Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CjWBLBmDUrP/>>. Acesso em: 27 fev. 2023l.

BOLSONARO, J. M. Vistam toda a armadura de Deus, para poderem ficar firmes contra as ciladas do Diabo [...] Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1586553183584780289?lang=pt>>. Acesso em: 27 fev. 2023m.

BOLSONARO, J. M. Não há nada mais vergonhoso do que defender uma ideia contrária a tudo aquilo que você acredita [...] Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1578367944400470017>>. Acesso em: 27 fev. 2023n.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 03 jan. 2023.

BRETAS, V., & GRANATO, L. “A linha do tempo do caso triplex que levou Lula à prisão.” *Exame*, abr. 2018, <https://exame.com/brasil/a-linha-do-tempo-do-caso-triplex-que-levou-lula-a-prisao/>. Acesso em dezembro de 2022.

BUENO DE MESQUITA, B.; MORROW, J.; SILVERSON, R.; & SMITH, A.. *The Logic of Political Survival*. Cambridge, MIT Press, 2003.

CAMPOS, L. S. Pentecostalismo e Protestantismo “Histórico” no Brasil: um século de conflitos, assimilação e mudanças (Pentecostalism and “Historical” Protestantism in Brazil: one century of conflicts, assimilation and changes) - DOI: 10.5752/P.2175-5841.2011v9n22p504. HORIZONTE, v. 9, n. 22, 30 set. 2011.

CARNEIRO, M. Jesus e os fariseus: apontamentos sobre conflitos no cristianismo primitivo a partir do evangelho de Mateus. *Estudos Bíblicos*, São Paulo, v. 28, n. 109, p. 53–60, 2021. Disponível em: <https://revista.abib.org.br/EB/article/view/410>. Acesso em: 3 jan. 2023.

CARRANZA, P. B. Cristofobia. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/cristofobia/>. Acesso em: 27 fev. 2023.

CICEK, H. I. Sobre as ambivalências do martírio. *Veritas* (Porto Alegre), v. 66, n. 1, 8 jul. 2021.

CIÊNCIA HOJE. A vantagem do time da casa. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/acervo/a-vantagem-do-time-da-casa>. Acesso em: 14 jul. 2023.

CNN. Bolsonaro tem 51% entre evangélicos, e Lula, 27%, segundo pesquisa Quaest. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-tem-51-entre-evangelicos-e-lula-27-segundo-pesquisa-quaest/>. Acesso em: 27 fev. 2023.

COOPER, M. The transformational leadership of the apostle Paul: A contextual and biblical leadership for contemporary ministry. *Christian Education Journal Research on Educational Ministry*, v. 2, n. 1, p. 48–61, 2005.

CORREIA, M. Em julho, Bolsonaro dedicou 40% da sua agenda para evangélicos - Agência Pública. Disponível em: <https://apublica.org/2022/08/em-julho-bolsonaro-dedicou-40-da-sua-agenda-para-evangelicos/>. Acesso em: 27 fev. 2023.

CUNHA, M. O protagonismo evangélico no Poder Executivo - Parte 1: A ocupação de ministérios. *Religião e Poder*, 2022, <https://religioepoder.org.br/artigo/o-protagonismo-evangelico-no-poder-executivo/>. Acesso em janeiro de 2023.

DALY, T. G. “Compreendendo a decadência democrática multidimensional: lições decorrentes da ascensão de Jair Bolsonaro no Brasil.” *BRASILREJUR - Revista Jurídica da UFRSA*, vol. 5, no. 10, 2022, pp. 61-84.

DEMURU, P. Conspiracy theories, messianic populism and everyday social media use in contemporary Brazil: A glocal semiotic perspective. *Glocalism*.

DIDASKALIA. O mistério do sofrimento: problemas e possibilidades. Disponível em: <<https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/18497/1/V03001-091-116.pdf>>. Acesso em: 3 jan. 2023.

DILLON, M. Pierre Bourdieu, Religion, and Cultural Production. *Cultural Studies ↔ Critical Methodologies*, v. 1, n. 4, p. 411–429, nov. 2001.

DURKHEIM, E. *As formas elementares de vida religiosa*. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

ENSINK, T.; SAUER, C. (EDS.). *Framing and Perspectivising in Discourse*. Amesterdão, Netherlands: John Benjamins Publishing, 2003, p. 2.

ESTADO DE MINAS. “Bolsonaro recebe apoio de líderes evangélicos.” *Estado de Minas*, outubro de 2018, https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/10/01/interna_politica,993227/bolsonaro-recebe-apoio-de-lideres-evangelicos.shtml. Acesso em dezembro de 2022.

EXAME. Para 79% dos brasileiros, presidenciável precisa crer em Deus. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/para-79-dos-brasileiros-presidenciavel-precisa-crer-em-deus/>>. Acesso em: 3 jan. 2023.

FILHO, A. F. Os órfãos do Paulo Guedes de 2018. *Exame*, 22 out. 2021, <https://exame.com/colunistas/money-report-aluizio-falcao-filho/os-orfaos-do-paulo-guedes-de-2018/>. Acesso em: 23 fev. 2023.

FLORES, Paulo. Redes Sociais e TV: qual o peso de cada meio nas eleições de 2018. 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/03/18/Redes-sociais-e-TV-qualo-peso-de-cada-meio-nas-elei%C3%A7%C3%B5es-de-2018> Acesso em: 22 de ago.

FOLHA DE PERNAMBUCO. Bolsonaro reúne evangélicos: conheça as lideranças e entenda a relação com o governo. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/politica/bolsonaro-reune-evangelicos-conheca-as-liderancas-e-entenda-a-relacao/218578/>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. Debate em 1985 afetou candidatura. *Folha de S. Paulo*, 02 abr. 1994, <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/4/02/brasil/17.html>. Acesso em: 3 jan. 2023.

FRAZÃO, F. Apesar da CNBB, Renovação Carismática Católica diz que adeptos apoiam Bolsonaro [08/04/2020]. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/04/08/apesar-da-cnbb-renovacao-carismatica-catolica-diz-que-adeptos-apoiam-bolsonaro.htm>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

FREITAS DA SILVA, E. Cenas públicas de enfrentamento político-religioso: Apontamentos de tensões entre parlamentares evangélicos e o governo de Dilma Rousseff. *FDC* 2019, 5, 146-161.

FREITAS, E. (2012). “Digas ‘não’ e salvar-te-emos pela coalizão”: pressão, patrulhamento e desagendamento nas relações entre a bancada evangélica e Dilma Rousseff. *Anais dos Simpósios da ABHR*, 13.

GALLAGHER, M.; HANSON, J. K. Authoritarian survival, resilience, and the selectorate theory. Em: DIMITROV, M. K. (Ed.). *Why Communism Did Not Collapse*. New York: Cambridge University Press, 2013. p. 185–204.

CAMACHO, L. Testing Selectorate Theory: Local Government Recall Elections and Political Survival Strategies in Peru. v. 312, p. 759–4000, 2018.

GAZETA DO POVO. Lula defende que brasileira possa fazer aborto “sem ter vergonha”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZKarkl4u1QI>>. Acesso em: 17 jul. 2023.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GLOBO. “Mensalão: cronologia do caso.” *Memória Globo*, nov. 2021, <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/mensalao/noticia/mensalao-cronologia-do-caso.ghml>. Acesso em: dez. de 2022.

GREEN, D. E SHAPIRO, I. *Pathologies of Rational Choice Theory: A Critique of Applications in Political Science*. Yale University Press, 1994.

GUEDES, N. FHC: lições da campanha em que foi chamado de “maconheiro” e ateu. Disponível em: <<https://www.osguedes.com.br/2020/07/11/fhc-lico-es-da-campanha-em-que-foi-chamado-de-maconheiro-e-ateu/>>.

GUZMÁN, F. E VICENTA, S. 2009. "A Political Candidate's Brand Image Scale: Are Political Candidates Brands?" *Journal of Brand Management* 17 (3): 207–17. <https://doi.org/10.1057/bm.2009.19>.

HAZLITT, W. *The Collected Works of William Hazlitt*. Minneapolis, J.M. Dent & Company, 1902.

ITATIAIA. LULA X BOLSONARO: VEJA OS MELHORES MOMENTOS DO DEBATE NA BAND! Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7ZQPZqMmwWI>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

JENSEN, L. A. *Conceptions of God and the Devil Across the Lifespan: A Cultural-Developmental Study of Religious Liberals and Conservatives*. *Journal for the Scientific Study of Religion*, 48(1), 2009, 121–145. doi:10.1111/j.1468-5906.2009.01433.x

KENNEDY, R. "Survival and Accountability: An Analysis of the Empirical Support for "Selectorate Theory."" *International Studies Quarterly*, vol. 53, no. 3, 2009, pp. 695-714.

LAKOFF, G. *Moral politics: What conservatives know that liberals don't*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1996.

LIMA, J. Movimento pró-vida se organiza e cresce no Brasil. Disponível em: <<https://www.semprefamilia.com.br/defesa-da-vida/movimento-pro-vida-se-organiza-e-cresce-no-brasil/>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

LULA DA SILVA, L. I. A gente acredita que o #BrasilDaEsperança é feito de respeito, transparência e diálogo. Por isso, o povo precisa saber o que pensa o seu candidato a presidente. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/Ch7kvNhAv1N/>>. Acesso em: 20 jul. 2023a.

LULA DA SILVA., L. I. Lula governou por oito anos. Se alguém tem dúvida, essa dúvida acabou: Lula nunca quis e não quer fechar igrejas ou proibir qualquer prática religiosa. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/Ch72jASAVbe/>>. Acesso em: 20 jul. 2023b.

LULA DA SILVA, L. I. Tenho fé e peço a Deus / Que acabe toda a dor [...] Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/Ch-yk5pAHrA/>>. Acesso em: 20 jul. 2023c.

LULA DA SILVA, L. I. Lula e Alckmin em encontro com evangélicos em São Gonçalo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=envD_Hl8f3g>. Acesso em: 17 jul. 2023d.

LULA DA SILVA, L. I. Se não acreditasse que a gente pode mudar esse país, não estaria aqui fazendo discurso. Estaria em casa. Mas estou aqui, porque da mesma forma que tenho fé em Deus, eu tenho fé que vamos juntos reconstruir o Brasil. [...] Disponível em: <<https://twitter.com/LulaOficial/status/1570559590248624128>>. Acesso em: 17 jul. 2023e.

LULA DA SILVA, L. I. Fé em Deus que vamos ganhar para provar que o povo trabalhador brasileiro vai voltar a ser feliz com salário digno e aposentadoria sem precisar ficar anos na fila do INSS. Disponível em: <<https://twitter.com/LulaOficial/status/1572618817578143746>>. Acesso em: 17 jul. 2023f.

LULA DA SILVA, L. I. Eu casei dia 18 de maio. Não precisava estar na política, podia estar namorado. Mas Deus me fez assim, e eu não posso aceitar que a fome voltou, aceitar que cortem verbas da merenda escolar. Quero voltar para acabar com isso. #BrasilDaEsperança. Disponível em: <<https://twitter.com/LulaOficial/status/1574557527349526553>>. Acesso em: 17 jul. 2023g.

LULA DA SILVA, L. I. Eu tenho fé em Deus, porque em 4 anos tenho que fazer mais do que fiz em 8 anos. Vamos provar que ninguém tem que ficar na fila do INSS, a aposentadoria saía em no máximo 20 dias. E é isso que eu desejo de volta para o Brasil. Disponível em: <<https://twitter.com/LulaOficial/status/1570558301901033474>>. Acesso em: 17 jul. 2023h.

LULA DA SILVA, L. I. Lula não vai fechar igrejas: assista e compartilhe. Disponível em: <<https://lula.com.br/lula-nao-vai-fechar-igrejas-assista-e-compartilhe/>>. Acesso em: 2 mar. 2023i.

LULA DA SILVA, L. I. Hoje é dia de São Francisco de Assis, o santo dos pobres, dos animais, da ecologia. [...] Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CjTqQ6SOmYe/?utm_source=ig_web_copy_link>. Acesso em: 18 jul. 2023j.

LULA DA SILVA, L. I. O nosso país é uma potência mundial que merece ser respeitada e cuidada por um presidente de verdade. [...] Disponível em:

<https://www.instagram.com/p/CjeLv_gAb2T/>. Acesso em: 18 jul. 2023k.

LULA DA SILVA, L. I. COMPARTILHE A VERDADE! Lula sempre acreditou em Deus e é cristão! Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CjTDf9QOPqk/>>. Acesso em: 18 jul. 2023l.

LULA DA SILVA, L. I. Lula é cristão e não existe qualquer relação com o satanismo. Disponível em:

<<https://lula.com.br/lula-e-cristao-nao-existe-qualquer-relacao-com-satanismo/>>. Acesso em: 22 jan. 2023m.

LULA DA SILVA. #DiaDeSãoFrancisco. Disponível em:

<<https://www.instagram.com/p/CjS4nyPuxK4/>>. Acesso em: 20 jul. 2023n.

LULA DA SILVA, L. I. Veja o depoimento de pastores e personalidades sobre o evangelho e a esperança de um Brasil melhor, com paz, justiça e amor. [...] Disponível em:

<<https://www.instagram.com/p/CjT1CNRAr00/>>. Acesso em: 18 jul. 2023o.

MACHADO, M. C. “Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010.” *Revista Brasileira de Ciência Política*, vol. 7, 2012, pp. 25-54.

MALAFAIA, S. Pastor Silas Malafaia - Dois ingredientes fundamentais para a vitória. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zwZwjNorPiw>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

MANNHEIM, K. *Ideology and utopia: an introduction to the sociology of knowledge* (trad. L. Wirth). Harcourt Brace Jovanovich, 1985.

MARIANO, R. Laicidade à brasileira. Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas* v 11 n 2. Porto Alegre. pp. 238-258. 2011.

MARIANO, R. Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MCCARTHY, G. E. *Objectivity and silence of reason*. Nova York: Routledge, 2019.

MELO, S. Deus, a Bíblia e os evangélicos na Constituinte (1987-1988). *Periódico Caminhando*, 23(2), 2018, pp. 81-105. <https://doi.org/10.15603/2176-3828/caminhando.v23n2p81-105>.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Nota oficial: substituição dos Comandantes das Forças. *Portal Gov.br*, 30 mar. 2021, <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/substituicao-dos-comandantes-das-forcas>. Acesso em: 23 fev. 2023.

NOFFKE, J. L.; & MCFADDEN, S. H. Denominational and Age Comparisons of God Concepts. *Journal for the Scientific Studies of Religion*, 40(4), 2001, 747-56.

OYAMA, T. Tormenta: o governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos. Companhia das Letras, 2020.

PICH, C.; ARMANNSDOTTIR, G.; DEAN, D. Exploring the Process of Creating and Managing Personal Political Brand Identities in Nonparty Environments: The Case of the Bailiwick of Guernsey. *Journal of Political Marketing*, v. 19, n. 4, p. 414-434, 1 out. 2020.

PITOMBO, J. P.; SOUZA, D. Bolsonaro radicaliza discurso contra PT após novo caso de violência política. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/bolsonaro-radicaliza-discurso-contra-pt-apos-novo-caso-de-violencia-politica.shtml>>. Acesso em: 19 jul. 2023.

PRANDI, R., & CARNEIRO, J. L. “EM NOME DO PAI: Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 33, 2018, pp. 96-118.

PROCÓPIO, C. E. P. “O catolicismo carismático no impeachment de Dilma Rousseff.” *Contemporânea*, vol. 9, no. 1, 2019, pp. 275-299.

REDAÇÃO FOLHA. “Debate em 1985 afetou candidatura - 2/4/1994.” *Folha de São Paulo*, abril 1994, <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/4/02/brasil/17.html>. Acesso em dezembro de 2022.

REIS, D. Bolsonaro tem 51% entre evangélicos, e Lula, 27%, segundo pesquisa Quaest. *CNN Brasil*, 31 ago. 2022. Disponível em:

<<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/substituicao-dos-comandantes-das-forcas>>. Acesso em: 27 fev. 2023.

RIMMER, T. & WEAVER, D. Different questions, different answers? Media use and media credibility. *Journalism Quarterly*, 64(1), 28-36

ROSA, M.; & OREY, D. C. As abordagensêmica, ética e dialética na pesquisa em etnomodelagem”. Apresentado em Actas del VII CIBEM, Ouro Preto. <http://funes.uniandes.edu.co/19763/1/Rosa2013As.pdf>.

RUEDIGER, M. A.; & GRASSI, A. Sala de Democracia Digital #observa2018.FGV-DAPP. https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/25737/Redes-Sociais-nas-Eleicoes-2018_Policy%20Paper%201.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

SAGARIN, E., & KELLY, R. J. Karl Mannheim and the Sociology of Knowledge. *Salmagundi*, 196(10/11), 292-302, 1989. <https://www.jstor.org/stable/40546528>.

SBT NEWS. A Hora da Decisão: Assista à íntegra do debate no SBT dos candidatos à Presidência, 24 set. 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=evqBwnIIwSw>>.

SBT NEWS. Bolsonaro tem encontro com evangélicos e prefeitos no Recife. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=j7PUR3hgT20>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

SEALE, C. Social research methods: a reader. Londres; Nova York: Routledge, 2004.

STEFANO, F. 64% acham que Bolsonaro não merece se reeleger, diz EXAME/IDEIA. *Exame*, 14 jan. 2022, <https://exame.com/brasil/64-acham-que-bolsonaro-nao-merece-se-reeleger-diz-exame-ideia>. Acesso em: 23 fev. 2023.

SYARIF, F. Politicization of Religion: Religion in Political Discourse. *Walisongo: Jurnal Penelitian Sosial Keagamaan*, v. 25, n. 2, p. 443, 7 dez. 2017.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO. <https://www.tre-sp.jus.br/eleicoes/eleicoes-2022/calendario-eleitoral-resumido>. Disponível em: <<https://www.tre-sp.jus.br/eleicoes/eleicoes-2022/calendario-eleitoral-resumido>>. Acesso em: 17 jul. 2023.

UOL. Lula no Jornal Nacional: Polarização é saudável e é diferente de estímulo ao ódio. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LaCLp2kfZaA>>. Acesso em: 17 jul. 2023a.

UOL. Lula afaga evangélicos em 1o ato de campanha e fala em Bolsonaro possuído pelo demônio. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AE6Ba0ZXZTE>>. Acesso em: 17 jul. 2023b.

UOL. Lula critica Bolsonaro: “Uma pessoa séria não faz provocações. E nosso presidente afronta”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_c7x3ENMBzQ>. Acesso em: 18 jul. 2023c.

UOL. Vídeo de Bolsonaro na maçonaria é para jogar na confusão e empobrece debate no 2o turno, diz Josias. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Svx-qTQG3F8>>. Acesso em: 18 jul. 2023d.

UOL. Em carta a evangélicos, Lula defende liberdade religiosa e estado laico; Veja a íntegra. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qIP8EAG86tU>>. Acesso em: 18 jul. 2023e.

USARSKI, F. 2013. “História da Ciência da Religião”. *Revista de Ciberteologia* Ano X (Nº47): 139–50.

VARELLA, T. Por que eventos bolsonaristas têm bandeiras de Israel e falas de apoio? Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/09/08/por-que-eventos-bolsonaristas-tem-bandeiras-d-e-israel.htm>>. Acesso em: 27 fev. 2023.

VEJA. Evangélicos devem ultrapassar católicos no Brasil a partir de 2032. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/evangelicos-devem-ultrapassar-catolicos-no-brasil-a-partir-de-2032/>>. Acesso em: 3 jan. 2023.

WHIMSTER, S. (Ed.), *Max Weber, Rationality and Modernity*, Taylor & Francis Group, 2014.

YAHOO. Ipec: 37% dos brasileiros são de centro, 35% de direita e 26% de esquerda. *Yahoo Notícias*, 13 set. 2022. Disponível em:

<<https://br.noticias.yahoo.com/ipec-37-dos-brasileiros-sao-de-centro-35-de-direita-e-26-de-esquerda-183825305.html>>. Acesso em: 27 fev. 2023.

ZIELIŃSKI, W. Safe Space of Ideology. *Philosophy Study*, v. 4, n. 7, 28 jul. 2014, pp. 486-496.